MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COMUNICAÇÃO Nº 1, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

Comunicamos aos Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça, membros do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, que se encontram à disposição para exame via Sistema de Gestão e Acompanhamento da Carreira Ministerial e das Procuradorias e Promotorias de Justiça do Estado da Bahia – SIGA, as habilitações pelo critério de merecimento para a(s) Promotoria(s) de Justiça abaixo relacionada(s):

1. Promoção, pelo critério de merecimento, para Mundo Novo - Promotoria de Justiça, de entrância intermediária;
2. Remoção, pelo critério de merecimento, para Irecê - 5ª Promotoria de Justiça, de entrância final;
3. Promoção, pelo critério de merecimento, para Dias D'Ávila - 2ª Promotoria de Justiça, de entrância intermediária;
4. Remoção, pelo critério de merecimento, para Barreiras - 5ª Promotoria de Justiça, de entrância final;
5. Remoção interna, pelo critério de merecimento, para Feira de Santana - 19ª Promotoria de Justiça, de entrância final;
6. Promoção, pelo critério de merecimento, para Feira de Santana - 19ª Promotoria de Justiça, de entrância final, ou vaga remanescente;
7. Remoção interna, pelo critério de merecimento, para Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 2º Promotor(a) de Justiça, de entrância final;
8. Remoção, pelo critério de merecimento, para Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 2º Promotor(a) de Justiça, de entrância final, ou vaga remanescente;
9. Remoção, pelo critério de merecimento, para Brumado - 1ª Promotoria de Justiça, de entrância final.

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

1ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em conformidade com o disposto nos artigos 15, II, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996, 8º, I, b, e 32, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, instituído pela Resolução nº 248, de 11 de dezembro de 2018, do mesmo colegiado, CONVOCA sessão ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, a ser realizada no próximo dia 6 de fevereiro de 2024, terça-feira, às 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº. 750 – Centro Administrativo da Bahia – CAB, nesta Capital, e, simultaneamente, em ambiente virtual da plataforma Microsoft Teams, facultada a participação de membros do Conselho Superior, bem como das partes, interessados e seus advogados, por meio de videoconferência, em conformidade com a Resolução nº 23, de 20 de abril de 2022, do Conselho Superior do Ministério Público da Bahia, para apreciação dos seguintes itens de pauta:

1. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA N° 59556/2024
ORIGEM: Conselho Superior do Ministério Público
ASSUNTO: Aprovação do Quadro Geral de Antiguidade dos membros do Ministério Público

2. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA Nº 48493/2023
ASSUNTO: Promoção, pelo critério de merecimento, para Mundo Novo - Promotoria de Justiça, de entrância intermediária (EDITAL Nº 3366/2023)

	CANDIDATOS	QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	LISTA TRÍPLICE	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO EM CONFORMIDADE COM OS ARTS. 112 E 113 DA LC Nº 11/1996	OPÇÃO
1	Horthênsia Fernandes Leão	3º Quinto	Não	-	Deferida	Não
2	Francisco Joaquim da Silva Filho	3º Quinto	Não	-	Deferida	Não

3. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA Nº 56050/2023
ASSUNTO: Remoção, pelo critério de merecimento, para Irecê - 5ª Promotoria de Justiça, de entrância final (EDITAL Nº 3369/2023)

	CANDIDATOS	QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	LISTA TRÍPLICE	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO EM CONFORMIDADE COM OS ARTS. 112 E 113 DA LC Nº 11/1996	OPÇÃO
1	Elias Silva Rodrigues – Efetivo exercício, após remoção, em 17/7/2023	5º Quinto	Sim	Compôs 1 vez(es) a próxima será alternada	Deferida	Não

2	Aline Cotrim Chamadoira	5º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
3	Romeu Gonsalves Coelho Filho	5º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
4	Matheus Polli Azevedo	5º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
5	Felipe da Mota Pazzola	5º Quinto	Não	-	Deferida	Não

4. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA Nº 56047/2023
ASSUNTO: Promoção, pelo critério de merecimento, para Dias D'Ávila - 2ª Promotoria de Justiça, de entrância intermediária (EDITAL Nº 3370/2023)

	CANDIDATOS	QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	LISTA TRÍPLICE	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO EM CONFORMIDADE COM OS ARTS. 112 E 113 DA LC Nº 11/1996	OPÇÃO
1	Robert de Moura Carneiro	3º Quinto	Não	-	Deferida	Não
2	Horthênsia Fernandes Leão	3º Quinto	Não	-	Deferida	Não
3	Samara Moura Valença de Oliveira	4º Quinto	Não	-	Deferida	Não
4	Pedro Ravel Freitas Santos	5º Quinto	Não	-	Deferida	Não

5. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA Nº 56049/2023
ASSUNTO: Remoção, pelo critério de merecimento, para Barreiras - 5ª Promotoria de Justiça, de entrância final (EDITAL Nº 3372/2023)

	CANDIDATOS	QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	LISTA TRÍPLICE	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO EM CONFORMIDADE COM OS ARTS. 112 E 113 DA LC Nº 11/1996	OPÇÃO
1	Elias Silva Rodrigues – Efetivo exercício, após remoção, em 17/7/2023	5º Quinto	Sim	Compôs 1 vez(es) a próxima será alternada	Deferida	Não

6. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA Nº 56117/2023
ASSUNTO: Remoção interna, pelo critério de antiguidade, para Paulo Afonso - 2ª Promotoria de Justiça, de entrância final (EDITAL Nº 3374/2023)

	CANDIDATOS	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO EM CONFORMIDADE COM OS ARTS. 112 E 113 DA LC Nº 11/1996	OPÇÃO
1	Marcos David Gaspar Bezerra- Titular da Paulo Afonso - 7ª Promotoria de Justiça (Atribuição: Controle Externo da Atividade Policial; Criminal; Execuções Penais)	Deferida	Não
2	Fernando Rogério Pessoa Vila Nova Filho- Titular da Paulo Afonso - 4ª Promotoria de Justiça (Atribuição: Crime de Pequeno Potencial Ofensivo; Criminal; Júri)	Deferida	Não

7. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA Nº 56052/2023
ASSUNTO: Remoção interna, pelo critério de merecimento, para Feira de Santana - 19ª Promotoria de Justiça, de entrância final (EDITAL Nº 3375/2023)

	CANDIDATOS	QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	LISTA TRÍPLICE	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO EM CONFORMIDADE COM OS ARTS. 112 E 113 DA LC Nº 11/1996	OPÇÃO
1	Pedro Costa Safira Andrade- Titular da Feira de Santana - 8ª Promotoria de Justiça (Atribuição: Controle Externo da Atividade Policial; Criminal)	3º Quinto	Sim	-	Deferida	Não

8. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA Nº 56052/2023
ASSUNTO: Promoção, pelo critério de merecimento, para Feira de Santana - 19ª Promotoria de Justiça, de entrância final, ou vaga remanescente (EDITAL Nº 3375/2023)

	CANDIDATOS	QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	LISTA TRÍPLICE	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO EM CONFORMIDADE COM OS ARTS. 112 E 113 DA LC Nº 11/1996	OPÇÃO
1	Carlos André Milton Pereira	2º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
2	Millen Castro Medeiros de Moura	2º Quinto	Sim	Compôs 3 vez(es) alternadas	Deferida	Não
3	Rui Gomes Sanches Júnior	2º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
4	Aroldo Almeida Pereira	3º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
5	Laise de Araújo Carneiro	3º Quinto	Sim	Compôs 1 vez(es) a próxima será alternada	Deferida	Não
6	Victor Freitas Leite Barros	3º Quinto	Sim	Compôs 1 vez(es) a próxima será alternada	Deferida	Não
7	Ruano Fernando da Silva Leite	3º Quinto	Sim	Compôs 1 vez(es) a próxima será alternada	Deferida	Não
8	Alice Koerich Inacio	3º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
9	Thiago Pretti Pedreira	4º Quinto	Sim	Compôs 1 vez(es) a próxima será alternada	Deferida	Não
10	Márcia Munique Andrade de Oliveira	4º Quinto	Sim	Compôs 4 vez(es) alternadas	Deferida	Não
11	Lara Vasconcelos Palmeira Cruz Leone	4º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
12	Rudá Santos Figueiredo	4º Quinto	Não	Compôs 1 vez(es) a próxima será alternada	Deferida	Não
13	Patrícia Camilo Caetano Silva	5º Quinto	Não	Compôs 2 vez(es) alternadas	Deferida	Não
14	Thays Rabelo da Costa	5º Quinto	Não	-	Deferida	Não

15	Marcelo dos Santos Carneiro Porto	5º Quinto	Não	-	Deferida	Não
16	Alison da Silva Andrade	5º Quinto	Não	-	Deferida	Não
17	Adriana Patricia Cortopassi Coelho	5º Quinto	Não	-	Deferida	Não

9. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA Nº 56508/2023
ASSUNTO: Remoção interna, pelo critério de antiguidade, para Salvador - 1ª Promotoria de Justiça de Tóxicos e Entorpecentes - 1º Promotor(a) de Justiça, de entrância final (EDITAL Nº 3403/2023)

	CANDIDATOS	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO EM CONFORMIDADE COM OS ARTS. 112 E 113 DA LC Nº 11/1996	OPÇÃO
1	Karyne Simara Macêdo Lima- Titular da Salvador - 21ª Promotoria de Justiça Criminal - 1º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: atuação perante a 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Inquéritos, Atendimento ao Público, Investigação Criminal e Acordo de não Persecução Penal)	Deferida	Não
2	Luciano Santana Borges- Titular da Salvador - 3ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri - 1º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: atuação perante o 1º Juízo da 2ª Vara do Júri da Capital, Central de Inquéritos e Atendimento ao Público)	Deferida	Não
3	Adalto Araujo Silva Júnior- Titular da Salvador - 24ª Promotoria de Justiça Criminal - 1º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: atuação perante a 4ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Inquéritos, Atendimento ao Público, Investigação Criminal e Acordo de não Persecução Penal)	Deferida	Não
4	Monia Lopes de Souza Ghignone- Titular da Salvador – Promotoria de Justiça Militar - 3º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: atuação perante a Vara de Auditoria Militar, Central de Inquéritos, Atendimento ao Público, Investigação Criminal e Acordo de não Persecução Penal)	Deferida	Não
5	Dila Mara Freire Neves- Titular da Salvador - 2ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri - 3º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: atuação perante o 2º Juízo da 1ª Vara do Júri da Capital, Central de Inquéritos e Atendimento ao Público)	Deferida	Não
6	Bianca Geisa Santos Silva- Titular da Salvador - Promotoria de Justiça de Assistência - 1º Promotor(a) de Justiça (Extinção pela Lei nº 14.645/2023) (Atribuição: substituir ou auxiliar membro do Ministério Público, mediante substituição automática ou por designação do Procurador-Geral de Justiça, passando a exercer as funções judiciais e extrajudiciais daquele que substitui ou auxilia (art. 271 da Lei Complementar estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996))	Deferida	Não
7	Fernando Lucas Carvalho Villar de Souza - Titular da Salvador - 3ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri - 3º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: atuação perante o 1º Juízo da 2ª Vara do Júri da Capital, Central de Inquéritos e Atendimento ao Público)	Deferida	Não
8	Nívia Carvalho Andrade- Titular da Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 1º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: defesa da probidade e legalidade administrativa, bem como do patrimônio público e social (Cível e Criminal) e Atendimento ao Público)	Deferida	Não
9	Augusto César Carvalho de Matos- Titular da Salvador - Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial, Defesa Social e Tutela Difusa da Segurança Pública - 3º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: controle Externo da Atividade Policial, Defesa Social, Tutela Difusa da Segurança Pública, Atendimento ao Público, Investigação Criminal e Acordo de não Persecução Penal)	Deferida	Não

10	Ana Isabela Ribeiro Souza- Titular da Salvador - 4ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri - 1º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: atuação perante o 2º Juízo da 2ª Vara do Júri da Capital, Central de Inquéritos e Atendimento ao Público)	Deferida	Não

10. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA Nº 56508/2023
ASSUNTO: Promoção, pelo critério de antiguidade, para Salvador - 1ª Promotoria de Justiça de Tóxicos e Entorpecentes - 1º Promotor(a) de Justiça, de entrância final, ou vaga remanescente (EDITAL Nº 3403/2023)

	CANDIDATOS	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO EM CONFORMIDADE COM OS ARTS. 112 E 113 DA LC Nº 11/1996	OPÇÃO
1	Letícia Queiroz de Castro	Deferida	Não
2	Tiago Ávila de Souza	Deferida	Não
3	Ana Carolina Campos Tavares Gomes Freitas	Deferida	Não
4	Carlos André Milton Pereira	Deferida	Não
5	Rui Gomes Sanches Júnior	Deferida	Não
6	Rodrigo Pereira Anjo Coutinho	Deferida	Não
7	Marcos José Passos Oliveira Santos	Deferida	Não
8	Aroldo Almeida Pereira	Deferida	Não
9	Verena Aguiar Silveira	Deferida	Não
10	Victor Freitas Leite Barros	Deferida	Não
11	Alice Koerich Inacio	Deferida	Não
12	Thiago Pretti Pedreira	Deferida	Não
13	Márcia Munique Andrade de Oliveira	Deferida	Não
14	Lara Vasconcelos Palmeira Cruz Leone	Deferida	Não
15	Rudá Santos Figueiredo	Deferida	Não
16	Patrícia Camilo Caetano Silva	Deferida	Não
17	Thays Rabelo da Costa	Deferida	Não
18	Alison da Silva Andrade	Deferida	Não
19	Adriana Patricia Cortopassi Coelho	Deferida	Não

11. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA Nº 56761/2023
ASSUNTO: Remoção interna, pelo critério de merecimento, para Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 2º Promotor(a) de Justiça, de entrância final (EDITAL Nº 3405/2023)

	CANDIDATOS	QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	LISTA TRÍPLICE	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO EM CONFORMIDADE COM OS ARTS. 112 E 113 DA LC Nº 11/1996	OPÇÃO
1	Ricardo Menezes Souza- Titular da Salvador - Promotoria de Justiça de Saúde - 4º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: atuação judicial e extrajudicial na área de Defesa da Saúde, inclusive, mental, especialmente dos interesses difusos e coletivos (Cível e Criminal), Atuação nos feitos relativos a crimes imputados a profissionais de saúde, praticados no exercício de suas funções e Central de Inquéritos, Saúde Pública, e crimes contra a saúde pública e Saúde do Trabalhador e Atendimento ao público)	2º Quinto	Sim	Compôs 2 vez(es) alternadas	Deferida	Não

2	Leila Adriana Vieira Seijo de Figueiredo- Titular da Salvador - 22ª Promotoria de Justiça Criminal - 1º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: atuação perante a 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Inquéritos, Atendimento ao Público, Investigação Criminal e Acordo de não Persecução Penal)	2º Quinto	Sim	Compôs 2 vez(es) alternadas	Deferida	Não
3	Ana Paula Limoeiro Carvalho Macêdo- Titular da Salvador - 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude - 1º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: atuação judicial infracional perante a 4ª Vara da Infância e da Juventude e Atendimento ao Público)	2º Quinto	Sim	Compôs 1 vez(es) a próxima será alternada	Deferida	Não
4	Luciano Santana Borges- Titular da Salvador - 3ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri - 1º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: atuação perante o 1º Juízo da 2ª Vara do Júri da Capital, Central de Inquéritos e Atendimento ao Público)	3º Quinto	Sim	Compôs 1 vez(es) a próxima será alternada	Deferida	Não
5	Adalto Araujo Silva Júnior- Titular da Salvador - 24ª Promotoria de Justiça Criminal - 1º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: atuação perante a 4ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Inquéritos, Atendimento ao Público, Investigação Criminal e Acordo de não Persecução Penal)	3º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
6	Carlos Robson Oliveira Leão- Titular da Salvador - Promotoria de Justiça de Saúde - 7º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: atuação judicial e extrajudicial na área de Defesa da Saúde, inclusive, mental, especialmente dos interesses difusos e coletivos (Cível e Criminal), Atuação nos feitos relativos a crimes imputados a profissionais de saúde, praticados no exercício de suas funções e Central de Inquéritos, Saúde Pública, e crimes contra a saúde pública e Saúde do Trabalhador e Atendimento ao público)	3º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
7	Dila Mara Freire Neves- Titular da Salvador - 2ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri - 3º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: atuação perante o 2º Juízo da 1ª Vara do Júri da Capital, Central de Inquéritos e Atendimento ao Público)	3º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
8	Bianca Geisa Santos Silva- Titular da Salvador - Promotoria de Justiça de Assistência - 1º Promotor(a) de Justiça (Extinção pela Lei nº 14.645/2023) (Atribuição: substituir ou auxiliar membro do Ministério Público, mediante substituição automática ou por designação do Procurador-Geral de Justiça, passando a exercer as funções judiciais e extrajudiciais daquele que substitui ou auxilia (art. 271 da Lei Complementar estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996))	4º Quinto	Sim	-	Deferida	Não

9	Fernando Lucas Carvalho Villar de Souza - Titular da Salvador - 3ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri - 3º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: atuação perante o 1º Juízo da 2ª Vara do Júri da Capital, Central de Inquéritos e Atendimento ao Público)	4º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
10	Saulo Murilo de Oliveira Mattos - Titular da Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 4º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: atuação na defesa dos interesses difusos ou coletivos relacionados com o consumidor (Cível e Criminal) e atendimento ao público)	4º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
11	Nívia Carvalho Andrade- Titular da Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 1º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: Defesa da probidade e legalidade administrativa, bem como do patrimônio público e social (Cível e Criminal) e Atendimento ao Público)	5º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
12	Augusto César Carvalho de Matos- Titular da Salvador - Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial, Defesa Social e Tutela Difusa da Segurança Pública - 3º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: Controle Externo da Atividade Policial, Defesa Social, Tutela Difusa da Segurança Pública, Atendimento ao Público, Investigação Criminal e Acordo de não Persecução Penal)	5º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
13	Ana Isabela Ribeiro Souza- Titular da Salvador - 4ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri - 1º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: atuação perante o 2º Juízo da 2ª Vara do Júri da Capital, Central de Inquéritos e Atendimento ao Público)	5º Quinto	Não	-	Deferida	Não
14	Adriano Freire de Carvalho Marques - Titular da Salvador - 22ª Promotoria de Justiça Criminal - 2º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: atuação perante a 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Inquéritos, Atendimento ao Público, Investigação Criminal e Acordo de não Persecução Penal)	5º Quinto	Não	-	Deferida	Não
15	Paulo Cesar de Azevedo- Titular da Salvador - Promotoria de Justiça Militar - 1º Promotor(a) de Justiça (Atribuição: atuação perante a Vara de Auditoria Militar, Central de Inquéritos, Atendimento ao Público, Investigação Criminal e Acordo de não Persecução Penal)	5º Quinto	Não	-	Deferida	Não

12. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA Nº 56761/2023
ASSUNTO: Remoção, pelo critério de merecimento, para Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 2º Promotor(a) de Justiça, de entrância final, ou vaga remanescente (EDITAL Nº 3405/2023)

	CANDIDATOS	QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	LISTA TRÍPLICE	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO EM CONFORMIDADE COM OS ARTS. 112 E 113 DA LC Nº 11/1996	OPÇÃO
1	Márcia Morais dos Santos	3º Quinto	Sim	Compôs 2 vez(es) alternadas	Deferida	Não
2	Renata Caldas Sousa Lazzarini	3º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
3	Darrielle Costa Fernandes Aleixo	3º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
4	Juliana Rocha Sampaio	4º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
5	Rafael de Castro Matias	4º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
6	Patrícia Alves Martins	4º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
7	Milena Moreschi de Almeida	4º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
8	Fabrício Guida de Menezes	4º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
9	Rocío Garcia Matos	4º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
10	André Bandeira de Melo Queiroz	4º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
11	Gilber Santos de Oliveira – Efetivo exercício, após remoção, em 18/10/2023	4º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
12	Fernanda Presgrave Bruzdzensky	4º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
13	Hugo Cesar Fidelis Teixeira de Araújo	4º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
14	George Elias Gonçalves Pereira	4º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
15	Carlos Augusto Machado de Brito	4º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
16	Luiz Ferreira de Freitas Neto	4º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
17	Catharine Rodrigues de Oliveira Matos	4º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
18	Jair Antonio Silva de Lima	4º Quinto	Sim	Compôs 1 vez(es) a próxima será alternada	Deferida	Não
19	Igor Clovis Silva Miranda	4º Quinto	Sim	Compôs 1 vez(es) a próxima será alternada	Deferida	Não
20	Elias Silva Rodrigues – Efetivo exercício, após remoção, em 17/7/2023	5º Quinto	Sim	Compôs 1 vez(es) a próxima será alternada	Deferida	Não

21	Aline Cotrim Chamadoira	5º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
22	Luis Eduardo Souza e Silva	5º Quinto	Sim	Compôs 2 vez(es) alternadas	Deferida	Não
23	João Ricardo Soares da Costa	5º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
24	Fernando Rodrigues de Assis	5º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
25	Romeu Gonsalves Coelho Filho	5º Quinto	Sim	-	Deferida	Não
26	Rodolfo Fontenele Belchior Cabral	5º Quinto	Não	-	Deferida	Não
27	Gustavo Pereira Silva	5º Quinto	Não	Compôs 1 vez(es) a próxima será alternada	Deferida	Não
28	Adriana Hahn Perez	5º Quinto	Não	-	Deferida	Não
29	Cintia Campos da Silva	5º Quinto	Não	Compôs 1 vez(es) a próxima será alternada	Deferida	Não
30	Vera Leilane Mota Alves de Souza	5º Quinto	Não	-	Deferida	Não
31	Márcio Bellazzi de Oliveira	5º Quinto	Não	-	Deferida	Não

13. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA Nº 56937/2023
ASSUNTO: Remoção, pelo critério de merecimento, para Brumado - 1ª Promotoria de Justiça, de entrância final (EDITAL Nº 3422/2023)

	CANDIDATOS	QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	LISTA TRÍPLICE	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO EM CONFORMIDADE COM OS ARTS. 112 E 113 DA LC Nº 11/1996	OPÇÃO
1	Elias Silva Rodrigues – Efetivo exercício, após remoção, em 17/7/2023	5º Quinto	Sim	Compôs 1 vez(es) a próxima será alternada	Deferida	Não
2	Romeu Gonsalves Coelho Filho	5º Quinto	Sim	-	Deferida	Não

14. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA N° 49316/2023
ORIGEM: Conselho Superior do Ministério Público
ASSUNTO: Relatório trimestral de atividades desenvolvidas em curso de Mestrado
Interessado: Promotora de Justiça Anna Karina Omena Vasconcelos Trennepohl
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

15. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA N° 51572/2023 (SIMP Nº 003.0.38/2023)
ORIGEM: Conselho Superior do Ministério Público
ASSUNTO: Proposta de Resolução voltada a alterar o Regulamento do Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado da Bahia
PROPONENTE: Márcia Regina dos Santos Vírgens
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Régis Dourado
VOTO VISTA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota e 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

16. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA N° 6639/2020 (SIMP Nº 003.0.12201/2020)
ORIGEM: Conselho Superior do Ministério Público
ASSUNTO: Comunicação de prorrogação de prazo de depósito de tese de Mestrado
INTERESSADO(A)(S): Promotor de Justiça Leandro Marques Meira
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

17. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.141997/2023
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Valença
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Fornecimento de energia elétrica
INTERESSADO(A)(S): COELBA
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

18. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.175633/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana
ASSUNTO: Direito Ambiental > Revogação/Concessão de Licença Ambiental
- Direito Ambiental > Reserva Legal
INTERESSADO(A)(S): Ministério Público do Estado da Bahia
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

19. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.337870/2023
ORIGEM: Salvador - 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes de Preconceito > Intolerância e/Ou Injúria Racial, de Cor e/Ou etnia
INTERESSADO(A)(S): Ielma Oliveira Piauhy Ferreira
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

20. NOTÍCIA DE FATO Nº 007.9.344632/2023
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Concessão / Permissão / Autorização > Passe Livre em Transporte
- Direito da Saúde > Pública > Tratamento Médico Hospitalar > Consulta
INTERESSADO(A)(S): Théo de Oliveira Barros; Rosângela de Oliveira Silva; Ailton Francisco de Barros
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

21. INQUÉRITO CIVIL Nº 223.0.63004/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Pindobaçu
ASSUNTO: Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Município de Filadélfia - Ba
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

22. INQUÉRITO CIVIL Nº 179.9.145098/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Morro do Chapéu
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

23. INQUÉRITO CIVIL Nº 179.9.145112/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Morro do Chapéu
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

24. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.441663/2022
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus
ASSUNTO: Direito Ambiental > Fauna
- Direito Ambiental > Dano Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Caio Marcelo Lopo Cordeiro
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

25. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 007.9.351871/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Fornecimento de energia elétrica
INTERESSADO(A)(S): Patrícia Amorim; Prefeitura Municipal de Amargosa; Cristiane Pereira de Souza; Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA - Amargosa
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

26. INQUÉRITO CIVIL Nº 597.9.299052/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus
ASSUNTO: Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente
INTERESSADO(A)(S): Picuru
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

27. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.150227/2019
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Educação - 5º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Educação Inclusiva
INTERESSADO(A)(S): A Sociedade - Oficio297-08/2019
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

28. INQUÉRITO CIVIL Nº 190.0.260515/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana
ASSUNTO: Direito Ambiental > Patrimônio Cultural
INTERESSADO(A)(S): Louise Franscielli de Souza Pitanga; Município de Nazaré
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

29. INQUÉRITO CIVIL Nº 324.9.104691/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Taperoá
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Antônio Fernando Brito Pinto; Eduardo Henrique Guimarães Andrade
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

30. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 718.9.110433/2017
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > enriquecimento Ilícito
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Asclepiades de Almeida Queiroz; Município de Ubaitaba; Sueli Carneiro da Silva
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

31. INQUÉRITO CIVIL Nº 338.9.229326/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
- Direito Ambiental > Dano Ambiental
INTERESSADO(A)(S): José da Paixão Jesus
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

32. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 718.0.144412/2008
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > empregado Público / Temporário
INTERESSADO(A)(S): Servidores Públicos Municipal Concursados; Asclepiades de Almeida Queiroz
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

33. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.173818/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana
ASSUNTO: Direito Ambiental > Patrimônio Cultural
INTERESSADO(A)(S): Ministério Público do Estado da Bahia
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

34. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.268162/2017
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Campo Formoso
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Ensino Fundamental e Médio > Educação Pré-Escolar
INTERESSADO(A)(S): Sérgio Martins de Souza Queiroz; Elton Luiz Freitas Moreira
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

35. NOTÍCIA DE FATO N° 674.9.207759/2023
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Operações Urbanas Consorciadas
INTERESSADO(A)(S): Ademir Alves Chaves; Dayana da Silva Carvalho
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

36. INQUÉRITO CIVIL Nº 371.0.181289/2013
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itacaré
ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Fundos
INTERESSADO(A)(S): Município de Itacaré
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

37. INQUÉRITO CIVIL Nº 090.9.343732/2022
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itanhém
ASSUNTO: Direito do Consumidor > dever de Informação
- Direito do Consumidor > Responsabilidade do Fornecedor > Produto Impróprio
INTERESSADO(A)(S): Associação Brasileira de Industria de Café; Ouro Verde Torrefação e Moagem de Café Ltda
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

38. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.156237/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Juvenal Mascarenhas Nassri
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

39. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.188077/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Benedito Carvalho de Oliveira
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

40. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.408361/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Paulo Meneses Caldas
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

41. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 676.9.26896/2019
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Eures Ribeiro Pereira; Kaio Brito Ribeiro; Andréia Pereira Ribeiro Brito
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

42. INQUÉRITO CIVIL Nº 592.9.111633/2020
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim
ASSUNTO: Questões de Alta Complexidade, Grande Impacto e Repercussão > COVID-19
INTERESSADO(A)(S): Ministério Público do Estado da Bahia
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

43. NOTÍCIA DE FATO Nº 598.9.400654/2023
ORIGEM: 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro
ASSUNTO: Direito à Educação > Qualidade > Transporte
INTERESSADO(A)(S): Gabriel Fellipe Macedo Silva; Nair Manuella Macedo da Silva; Glauciane Macedo dos Santos
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

44. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 371.9.55776/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itacaré
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Itacaré; Conselho Tutelar de Itacaré
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

45. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.398020/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Saúde - 4º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito da Saúde > Pública > Tratamento Médico Hospitalar > Cirurgia > eletiva
INTERESSADO(A)(S): Ubirajara Sousa de Sales
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

46. INQUÉRITO CIVIL Nº 591.9.538023/2022
ORIGEM: 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Posturas Municipais
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

47. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.39995/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Mairi
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Mairi
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

48. INQUÉRITO CIVIL Nº 718.0.208003/2011
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Empregado Público / Temporário
INTERESSADO(A)(S): Domingos Marques dos Santos
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

49. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 678.9.297532/2022
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
- Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente
INTERESSADO(A)(S): Município de Cruz das Almas
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

50. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC Nº 699.9.255257/2022
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Processual Civil e do Trabalho > Processo Coletivo > Ação Civil Pública > Termo de Ajustamento de Conduta - TAC
INTERESSADO(A)(S): Joseval Amâncio Teixeira; Câmara Municipal de Itaberaba/Ba
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

51. INQUÉRITO CIVIL Nº 052.9.4349/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itambé
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Alexandre Santana Moreira; Câmara Municipal de Vereadores de Itambé - Bahia; Município de Itambé
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

52. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 222.9.238151/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Iaçu
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
INTERESSADO(A)(S): Edson Sousa de Oliveira; José Luiz Santos Souza - Me; Noel Alves dos Santos; Nixon Duarte Muniz Ferreira
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

53. INQUÉRITO CIVIL Nº 724.0.81799/2011
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): Cássio Requião Barreto; Município de Santo Amaro
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

54. INQUÉRITO CIVIL Nº 176.0.110970/2013
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Monte Santo
ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Ato Infracional > Análogo a Crime Culposo
INTERESSADO(A)(S): Silvania Maria da Mota Silva
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

55. INQUÉRITO CIVIL Nº 032.0.94945/2013
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Oliveira dos Brejinhos
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
INTERESSADO(A)(S): Robério Ribeiro da Silva; Oton Ribeiro dos Santos; Margarida Maria Florencio da Silva; Silvio Batista de Oliveira; José Ariosvaldo dos Santos; Célia Novais Santos; Erasmo Ribeiro Sodré; Anésia Sodré de Souza; José Sodré Barreto; Arlete Ribeiro Sodré; Ivoneide Alves Santana
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

56. PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL Nº 096.0.60197/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Correntina
ASSUNTO: Direito Penal
INTERESSADO(A)(S): Cícero; Petronilio; Joaquim Correia dos Santos; Adonias Ataíde Dourado
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

57. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 007.9.354438/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Concessão / Permissão / Autorização > Água e/ou Esgoto
- Direito Ambiental > Saneamento
INTERESSADO(A)(S): Francélio; Prefeitura Municipal de Milagres; Raimundo de Tal; Valdice Silva Queiroz
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

58. INQUÉRITO CIVIL Nº 597.9.16302/2021
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença
ASSUNTO: Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente
INTERESSADO(A)(S): Carlito Santana de Andrade; A Sociedade
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

59. INQUÉRITO CIVIL Nº 114.9.138521/2018
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > enriquecimento Ilícito
INTERESSADO(A)(S): A Apurar
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

60. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.381650/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 3º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > estabelecimentos de ensino
- Direito do Consumidor > Práticas Abusivas
INTERESSADO(A)(S): Facs Serviços Educacionais Ltda - UNIFACS; Liliane Meireles Soares
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

61. INQUÉRITO CIVIL Nº 013.9.15495/2020
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Antas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao erário
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > enriquecimento Ilícito
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Ministério Público Federal de Paulo Afonso; Município de Novo Triunfo
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

62. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 031.9.131262/2017
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil > Regime estatutário > Nepotismo
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Brejões
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

63. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.43248/2023
ORIGEM: 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Produto Impróprio
INTERESSADO(A)(S): Felipe Santana Santos
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

64. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.9.371417/2021
ORIGEM: Salvador - 1ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos - 3º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Não Discriminação > Racial
INTERESSADO(A)(S): Manoel Carlos de Jesus Souza; Silvana Silva da Paixão; Márcio Ladeia Fernandes
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

65. NOTÍCIA DE FATO Nº 707.9.504128/2023
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Poções
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Concurso Público / Edital > Cadastro Reserva
INTERESSADO(A)(S): Ministério Público do Estado da Bahia; Município de Poções
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

66. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.175085/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Wanderley Souza de Oliveira
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

67. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.154248/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Ridalva Alves Pinto
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

68. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.264444/2022
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Educação - 6º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito à Educação > Educação Básica > Educação Infantil - Creche
- Direito à Educação > Educação Básica > Educação Infantil - Pré-Escola
INTERESSADO(A)(S): Secretaria Municipal de Educação de Salvador - SMED; Ane Karoline Ribeiro Cavalcante
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

69. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.139172/2015
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Correntina
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): A Sociedade; Município de Correntina
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

70. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.240328/2014
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Jequié
ASSUNTO: Direito Penal
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

71. INQUÉRITO CIVIL Nº 608.9.54756/2020
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Jequié
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Jequié - Câmara Municipal de Jequié; Ouvidoria MPBA
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

72. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.174618/2022
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Nazaré
ASSUNTO: Direito Ambiental > Revogação/Concessão de Licença Ambiental
- Direito Ambiental > Flora
- Direito Ambiental > Recursos Hídricos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Posturas Municipais
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Aratuípe; Itacaisam Derivados de Petróleo Ltda
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

73. INQUÉRITO CIVIL Nº 608.0.237283/2016
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Jequié
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

74. INQUÉRITO CIVIL Nº 152.9.191859/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Contra o Patrimônio > Dano em Coisa de Valor Artístico, Arqueológico ou Histórico
INTERESSADO(A)(S): Patrícia Maria da Conceição; Marcos Antônio Senna Brito
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

75. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 608.9.366629/2022
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Jequié
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Jessé Meira Barros
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

76. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.110349/2020
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Maria Aladilce de Souza; Município de Salvador; Marta Rodrigues Sousa de Brito Costa
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

77. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.549847/2022
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itacaré
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Poluição > Outros Atos contra o Meio Ambiente
INTERESSADO(A)(S): Rádio Cultural de Taboquinhas; Margarida Claudia Tavares Arantes; Munícipio de Itacaré
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

78. INQUÉRITO CIVIL Nº 608.9.387239/2021
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Jequié
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

79. INQUÉRITO CIVIL Nº 117.0.78546/2014
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Jacaraci
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Município de Mortugaba; Osvaldo Rodrigues Cotrim; Rita de Cássia Cerqueira Santos; Rubens Pereira de Brito; José Carlos Brito Juiz; Samuel Henrique Ribeiro
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

80. INQUÉRITO CIVIL Nº 593.9.3419/2020
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Modalidade /Limite
INTERESSADO(A)(S): Giovanio Barbosa Pinto; Município de Cristópolis; Comissão Provisória do Partido Ecológico Nacional de Cristópolis
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

81. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 591.9.107318/2023
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas; Fabio Rastelly de Souza
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

82. INQUÉRITO CIVIL Nº 159.0.66922/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Mairi
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
INTERESSADO(A)(S): Ruy Nerjes da Silva Barberino; Roque Nilson Ferreira Carneiro
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

83. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.212083/2023
ORIGEM: Salvador - 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Infrações Administrativas
- Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Conselhos Tutelares
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

84. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.81288/2021
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Saúde - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Saúde > Tratamento Médico Hospitalar > Atendimento/Tratamento Ambulatorial
INTERESSADO(A)(S): Município de Madre de Deus
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

85. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.302213/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 7º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Município de Madre de Deus
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

86. INQUÉRITO CIVIL Nº 187.0.114134/2010
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Muritiba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público
INTERESSADO(A)(S): Josenilson Dias dos Santos; Clementino Pereira Fraga Filho; EMBASA - Empresa Bahiana de Águas e Saneamento S/A; Metro Engenharia; Município de Muritiba
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

87. INQUÉRITO CIVIL Nº 592.0.14630/2015
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim
ASSUNTO: Direito à Educação > Qualidade > Infraestrutura
INTERESSADO(A)(S): Secretaria de Educação de Senhor do Bonfim
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

88. INQUÉRITO CIVIL Nº 644.0.46294/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista
ASSUNTO: Direito Ambiental > Recursos Hídricos
INTERESSADO(A)(S): Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Madalena, Goiabeira, Capoeira do Melo e Adjacências
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

89. INQUÉRITO CIVIL Nº 608.0.82345/2014
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Jequié
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

90. INQUÉRITO CIVIL Nº 593.0.143280/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): Renato Baumann
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

91. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.123950/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Tanque Novo
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Contra a Organização do Trabalho > Frustração de Direitos Assegurados por Lei Trabalhista
INTERESSADO(A)(S): Sandra Marlicy de Souza Faustino
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

92. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 707.9.187039/2021
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Poções
ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Medidas de proteção > Inclusão em Programa de Acolhimento Familiar
INTERESSADO(A)(S): Município de Boa Nova
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

93. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 591.9.30187/2023
ORIGEM: 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Posturas Municipais
INTERESSADO(A)(S): Nilton Mello Neto; Gbarbosa
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

94. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.156337/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Juraci Francisco Alves
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

95. INQUÉRITO CIVIL Nº 716.9.36040/2019
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Ipirá
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Controle Externo da Atividade Policial > Custódia - Escolta e Situação de Presos
INTERESSADO(A)(S): Delegacia de Polícia Civil de Ipirá
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

96. INQUÉRITO CIVIL Nº 644.9.168881/2018
ORIGEM: 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Fundação Pública de Saúde Município de Vitória da Conquista; Márcia Viviane de Araújo Sampaio; Município de Vitória da Conquista; Secretaria Municipal de Saúde de Vitória da Conquista
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

97. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.90774/2019
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Enriquecimento Ilícito
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

98. INQUÉRITO CIVIL Nº 279.9.80774/2020
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Santo Estêvão
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Modalidade / Limite
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Ipecaetá
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

99. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 262.9.140199/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santa Inês
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Públicos
INTERESSADO(A)(S): José Edson Costa; Naelson de Souza Lemos
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

100. INQUÉRITO CIVIL Nº 031.0.151292/2016
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Ministério Público do Estado da Bahia; Município de Brejões
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

101. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.183494/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itapicuru
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Ensino Fundamental e Médio > Educação Pré-escolar
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura de Itapicuru
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

102. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.238576/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 7º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Departamento Estadual de Trânsito Detran - Bahia
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

103. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.49467/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jequié
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Mauricio de Cerqueira Costa Júnior
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

104. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC Nº 600.9.31679/2022
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Adolpho Tito Sena Nuno de Souza
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

105. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.51473/2014
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): Fazenda Agronobre
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

106. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.203524/2021
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Responsabilidade do Fornecedor > Produto Impróprio
INTERESSADO(A)(S): Manteiga Flor de Lis; Sindicato de Indústria de Laticínios e Derivados do Leite do Estado da Bahia
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

107. INQUÉRITO CIVIL Nº 152.9.101092/2021
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis
ASSUNTO: Direito Ambiental > Saneamento
INTERESSADO(A)(S): Município de Iraquara
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

108. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.499494/2022
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 2º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Contratos Administrativos > Obras Públicas
INTERESSADO(A)(S): Anônimo; Município do Salvador
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

109. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 705.0.243979/2015
ORIGEM: 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Ena Vilma Pereira de Souza Negromonte; Manoel de Melo Sá
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

110. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.68971/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Baianópolis
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Contra as Finanças Públicas > Má-gestão Praticada por Prefeitos e Vereadores
INTERESSADO(A)(S): Anderson Cleyton Santos Almeida; Francisco de Souza Andrade Netto
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

111. INQUÉRITO CIVIL Nº 699.0.184465/2016
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Ensino Fundamental e Médio > Educação Pré-escolar
INTERESSADO(A)(S): Ministério Público do Estado da Bahia; Secretaria de Educação de Itaberaba
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

112. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.253195/2020
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Município de Teixeira de Freitas
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

113. INQUÉRITO CIVIL Nº 078.0.170682/2008
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Cipó
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público
INTERESSADO(A)(S): Alan Carlos de Santana; Município de Ribeira do Amparo
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

114. NOTÍCIA DE FATO Nº 058.9.381136/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Capim Grosso
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Enriquecimento ilícito
INTERESSADO(A)(S): Município de São José do Jacuípe
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

115. INQUÉRITO CIVIL Nº 280.0.14027/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça de São Desidério
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil
INTERESSADO(A)(S): Desconhecido
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

116. INQUÉRITO CIVIL Nº 032.0.95433/2013
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Oliveira dos Brejinhos
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
INTERESSADO(A)(S): Auto Center Seabra; Prefeitura Municipal de Brotas de Macaúbas
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

117. INQUÉRITO CIVIL N° 096.0.182397/2014
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Correntina
ASSUNTO: Direito Civil > Família > Relações de Parentesco > Guarda
INTERESSADO(A)(S): Eli Barbosa de Jesus; João Miguel Barbosa de Miranda; Joselito Francisco de Miranda
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

118. INQUÉRITO CIVIL Nº 113.9.141886/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Encruzilhada
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Município de Encruzilhada
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

119. NOTÍCIA DE FATO Nº 703.9.171588/2022
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Pessoas com Deficiência
- Direito à Educação > Educação Básica > Educação Infantil - Pré-Escola
- Direito à Educação > Educação Especial > Profissionais de Apoio
- Direito à Educação > Educação Especial > Institucionalização Pedagógica do Atendimento Educacional Especializado
INTERESSADO(A)(S): Enzo Pietro Aguiar Souza; Regiane dos Santos Aguiar
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

120. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 591.9.139881/2023
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Anônimo; Leandro Pinto
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

121. INQUÉRITO CIVIL Nº 702.9.35345/2020
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Parcelamento do Solo
INTERESSADO(A)(S): Município de Jacobina
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

122. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.49101/2019
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Domínio Público > Recursos Minerais
INTERESSADO(A)(S): Acisa Construções e Empreendimentos Ltda – Epp; Aldo Jesus Cintra dos Santos; Luzivaldo Machado Rosa; Raimundo Nilson Santos de Santana
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

123. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.114799/2008
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): Hendrik Rooy
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

124. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.43029/2017
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Contratos Administrativos > Execução Contratual
INTERESSADO(A)(S): Francisco Filho Lima; Secretaria de Educação do Estado da Bahia
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

125. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 718.0.34839/2015
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Asclepiades de Almeida Queiroz
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

126. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.0.150090/2015
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Adilson Silva Kalid; Francisco de Souza Andrade Netto
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

127. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.0.228303/2014
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Penal
INTERESSADO(A)(S): Domingos Marques dos Santos
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

128. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.0.244213/2014
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Conselhos > Conselho de Direitos da Criança e Adolescente > Municipal
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura de Milagres
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

129. INQUÉRITO CIVIL Nº 334.9.34928/2017
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Tucano
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Gradux Brasil Eireli Epp; Município de Tucano
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

130. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.377467/2023
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Gabriel Rocha Falcão Carneiro; Francisco Xavier da Silva Menezes
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

131. INQUÉRITO CIVIL Nº 179.9.145088/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Morro do Chapéu
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

132. INQUÉRITO CIVIL Nº 179.9.144596/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Morro do Chapéu
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

133. INQUÉRITO CIVIL Nº 179.9.144582/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Morro do Chapéu
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

134. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.144266/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Taperoá
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Cláudia de Mendonça Braga Soares
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

135. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.414389/2022
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas
INTERESSADO(A)(S): Master Capacitação em Formação Profissional Eireli; Sueli Barbosa dos Santos
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

136. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.154384/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Rodovalio Silva Campanati
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

137. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.400499/2022
ORIGEM: 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > empregado Público / Temporário > Admissão / Permanência / despedida
INTERESSADO(A)(S): Municipio de Vitória da Conquista; Flávia Tinôco Araújo
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

138. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.386820/2021
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Amélia Rodrigues
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Alan Santos Braga
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

139. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.358805/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Irará
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Contra as Finanças Públicas > Corrupção Praticada por Prefeitos e Vereadores
INTERESSADO(A)(S): Eduardo da Silva Vilas-Boas; Marlon Ferreira Cerqueira Santos; Tribunal de Contas dos Municípios
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

140. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.532277/2022
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo
ASSUNTO: Direito Ambiental > Fauna
- Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Fauna > Maus Tratos
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso - Denúncia CEAMA
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

141. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.143751/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Gilson Guimarães Souza
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

142. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.184464/2014
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Poluição
INTERESSADO(A)(S): Fabiano de Oliveira Silva
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

143. INQUÉRITO CIVIL Nº 597.9.349380/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Valença
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Fornecimento de Energia Elétrica
- Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Produto Impróprio
INTERESSADO(A)(S): Carla Alcantara Ferreira; Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

144. INQUÉRITO CIVIL Nº 598.0.102489/2008
ORIGEM: 14ª Promotoria de Justiça de Juazeiro
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Produto Impróprio
INTERESSADO(A)(S): Agrocom Comércio Exterior Ltda; Syngenta Proteção de Cultivos Ltda
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

145. INQUÉRITO CIVIL Nº 185.9.88854/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Mucuri
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Inexigibilidade
INTERESSADO(A)(S): Antônio Alberto Barbosa Filho; Paulo Alexandre Matos Griffo
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

146. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.9.314028/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Agentes Políticos > Prefeito > Prestação de Contas
INTERESSADO(A)(S): Alessandro Rodrigues Brandão Correia; Plínio Carneiro Filho e Outros
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

147. INQUÉRITO CIVIL Nº 592.9.86612/2021
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Agentes Políticos > Prefeito > Remuneração
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil > Sistema Remuneratório e Benefícios > Data Base
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Agentes Políticos > Parlamentares > Remuneração > Verba de Representação
- Questões de Alta Complexidade, Grande Impacto e Repercussão > COVID 19
INTERESSADO(A)(S): Município de Senhor do Bonfim
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

148. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 696.9.537404/2022
ORIGEM: 6ª Promotoria de Justiça de Candeias
ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Fundos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Conselhos > Conselho de Direitos da Criança e Adolescente > Municipal
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

149. INQUÉRITO CIVIL Nº 032.0.94182/2013
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Oliveira dos Brejinhos
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Ivoneide Alves Santana; Arlete Ribeiro Sodré
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

150. INQUÉRITO CIVIL Nº 324.9.105184/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Taperoá
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Taperoá; Ulices Aleluia Couto Dantas; Ito Meireles
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

151. INQUÉRITO CIVIL Nº 676.9.19031/2017
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil > Regime Estatutário > Redistribuição
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho; Renata Andrade Cristino
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

152. INQUÉRITO CIVIL Nº 598.9.59278/2021
ORIGEM: 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Dispensa
INTERESSADO(A)(S): KBF - Sistemas Consultoria e Assessoria Ltda; Município de Juazeiro; Thiciane Costa Rebouças; ZM4 Tecnologia e Serviços Eireli - ME
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

153. NOTÍCIA DE FATO Nº 152.9.357665/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora > Destruição ou Degradação
INTERESSADO(A)(S): Citroflora Ltda
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

154. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.90542/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itacaré
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Contra as Finanças Públicas > Má-Gestão Praticada por Prefeitos e Vereadores
INTERESSADO(A)(S): Francisco de Souza Andrade Neto; Jarbas Barbosa Barros
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

155. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.157149/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Amélia Rodrigues
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Penal > Crimes Contra as Finanças Públicas > Má-Gestão Praticada por Prefeitos e Vereadores
INTERESSADO(A)(S): Allan Oliveira Lima; Paulo César Bahia Falcão
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

156. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.468931/2022
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 2º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas
INTERESSADO(A)(S): Autinei Fernandes Galvão
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

157. NOTÍCIA DE FATO Nº 676.9.441683/2023
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Adenilson de Castro Vieira; Crisjeorge Soares Barbosa; Edimar Matheus de Oliveira; Edvaldo Pereira dos Santos; Enio Pereira Guedes; Jair Gomes de Araújo; João Bosco da Silva Júnior; Luciene Magalhães Campos; Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Ba
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

158. INQUÉRITO CIVIL Nº 371.9.25478/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itacaré
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Domínio Público > Bens Públicos > Águas Públicas
INTERESSADO(A)(S): Município de Itacaré
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

159. INQUÉRITO CIVIL Nº 676.9.96273/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Ambiental > Revogação/Concessão de Licença Ambiental
- Direito Ambiental > Flora
- Direito Ambiental > Mineração
INTERESSADO(A)(S): Ulisses David da Silva
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

160. INQUÉRITO CIVIL Nº 676.9.97735/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural
INTERESSADO(A)(S): Barbosa e Costa Ltda Telecom Provider
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

161. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.2838/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba
ASSUNTO: Direito Ambiental > Saneamento
INTERESSADO(A)(S): Município de Ipirá; Procuradoria Geral do Estado da Bahia
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

162. INQUÉRITO CIVIL Nº 306.9.467/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Serra Dourada
ASSUNTO: Direito Penal > Crime/contravenção decorrente de conflito fundiário coletivo
INTERESSADO(A)(S): Márcia Regina Ribeiro Teixeira
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

163. INQUÉRITO CIVIL Nº 724.9.158016/2019
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Segurança em Edificações
INTERESSADO(A)(S): Sérgio Fernando Mendes
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

164. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 111.9.76600/2023
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Dias D'Ávila
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Joabe Gonçalves Palmeira; Júlio da Silveira Reis Júnior; Regiane Jesus da Silva; Renato Henrique de Souza
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

165. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 306.9.81942/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Serra Dourada
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Brejolândia
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

166. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.105692/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Ivailde Bonfim Pires
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

167. NOTÍCIA DE FATO Nº 591.9.385638/2022
ORIGEM: 6ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral > Exercício Funcional Ilegalmente Antecipado ou Prolongado
INTERESSADO(A)(S): Andreia Almeida Mesquita
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

168. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.281628/2021
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Educação - 6º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito à Educação > Avaliação e Controle > Autorização de Funcionamento/Fiscalização de Estabelecimentos de Ensino
INTERESSADO(A)(S): Network Terra Bahia Brasil
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

169. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.421327/2022
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 2º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Ambiental > Fauna
INTERESSADO(A)(S): A Apurar; Sigilo da Fonte - CAOPAM
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

170. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 676.9.47923/2018
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito do Trabalho > Responsabilidade Civil do Empregador > Indenização por Dano Moral > Assédio Moral
INTERESSADO(A)(S): Atenildo Santos do Nascimento; Município de Serra do Ramalho; Penha Regina Alves Castanheira
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

171. INQUÉRITO CIVIL Nº 306.0.70564/2015
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Serra Dourada
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público
INTERESSADO(A)(S): José Milton Frota de Souza
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

172. INQUÉRITO CIVIL Nº 656.0.90533/2016
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil > Regime Estatutário > Acumulação de Cargos
INTERESSADO(A)(S): Ministério Público do Estado da Bahia; Tamires do Nascimento Rodrigues
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

173. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.297926/2021
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Empregado Público / Temporário > Admissão / Permanência / Despedida
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Responsabilidade da Administração> Indenização por Dano Material > Concurso Público - Nomeação/Posse Tardia
INTERESSADO(A)(S): Anônimo; Município de Serrinha
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

174. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 681.9.308981/2023
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Combustíveis e derivados
INTERESSADO(A)(S): 2ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha; A Sociedade de Quijingue; Leondez Nunes Arruda
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

175. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 007.9.521352/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Pessoas com deficiência
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Acessibilidade > Veículos de Transporte Coletivo
INTERESSADO(A)(S): Daniela dos Santos de Jesus; Danyel de Jesus Couto
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

176. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 717.9.1771/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Coribe
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Orçamento > Repasse de Verbas Públicas
INTERESSADO(A)(S): APLB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

177. INQUÉRITO CIVIL Nº 597.9.19469/2022
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Domínio Público > Imóvel Funcional > Reintegração de Posse
INTERESSADO(A)(S): Comunidade do Calumbi
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

178. NOTÍCIA DE FATO Nº 719.9.64563/2023
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Seabra
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Enriquecimento ilícito
INTERESSADO(A)(S): Fábio Miranda de Oliveira
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

179. INQUÉRITO CIVIL Nº 677.0.232263/2015
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Brumado
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Produto Impróprio
INTERESSADO(A)(S): A Sociedade; Município de Aracatu
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

180. INQUÉRITO CIVIL Nº 644.0.199748/2014
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
- Direito Ambiental > Dano Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Nilo Augusto Moraes Coelho
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

181. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.9.135490/2020
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Cezar Rotondano Machado; Raimundo de Souza Silva
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

182. INQUÉRITO CIVIL Nº 280.0.124331/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça de São Desidério
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): Desconhecido
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

183. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.124483/2022
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 2º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes da Lei de Licitações
INTERESSADO(A)(S): Ana Paula Carneiro Silva
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

184. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 694.9.108468/2019
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Município de Ibiquera
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

185. INQUÉRITO CIVIL Nº 054.0.186833/2008
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Cândido Sales
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações
INTERESSADO(A)(S): Adevair dos Santos Silva; Arnaldo Ferraz de Araújo; Eduardo de Oliveira Pontes; Nailton Pires Tavares; Robson de Oliveira Freitas
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

186. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.164086/2019
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Pojuca
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Firmino José dos Santos
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

187. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.86676/2021
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Taperoá
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Alan Santos Braga; Município de Taperoá
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

188. INQUÉRITO CIVIL Nº 032.0.95628/2013
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Oliveira dos Brejinhos
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
INTERESSADO(A)(S): Ivoneide Alves Santana; Município de Ipupiara
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

189. INQUÉRITO CIVIL Nº 675.0.146331/2014
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Barra
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Fornecimento de Água
INTERESSADO(A)(S): Ministério Público do Estado da Bahia; Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

190. INQUÉRITO CIVIL Nº 190.9.59685/2019
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Nazaré
ASSUNTO: Direito Ambiental > Mineração
INTERESSADO(A)(S): Município de Nazaré; A Sociedade
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

191. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.6658/2016
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial, Defesa Social e Tutela Difusa da Segurança Pública - 6º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Penal - Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes de Abuso de Autoridade
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Controle Externo da Atividade Policial > Registros > Ocorrências Policiais, Representações de Ofendidos e Notitia Criminis
INTERESSADO(A)(S): Adriano Alves dos Santos; Walter Takemoto; Rose Mary Santos Fernandes; André Ribeiro Prado; José Osvaldo Alquino dos Santos; Vlady Gabriel Chaves da Silva; Ary Pereira de Oliveira; Fabiano Fortuna e Silva; Ronald Silva do Nascimento
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

192. AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO Nº 198.9.68447/2022
ORIGEM: Nova Soure – Promotoria de Justiça
ASSUNTO: Direito Penal > Violência Doméstica Contra a Mulher
- Direito Penal > Lesão Corporal > Decorrente de Violência Doméstica > Contra a Mulher
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

193. INQUÉRITO CIVIL Nº 598.9.373310/2021
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro
ASSUNTO: Direito Ambiental > Revogação/Concessão de Licença Ambiental
- Direito Ambiental > Dano Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Dinant Energia e Holding Ltda
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

194. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.9.181387/2023
ORIGEM: Salvador - 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Pessoas com Deficiência
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

195. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 723.9.109935/2022
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itamaraju
ASSUNTO: Direito Eleitoral > Crimes Eleitorais > Crimes Contra o Sigilo ou o Exercício do Voto > Corrupção Eleitoral
INTERESSADO(A)(S): Ronemilson Dias do Vale
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

196. INQUÉRITO CIVIL Nº 644.0.193658/2014
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista
ASSUNTO: Direito Ambiental > Revogação/Concessão de Licença Ambiental
- Direito Ambiental > Recursos Hídricos
INTERESSADO(A)(S): Arly Britto Sinay Neves; Geraldo Almeida Sinay Neves; Município de Encruzilhada
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

197. PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL Nº 306.9.188303/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Serra Dourada
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Bancários > Empréstimo consignado
INTERESSADO(A)(S): Associação de Proteção e Direito do Consumidor
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

198. NOTÍCIA DE FATO Nº 593.9.408606/2023
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Enriquecimento Ilícito
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): João Barbosa de Souza Sobrinho; Silvia Cristina do Vale Donato; Valter Luiz Santana
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

199. NOTÍCIA DE FATO Nº 593.9.410917/2023
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): João Barbosa de Souza Sobrinho
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

200. NOTÍCIA DE FATO Nº 676.9.449031/2023
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Eduardo Fernando Ferreira Maskell Filho; Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa; Rally Construtora Ltda - ME
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

201. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.293187/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 7º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Madre de Deus; Rafael Sebastian Matarazzo
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

202. INQUÉRITO CIVIL Nº 705.0.132934/2016
ORIGEM: 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público
INTERESSADO(A)(S): Cledson Romário da Silva Santana; PMGL
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

203. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.107773/2021
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 8º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Diretor da Penitenciária Lemos de Brito
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

204. INQUÉRITO CIVIL Nº 190.0.241319/2016
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Nazaré
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Ailton Figueiredo Souza Júnior; Milton Rabelo de Almeida Júnior
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

205. INQUÉRITO CIVIL Nº 656.0.61916/2011
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Dispensa
INTERESSADO(A)(S): José Emidio Tavares de Almeida Santos; Walter Almeida Rosário
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

206. INQUÉRITO CIVIL Nº 270.0.259002/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santana
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil
INTERESSADO(A)(S): Alessandro de Almeida Oliveira; André Luiz Piedade Santos; Claudinete de Oliveira Souza
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

207. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 707.9.187049/2021
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Poções
ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Medidas de Proteção > Inclusão em Programa de Acolhimento Familiar
INTERESSADO(A)(S): Município de Mirante
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

208. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 719.9.326347/2022
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Seabra
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil > Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância > Apuração de Irregularidade no Serviço Público
INTERESSADO(A)(S): Município de Novo Horizonte
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

209. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.380428/2022
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Educação - 6º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito à Educação > Avaliação e Controle > Autorização de Funcionamento/Fiscalização de Estabelecimentos de Ensino
INTERESSADO(A)(S): CME - Conselho Municipal de Educação; Espaço Recreativo Dona Terezinha
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

210. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.0.209465/2014
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Maria Gardênia Vieira de Andrade; Município de Cícero Dantas
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

211. INQUÉRITO CIVIL Nº 597.9.255259/2020
ORIGEM: 6ª Promotoria de Justiça de Valença
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): J.F.E. Empreendimentos e Construções Ltda; Município de Valença
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

212. INQUÉRITO CIVIL Nº 280.0.14056/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça de São Desidério
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas
INTERESSADO(A)(S): Desconhecido
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

213. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.84738/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Prado
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Francisco de Souza Andrade Netto; Leonardo Coelho Brito
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

214. NOTÍCIA DE FATO Nº 696.9.377790/2023
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Candeias
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Rede Social Candeias; Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social de Candeias - SEDAS
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

215. NOTÍCIA DE FATO Nº 656.9.361914/2023
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Edital
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Recursos Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Modalidade / Limite > Tomada de Preço
INTERESSADO(A)(S): Município de Fátima; Rodrigo Martins Advogados Associados; Ultratec Empreendimentos e Construções Ltda
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

216. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.375741/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 8º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Pessoa Física - Desconhecido(a)
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

217. INQUÉRITO CIVIL Nº 066.9.154891/2019
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Casa Nova
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Associação Beneficente Vale da Vida; Gleniston Ribeiro Santos; Marinalva da Conceição Oliveira - Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA; Município de Casa Nova; Paciel Jucelino Coelho; Ritanilson Rodrigues Coelho
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

218. INQUÉRITO CIVIL Nº 056.0.145252/2013
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Cansanção
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações
INTERESSADO(A)(S): Cirilo Araújo Damasceno; Construtora e Terraplanagem Santos Andrade Ltda; Frederico Macedo Reis; Lourival José dos Santos; Ranulfo da Silva Gomes
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

219. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.222540/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Barra da Estiva
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Contra as Finanças Públicas > Má-gestão Praticada por Prefeitos e Vereadores
INTERESSADO(A)(S): Arnaldo Silva Pires; Francisco de Souza Andrade Neto
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

220. INQUÉRITO CIVIL Nº 168.9.9583/2020
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Medeiros Neto
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Agentes Políticos > Prefeito > Prestação de Contas
INTERESSADO(A)(S): Jadina Paiva Silva; Município de Medeiros Neto
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

221. INQUÉRITO CIVIL Nº 597.9.1613/2020
ORIGEM: 6ª Promotoria de Justiça de Valença
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação
INTERESSADO(A)(S): Antônio Pereira da Silva Neto; SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto - Valença
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

222. INQUÉRITO CIVIL Nº 702.9.17218/2019
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
INTERESSADO(A)(S): Associação Varzeanovense de Assistência; Associação Varzeanovense de Assistência; Município de Várzea Nova
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

223. NOTÍCIA DE FATO Nº 676.9.130198/2023
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Perda ou Modificação de Guarda
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

224. INQUÉRITO CIVIL Nº 707.9.474223/2022
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Poções
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Euflavio Silva Meira; Jornando Vilasboas Alves; Município de Bom Jesus da Serra
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

225. INQUÉRITO CIVIL Nº 712.9.69730/2021
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Concurso Público / Edital > Classificação e/ou Preterição
INTERESSADO(A)(S): Lauryn; Seleta Seleção & Consultoria
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

226. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.150976/2019
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Ambiental > Saneamento
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Sítio do Mato
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

227. INQUÉRITO CIVIL Nº 167.0.231461/2015
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Segurança em edificações
INTERESSADO(A)(S): Centro de Treinamento de Praia do Forte
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

228. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.9.371709/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Antônio Dannilo Italiano de Almeida; Pessoa Anônima; J Q de Andrade Construções e Empreendimentos Ltda; Jequié - Ministério Público Federal; Vicente Neto Cardoso Amaral; José Andrade Brandão de Almeida; Eduardo Alves da Silva
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

229. INQUÉRITO CIVIL Nº 186.9.148027/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Mundo Novo
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Eris Ferreira Santana; Prefeito Municipal de Tapiramutá - Djalma Santos Júnior; Lindemar Alves Queiroz
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

230. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.31653/2022
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 2º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas
INTERESSADO(A)(S): HS - Capital Serviços de Intermediações Eireli; Leandro Gonçalves da Cruz
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

231. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 656.9.252291/2017
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil > Regime Estatutário > Lotação
INTERESSADO(A)(S): Maria Gardênia Vieira de Andrade; Município de Cícero Dantas; Município de Heliópolis
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

232. INQUÉRITO CIVIL Nº 262.9.10147/2020
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santa Inês
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Município de Cravolândia; Louristea Braga Vieira Almeida
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

233. INQUÉRITO CIVIL Nº 598.9.198456/2023
ORIGEM: 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Posturas Municipais
INTERESSADO(A)(S): Alcides Cardoso dos Santos
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

234. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.0.132909/2011
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santa Inês
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Humberto Solon Sarmento Franco; Ridalva Figueiredo; Município de Irajuba
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

235. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 596.9.233186/2021
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana
ASSUNTO: Direito Ambiental > Fauna
INTERESSADO(A)(S): Anônimo; Diretor do Conjunto Penal de Feira de Santana
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

236. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 096.0.230680/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Correntina
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): Manoel Messias de Almeida; Noel Santiago de Souza
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

237. INQUÉRITO CIVIL Nº 052.9.291631/2021
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itambé
ASSUNTO: Direito Ambiental > Poluição
INTERESSADO(A)(S): Servik Lanchonete e Posto de Lavagem; Bar dois Irmãos Itambé Bahia; Bar Pingo de Ouro
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

238. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.275718/2022
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus
ASSUNTO: Direito Ambiental > Fauna
INTERESSADO(A)(S): Instituto de Proteção dos Animais Domésticos e Domesticados do Recôncavo Baiano
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

239. INQUÉRITO CIVIL Nº 223.0.122880/2015
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Pindobaçu
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Responsabilidade da Administração
INTERESSADO(A)(S): Município de Filadelfia - Ba; Câmara Municipal
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

240. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC Nº 116.9.517937/2022
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Esplanada
ASSUNTO: Direito Ambiental > Saneamento
INTERESSADO(A)(S): Acajutiba
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

241. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 249.9.168647/2019
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Ribeira do Pombal
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Lionaro Cavalcante de Andrade
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

242. INQUÉRITO CIVIL Nº 598.9.128411/2023
ORIGEM: 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Saúde > Tratamento Médico Hospitalar > Atendimento/Tratamento Ambulatorial
INTERESSADO(A)(S): Alberto Kennedy Ribeiro Freire
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

243. INQUÉRITO CIVIL Nº 593.9.339302/2021
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): Sônia Barbosa Freire Fávaro da Silva
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

244. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 698.9.437476/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Irecê
ASSUNTO: Direito Ambiental > Saneamento
- Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Município de Ibitita
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

245. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.49015/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 2º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Transporte Terrestre > Transporte Rodoviário
INTERESSADO(A)(S): Jorge Luiz Matos Lima
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

246. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.513865/2022
ORIGEM: 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes Previstos no estatuto do Idoso
- Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Transporte Terrestre > Transporte Rodoviário
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Acessibilidade > Veículos de Transporte Coletivo
INTERESSADO(A)(S): Disque 127; Neilson Seabra Borges
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

247. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.9.44987/2023
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Ambiental > Poluição
- Direito Penal > Contravenções Penais > Perturbação do Trabalho ou do Sossego Alheios
INTERESSADO(A)(S): Gilson; Anônimo
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

248. NOTÍCIA DE FATO Nº 608.9.4350/2024
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Jequié
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Ministério Público do Estado da Bahia
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

249. INQUÉRITO CIVIL Nº 075.0.267268/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Chorrochó
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações
INTERESSADO(A)(S): Ministério Público do Estado da Bahia; Prefeitura Municipal de Chorrochó; J.A.F. Prestação de Serviços
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

250. INQUÉRITO CIVIL Nº 096.0.47601/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Correntina
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Concessão/ Permissão/Autorização
INTERESSADO(A)(S): Celio Fagundes de Souza; Vilson Rodrigues de Souza Júnior
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

251. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 210.9.75325/2021
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Paramirim
ASSUNTO: Direito do Trabalho > Direito Individual do Trabalho > Categoria Profissional especial > Professores > Hora extra/ Adicional
INTERESSADO(A)(S): Professores de Érico Cardoso
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

252. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.174868/2020
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 5º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
- Direito Ambiental > Fauna
- Direito Ambiental > Recursos Hídricos
- Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Agnesse Iêda Pereira de Jesus; Isadora Gama; Luciara Bispo; Juliana Dantas da Gama
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

253. INQUÉRITO CIVIL Nº 593.9.195943/2023
ORIGEM: 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Produto Impróprio
INTERESSADO(A)(S): Comercial Masetta Eireli
RELATORIA: 3º Conselheiro - Cleusa Boyda de Andrade

254. INQUÉRITO CIVIL Nº 608.9.21608/2021
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Jequié
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > enriquecimento Ilícito
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

255. INQUÉRITO CIVIL Nº 249.9.28749/2020
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Ribeira do Pombal
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): ‘Naiane’ ou ‘Galega’; Ana Paula Costa dos Santos
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

256. INQUÉRITO CIVIL Nº 593.9.187530/2022
ORIGEM: 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho > Processo Coletivo > Direito Coletivo > Interesses ou Direitos Difusos
INTERESSADO(A)(S): Viação Cidade de Barreiras Ltda
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

257. INQUÉRITO CIVIL Nº 705.9.24782/2020
ORIGEM: 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Modalidade/Limite
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura de Paulo Afonso; Anônimo
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

258. INQUÉRITO CIVIL Nº 592.9.84484/2022
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Domínio Público > Bens Públicos > Utilização de Bens Públicos
INTERESSADO(A)(S): Rodrigo Fabiano Marques de Souza; Ministério Público do Estado da Bahia
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

259. INQUÉRITO CIVIL Nº 701.9.169730/2021
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Ibicaraí
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Enriquecimento Ilícito
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Carlos Cezar Souza Silva Júnior
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

260. INQUÉRITO CIVIL Nº 608.9.168618/2019
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Jequié
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

261. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.154093/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Irene Guerra Dantas
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

262. INQUÉRITO CIVIL Nº 608.9.152953/2020
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Jequié
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

263. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.60649/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 8º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Empregado Público/Temporário > Admissão/Permanência/Despedida
INTERESSADO(A)(S): Secretaria de Saúde do Estado da Bahia; Pessoa Física - Desconhecido(a)
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

264. NOTÍCIA DE FATO Nº 008.9.21170/2024
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Amélia Rodrigues
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Contra As Finanças Públicas > Má Gestão Praticada por Prefeitos e Vereadores
INTERESSADO(A)(S): Antônio Carlos Paim Cardoso; Francisco de Souza Andrade Netto
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

265. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 598.9.384685/2023
ORIGEM: 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Pessoas com Deficiência
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

266. INQUÉRITO CIVIL Nº 110.9.171095/2022
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itororó
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Paulo Carneiro Rios
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

267. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.165079/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha
ASSUNTO: Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Município de Cansanção
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

268. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.9.438044/2022
ORIGEM: Salvador - 1ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos - 3º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor
INTERESSADO(A)(S): Daiana Jesus dos Santos; SENAI CIMATEC
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

269. INQUÉRITO CIVIL Nº 712.0.207647/2013
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Domínio Público > Bens Públicos
INTERESSADO(A)(S): Ivoney Praxedes Cavalcante; Jot Construções Ltda - EPP; Justino Alves de Oliveira Júnior; Osni Cardoso de Araújo; Shopping Serrinha Empreendimentos Imobiliário Spe Ltda
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

270. INQUÉRITO CIVIL Nº 186.9.264646/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Mundo Novo
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes da Lei de licitações
INTERESSADO(A)(S): ECOTEC Soluções em Resíduos Ltda. EPP; José Carlos Leao Barretto de Araújo; Prefeitura de Mundo Novo Ba
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

271. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.3931/2022
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 4º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Ambiental > Poluição
- Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Alexandre Hinain Mehmeri 80252249534
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

272. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.139551/2018
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Mucuri
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Juliano Souza Costa OAB/Ba 16294; Vinícius Machado Marques OAB/Ba 16292; Pedro Leonardo Summers Caymmi; Anderson Souza Barroso; Dourado, Marques, Moreira e Costa Advogados Associados; Rafael de Andrade Moreira OAB/Ba 16343; Leonardo Ribeiro Passos Dourado OAB/Ba 16405
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

273. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.222523/2017
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Alan Andrade Santos; Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

274. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.36240/2018
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Brejões; Federação Baiana das Associações de Guardas Municipais
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

275. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.393482/2021
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Maria Vieira Dailli
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

276. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.154359/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Silvia Coelho Sales
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

277. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 270.9.10624/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santana
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Ensino Fundamental e Médio > Transporte
INTERESSADO(A)(S): Rubie Queroz de Oliveira
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

278. INQUÉRITO CIVIL Nº 597.9.168163/2020
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
- Direito Ambiental > Patrimônio Cultural
INTERESSADO(A)(S): Associação de Moradores e Amigos de Garapuá; Perville Engenharia e Empreendimentos Ltda
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

279. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.142030/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 3º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Município de Salvador; SINDIFAM - Sindicato dos Fazendários do Município do Salvador
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

280. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.51563/2014
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Correntina
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): Seara Comercial Agrícola Ltda
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

281. INQUÉRITO CIVIL Nº 223.0.122899/2015
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Pindobaçu
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > empregado Público / Temporário
INTERESSADO(A)(S): Câmara Municipal; Município de Filadélfia - Ba
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

282. NOTÍCIA DE FATO Nº 657.9.475929/2023
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Ipiaú
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

283. INQUÉRITO CIVIL Nº 179.9.144564/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Morro do Chapéu
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

284. INQUÉRITO CIVIL Nº 179.9.144609/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Morro do Chapéu
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

285. INQUÉRITO CIVIL Nº 179.9.145054/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Morro do Chapéu
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

286. INQUÉRITO CIVIL Nº 179.9.145070/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Morro do Chapéu
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

287. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.103237/2018
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Adriana Holanda Maia Campelo
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

288. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.144269/2019
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Cláudia de Mendonça Braga Soares
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

289. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.9.337009/2022
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Dias D'Ávila
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Frederico dos Santos Barbosa
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

290. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 718.0.110137/2010
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Município de Gongogi; Drogafonte Ltda
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

291. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 718.9.69138/2017
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Aimonna Luanda Martins de Almeida
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

292. INQUÉRITO CIVIL Nº 676.9.12482/2022
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito à educação > educação especial > Institucionalização Pedagógica do Atendimento educacional especializado
INTERESSADO(A)(S): Maria Eduarda Rêgo Aragão Souza; Jéssica Oliveira Rêgo; Escola Batista de Bom Jesus da Lapa
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

293. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.9.249188/2023
ORIGEM: Salvador - 3ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos - 3º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Pessoa Idosa > Direitos e Garantias Fundamentais
INTERESSADO(A)(S): Fraternidade da Ordem Franciscana Secular Nossa Senhora da Piedade
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

294. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.154407/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Agropecuária São Francisco Ltda
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

295. NOTÍCIA DE FATO Nº 705.9.408405/2023
ORIGEM: 7ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Contra a Liberdade Pessoal > Ameaça
- Direito Penal > Crimes Contra o Patrimônio > Dano
INTERESSADO(A)(S): Adriano Dni da Silva; Jonathan Deivide de Oliveira Alves
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

296. INQUÉRITO CIVIL Nº 013.9.213514/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Antas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Euvaldo Nunes de Carvalho; José Celso Félix de Castro; Josedilson Nunes de Carvalho; Manoel Sidônio Nascimento Nilo; Viação Sant'ana Ltda - EPP
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

297. NOTÍCIA DE FATO Nº 696.9.189954/2023
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Candeias
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Concurso Público / edital > Concurso para Servidor
INTERESSADO(A)(S): Gilmara dos Santos Araújo
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

298. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 596.9.170973/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Correntina
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Saúde > Controle Social e Conselhos de Saúde
INTERESSADO(A)(S): Francina Rosa de Souza; Nair Moreira dos Santos; Vaneide dos Santos Pereira; Teresa Soares dos Santos de Jesus; Lusinete Neres da Silva
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

299. NOTÍCIA DE FATO Nº 719.9.278548/2023
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Seabra
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Itamar Lopes da Costa; Município de Novo Horizonte; Cornélio José Lopes
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

300. INQUÉRITO CIVIL Nº 096.9.75495/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Correntina
ASSUNTO: Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Vicente Melo; Município de Correntina
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

301. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.342814/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 7º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito à Educação > Valorização do Magistério e dos Profissionais da Educação > Plano de Carreira > Concurso de Ingresso
INTERESSADO(A)(S): Diretoria da Academia de Polícia Civil da Bahia
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

302. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.175244/2023
ORIGEM: Salvador - 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Conselhos Tutelares
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

303. INQUÉRITO CIVIL Nº 186.0.199892/2015
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Mundo Novo
ASSUNTO: Direito Civil
INTERESSADO(A)(S): José Carlos Leão Barretto de Araújo
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

304. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 591.9.137681/2023
ORIGEM: 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Posturas Municipais
INTERESSADO(A)(S): Antônio Maia Júnior; Município de Lauro de Freitas
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

305. INQUÉRITO CIVIL Nº 692.9.316459/2022
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Guanambi
ASSUNTO: Direito Ambiental > Patrimônio Cultural
INTERESSADO(A)(S): Município de Guanambi
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

306. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.195871/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas
INTERESSADO(A)(S): Posto Shell
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

307. INQUÉRITO CIVIL Nº 250.9.271898/2021
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Ibirataia
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Posturas Municipais
INTERESSADO(A)(S): Alex Costa dos Santos
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

308. NOTÍCIA DE FATO Nº 708.9.505025/2023
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Edital
INTERESSADO(A)(S): Município de Teixeira de Freitas; Valtec Marketing e Propaganda Ltda - Me
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

309. INQUÉRITO CIVIL Nº 597.9.119543/2018
ORIGEM: 6ª Promotoria de Justiça de Valença
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso; Município de Presidente Tancredo Neves
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

310. INQUÉRITO CIVIL Nº 167.9.36499/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João
ASSUNTO: Direito Ambiental > Reserva Legal
INTERESSADO(A)(S): Emanoel Fontes
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

311. INQUÉRITO CIVIL Nº 933.0.221878/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): Asa - Agrícola Santo Antônio
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

312. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.539216/2022
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas
- Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Combustíveis e Derivados
INTERESSADO(A)(S): José Silverio Santiago
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

313. INQUÉRITO CIVIL Nº 705.0.106520/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso
ASSUNTO: Direito Ambiental > Mineração
INTERESSADO(A)(S): Teixeira e Tolentino Industria Cerâmica Ltda; Ministério Público do Estado da Bahia
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

314. INQUÉRITO CIVIL Nº 707.9.266685/2023
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Poções
ASSUNTO: Direito Ambiental > Poluição
INTERESSADO(A)(S): Emelson Pereira da Silva; Pedro Gilmar F. Souza
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

315. INQUÉRITO CIVIL Nº 591.9.263748/2021
ORIGEM: 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Posturas Municipais
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas; Embasa - Empresa Baiana de Água e Saneamento S/A; Gabriel Bandarra Joffily de Souza
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

316. INQUÉRITO CIVIL Nº 262.9.9815/2020
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santa Inês
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Contra a Incolumidade Pública > Infração de Medida Sanitária Preventiva
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Fiscalização > Inspeção Sanitária de Origem Animal
- Direito da Saúde > Pública > Vigilância Sanitária e Epidemiológica
INTERESSADO(A)(S): Município de Irajuba
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

317. INQUÉRITO CIVIL Nº 035.0.154831/2011
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana
ASSUNTO: Direito Ambiental > Saneamento
INTERESSADO(A)(S): A Sociedade; Município de Cachoeira
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

318. NOTÍCIA DE FATO Nº 644.9.172237/2023
ORIGEM: 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista
ASSUNTO: Direito Penal > Contravenções Penais > Perturbação do Trabalho ou do Sossego Alheios
INTERESSADO(A)(S): Tarsis Oliveira Santos; Comunidade Apostólica Restaurando Vidas
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

319. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.9.249254/2023
ORIGEM: Salvador - 3ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos - 3º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Pessoa Idosa > Direitos e Garantias Fundamentais
INTERESSADO(A)(S): Ternura Recanto Sênior
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

320. INQUÉRITO CIVIL Nº 056.0.230614/2015
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Cansanção
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Domínio Público > Bens Públicos
INTERESSADO(A)(S): Ranulfo da Silva Gomes; GEPAM - Ministério Público do Estado da Bahia
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

321. INQUÉRITO CIVIL Nº 593.9.543982/2022
ORIGEM: 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Acessibilidade > Veículos de Transporte Coletivo
INTERESSADO(A)(S): Ivanete Gaspar de Sena
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

322. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.171213/2009
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana
ASSUNTO: Direito Ambiental > Poluição
INTERESSADO(A)(S): Mastrotto Reichert; IMA - Instituto do Meio Ambiente
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

323. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.196347/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana
ASSUNTO: Direito Ambiental > Mineração
INTERESSADO(A)(S): Ministério Público do Estado da Bahia
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

324. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.0.18853/2014
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Contratos Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Eliezer Santana Santos; Karina Borges Silva; Eliseu das Mercês Silveira; Bernardino Romão de Almeida; José Orlando Cerqueira da Silva; Antônio Carlos Pereira Teixeira
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

325. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.493593/2023
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Produto Impróprio
INTERESSADO(A)(S): Mauricéia Alimentos do Nordeste Ltda
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

326. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.17337/2009
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santa Cruz Cabrália
ASSUNTO: Direito Penal
INTERESSADO(A)(S): José Ubaldino Alves Pinto; Raimundo Moreira
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

327. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.172555/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas
INTERESSADO(A)(S): Farmácia Flora
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

328. INQUÉRITO CIVIL Nº 334.0.73734/2009
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Tucano
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Empregado Público / Temporário
INTERESSADO(A)(S): Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Tucano - Bahia; Prefeitura Municipal de Tucano
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

329. NOTÍCIA DE FATO Nº 593.9.366710/2023
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Gustavo Rocha
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

330. INQUÉRITO CIVIL Nº 702.0.202784/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Mundo Novo
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
INTERESSADO(A)(S): Luzinar Gomes Medeiros; Jamerson Silva Araújo
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

331. INQUÉRITO CIVIL Nº 126.9.70940/2018
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Jequié
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Empregado Público/ Temporário > Admissão/Permanência/Despedida
INTERESSADO(A)(S): Município de Apuarema
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

332. INQUÉRITO CIVIL Nº 593.9.400540/2023
ORIGEM: 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Fornecimento de Água
INTERESSADO(A)(S): EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

333. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 678.9.526634/2022
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil > Categorias especiais de Servidor Público > Professor
- Direito à Educação > educação Básica > Educação Fundamental Regular Anos Finais
- Direito à Educação > educação Básica > Educação Fundamental Regular Anos Iniciais
- Direito à Educação > Gestão > Autonomia da Instituição de ensino
INTERESSADO(A)(S): Secretaria Municipal de Educação de Cruz Das Almas
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

334. INQUÉRITO CIVIL Nº 705.9.34944/2019
ORIGEM: 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): José Adriano Silva dos Santos; Outros - Policiais; Atlantico Transportes e Turismo Ltda
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

335. INQUÉRITO CIVIL Nº 608.9.194323/2019
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Jequié
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

336. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.153576/2022
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina
ASSUNTO: Direito à Educação > Valorização do Magistério e dos Profissionais da Educação > Remuneração > Piso Salarial
INTERESSADO(A)(S): Anônima
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

337. INQUÉRITO CIVIL Nº 324.9.104853/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Taperoá
ASSUNTO: Direito Ambiental > Unidade de Conservação da Natureza
INTERESSADO(A)(S): Juliana Mendes Daun
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

338. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.179404/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Vanderlan Silva de Oliveira
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

339. INQUÉRITO CIVIL Nº 113.0.88213/2014
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Encruzilhada
ASSUNTO: Direito Civil > Coisas > Propriedade > Direito de Vizinhança
INTERESSADO(A)(S): Arnaldo Dias Petinga; Proprietário da Beneficiadora de Café
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

340. INQUÉRITO CIVIL Nº 249.9.138462/2018
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ribeira do Pombal
ASSUNTO: Direito Ambiental > Mineração
INTERESSADO(A)(S): José Silvino Gama Filho; Município de Ribeira do Pombal
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

341. NOTÍCIA DE FATO Nº 001.9.230723/2023
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Pessoas com Deficiência
INTERESSADO(A)(S): Aline dos Santos Lima
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

342. INQUÉRITO CIVIL Nº 933.9.357577/2022
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Produto Impróprio
INTERESSADO(A)(S): ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

343. INQUÉRITO CIVIL Nº 596.9.165682/2023
ORIGEM: 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Combustíveis e Derivados
INTERESSADO(A)(S): Roque Cerqueira Pereira
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

344. INQUÉRITO CIVIL Nº 646.0.162447/2011
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Poluição
INTERESSADO(A)(S): Granjas Ferradas Ltda
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

345. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.84671/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santa Inês
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Antônio Oliveira Sampaio; Jhony Watson Oliveira Franco; Josué Pereira dos Santos; Leandro da Hora Andrade
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

346. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.146982/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 2º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Fornecimento de Água
INTERESSADO(A)(S): Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - Embasa
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

347. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.198847/2022
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itacaré
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Contra a Liberdade Pessoal > Ameaça
INTERESSADO(A)(S): Josilene Araújo
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

348. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.225518/2022
ORIGEM: 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Combustíveis e Derivados
- Direito do Consumidor > Irregularidade no Atendimento
- Direito do Consumidor > Combustíveis e Derivados
INTERESSADO(A)(S): São Pedro Comércio de Combustíveis e Lubrificante Eireli; Claúdio Alves Ferreira
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

349. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.9.179876/2021
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Inexigibilidade
INTERESSADO(A)(S): Anônimo; Júlio Pinheiro dos Santos Júnior
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

350. INQUÉRITO CIVIL Nº 186.9.7422/2020
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Mundo Novo
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeito Municipal de Tapiramutá - Djalma Santos Júnior; Janilson Pires Barbosa; Priscila do Carmo Oliveira Almeida
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

351. INQUÉRITO CIVIL Nº 186.9.76564/2020
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Mundo Novo
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes da Lei de Licitações
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Modalidade / Limite
INTERESSADO(A)(S): José Adriano da Silva; Ministério Público do Estado da Bahia
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

352. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.216290/2021
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito Ambiental > Dano Ambiental
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Posturas Municipais
- Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Secretaria de Meio Ambiente de Lauro de Freitas; Alayde Maria Freitas Monteiro da Silva
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

353. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 096.9.181615/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Correntina
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Concurso Público / Edital > Anulação
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Concurso Público / Edital > Concurso para Servidor
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Correntina; Serviço Autônomo de Água e Esgoto
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

354. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 113.9.25952/2021
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Encruzilhada
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil > Regime Estatutário > Lotação
INTERESSADO(A)(S): Associação dos Professores Licenciados do Brasil – Secção da Bahia (APLBBA)
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Vírgens

355. INQUÉRITO CIVIL Nº 676.9.351241/2021
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Ambiental > Dano Ambiental
- Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente
INTERESSADO(A)(S): Comunidade de Lagoa Dantas
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

356. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.248024/2023
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Dias D'Ávila
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Modalidade / Limite > Pregão > Eletrônico
INTERESSADO(A)(S): SIEG - Apoio Administrativo Ltda-Me; Município de Dias D'Avila
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

357. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.421987/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 7º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte; Luciano da Franca Souza
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

358. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.9.392927/2022
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial, Defesa Social e Tutela Difusa da Segurança Pública - 6º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Controle externo da Atividade Policial > Correção de Ilegalidade e/ou Melhoria da Eficiência Policial
INTERESSADO(A)(S): Núcleo do Tribunal do Juri
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

359. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 001.9.161331/2019
ORIGEM: 8ª Promotoria de Justiça de Ilhéus
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral > Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas
INTERESSADO(A)(S): Eufrásio Antunes dos Santos Neto
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

360. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.2498/2017
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial, Defesa Social e Tutela Difusa da Segurança Pública - 4º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Controle Externo da Atividade Policial > Correção de Ilegalidade e/ou Melhoria da Eficiência Policial
INTERESSADO(A)(S): Raimundo Vieira Filho; Romero Fonseca Bonfim; Eduardo Batista Viroli; William Lemos; João Paulo de Jesus Santos; Joselito dos Santos Moura; A Sociedade; Paula Sampaio de A. Araújo; Pablo Vinícius Lira de Santana
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

361. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.60310/2022
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Município de Teixeira de Freitas; Romário Ribeiro dos Santos
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

362. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 096.0.232883/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Correntina
ASSUNTO: Direito Civil > Família > Relações de Parentesco > Investigação de Paternidade
INTERESSADO(A)(S): Geovana Campos Pereira; Eliene Campos Pereira; Wilton Moreira de Souza
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

363. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 592.9.435966/2022
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
INTERESSADO(A)(S): Consórcio Público Interfederativo de Saúde de Senhor do Bonfim; Micro Comércio e Serviços Ltda
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

364. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 222.9.60292/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Iaçu
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): José Claúdio Mascarenhas Silva; Gilberto Fernandes Dias; Município de Iaçu; Nilson Moura Santana
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

365. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.175260/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana
ASSUNTO: Direito Ambiental > Patrimônio Cultural
INTERESSADO(A)(S): Ministério Público do Estado da Bahia
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

366. INQUÉRITO CIVIL Nº 167.9.366951/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João
ASSUNTO: Direito Ambiental > Recursos Hídricos
INTERESSADO(A)(S): Manoel Firmino dos Santos; Luís Eduardo Costa Maciel
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

367. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.144310/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 3º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas
INTERESSADO(A)(S): Colégio Cândido Portinari; Renata Doria Vidal
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

368. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.296381/2021
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil > Regime Estatutário > Nepotismo - Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil > Regime Estatutário > Desvio de Função
INTERESSADO(A)(S): Marcelo Gusmão Pontes Belitardo; Maria Celia Alves Viana; Sabrina Rampinelli Reuter Viana; Udson Guizzardi; Município de Teixeira de Freitas
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

369. INQUÉRITO CIVIL Nº 167.0.136169/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Poluição
- Direito Ambiental > Reserva Legal
INTERESSADO(A)(S): Ebnezer Senna Souza
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

370. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.172277/2017
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Educação - 5º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Ensino Fundamental e Médio > Educação Pré - Escolar
INTERESSADO(A)(S): Escola Multiplicando o Saber; Colégio Estadual Satélite
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

371. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.279646/2021
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Ambiental > Revogação/Concessão de Licença Ambiental
- Direito Ambiental > Saneamento
INTERESSADO(A)(S): Anderson Pereira de Souza; Eunice dos Santos
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

372. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.155101/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
- Direito Ambiental > Dano Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Fazenda Vargem de Areia
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

373. NOTÍCIA DE FATO Nº 644.9.172780/2023
ORIGEM: 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Poluição > Estabelecimentos, Obras ou Serviços Potencialmente Poluidores
INTERESSADO(A)(S): Comunidade Apostólica Restaurando Vidas; Alvanir Ferreira de Oliveira
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

374. INQUÉRITO CIVIL Nº 075.0.158349/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Chorrochó
ASSUNTO: Direito do Consumidor
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Rodelas; Ministério Público do Estado da Bahia
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

375. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.296883/2021
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Candeias
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Combustíveis e derivados
INTERESSADO(A)(S): Agência Nacional do Petróleo; Larco Comercial de Produtos de Petróleo Ltda
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

376. NOTÍCIA DE FATO Nº 336.9.17360/2022
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Uauá
ASSUNTO: Direito Tributário > Taxas > Municipais > Taxa de Iluminação Pública
INTERESSADO(A)(S): Munícipio de Uauá; Central das Associações Integradas de Uauá
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

377. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.68881/2019
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 3º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Sandra Maria Jovita Soares
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

378. INQUÉRITO CIVIL Nº 116.0.180973/2009
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João
ASSUNTO: Direito Ambiental > Revogação/Concessão de Licença Ambiental
- Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente
INTERESSADO(A)(S): Gildo Chaves Oliveira; Ministério Público do Estado da Bahia
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

379. INQUÉRITO CIVIL Nº 724.9.5479/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana
ASSUNTO: Direito Ambiental > Saneamento
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura de Saubara
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

380. INQUÉRITO CIVIL Nº 596.0.234217/2013
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana
ASSUNTO: Direito Ambiental > Patrimônio Cultural
INTERESSADO(A)(S): Mowbrasil/Minc (Programa Memoria do Mundo); Conarq - Conselho Nacional de Arquivos
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

381. INQUÉRITO CIVIL Nº 728.9.26049/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santa Cruz Cabrália
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito eleitoral > Administração da Justiça eleitoral > Improbidade Administrativa
INTERESSADO(A)(S): Jorge Pontes
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

382. INQUÉRITO CIVIL Nº 593.9.478938/2022
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Enriquecimento Ilícito
INTERESSADO(A)(S): Desconhecido
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

383. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.266970/2023
ORIGEM: 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Cível
ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Conselhos Tutelares
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

384. NOTÍCIA DE FATO Nº 708.9.226560/2023
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Convênio
INTERESSADO(A)(S): Ubiratan Lucas Rocha Matos
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

385. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.481109/2022
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 5º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Posturas Municipais
INTERESSADO(A)(S): Tatiane da Silva Pereira
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

386. INQUÉRITO CIVIL Nº 706.0.237541/2014
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santa Cruz Cabrália
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Saúde > Tratamento Médico Hospitalar
INTERESSADO(A)(S): Município de Santa Cruz Cabrália; Aurenice Pereira da Silva
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

387. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.144350/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 5º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Posturas Municipais
INTERESSADO(A)(S): Ney Claúdio Cruz Perazzo Macedo; Município de Salvador
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

388. INQUÉRITO CIVIL Nº 187.0.240139/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Muritiba
ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Fundos
INTERESSADO(A)(S): Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Muritiba; Município de Muritiba
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

389. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.9.139544/2020
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
INTERESSADO(A)(S): Município de Brejões; Ministério Público Federal - Procuradoria da República de Jequié
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

390. INQUÉRITO CIVIL Nº 187.0.97706/2011
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Muritiba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Pessoa Idosa > Direitos e Garantias Fundamentais
INTERESSADO(A)(S): Silvia Conceição; Enedina Eugenia da Conceição; Márcia Conceição
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

391. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.49862/2020
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 5º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Ambiental > Saneamento
- Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Fórum dos Catadores e Catadoras de Rua do Estado da Bahia
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

392. INQUÉRITO CIVIL Nº 705.0.222858/2016
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso
ASSUNTO: Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Durval Alexandre de Lima
RELATORIA: 5º Conselheiro - Márcia Regina dos Santos Virgens

393. NOTÍCIA DE FATO Nº 306.9.142660/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Serra Dourada
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Ensino Fundamental e Médio > Educação Pré escolar
INTERESSADO(A)(S): Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

394. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.55850/2007
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Taperoá
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Ivanilda Alves dos Santos; Quirino Hermógenes dos Santos; Município de Nilo Peçanha
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

395. INQUÉRITO CIVIL Nº 159.0.95878/2010
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Mairi
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Mairi
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

396. INQUÉRITO CIVIL Nº 718.0.43433/2014
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Município de Ubaitaba; Nilton Batista Sales; Hilario José Cerqueira
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

397. INQUÉRITO CIVIL Nº 718.0.189953/2012
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Agentes Políticos > Prefeito > Prestação de Contas
INTERESSADO(A)(S): Roque Rocha Monteiro; Município de Gongogi
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

398. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 111.9.195937/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 2º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Transporte Terrestre > Transporte Rodoviário
- Direito do Consumidor > Irregularidade no atendimento
INTERESSADO(A)(S): Luiz Carlos dos Santos; Pedro Souza Carvalho; Ubiracira Passos de Jesus
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

399. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.156605/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Rosa Pereira Queiroz da Silva; Valdson Texeira da Silva; Vagner Queiroz da Silva
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

400. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 032.0.19231/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Oliveira dos Brejinhos
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações
INTERESSADO(A)(S): Cristina Sodré Lima; Prefeitura Municipal de Brotas de Macaúbas; Laerto Fernandes Sodré
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

401. INQUÉRITO CIVIL Nº 592.9.84468/2022
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Domínio Público > Bens Públicos > Utilização de Bens Públicos
INTERESSADO(A)(S): Rodrigo Fabiano Marques de Souza
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

402. NOTÍCIA DE FATO Nº 593.9.410851/2023
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Barreiras
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Contra a Fé Pública > Falsificação de Documento Particular
INTERESSADO(A)(S): Lucilia da Câmara Silva
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

403. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.4911/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Piatã
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Contra as Finanças Públicas > Má Gestão Praticada por Prefeitos e Vereadores
INTERESSADO(A)(S): Francisco de Souza Andrade Netto
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

404. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.119245/2021
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itagibá
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): João da Silva Santos; Município de Dário Meira
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

405. INQUÉRITO CIVIL Nº 248.9.148871/2020
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Ibirapuã
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa
INTERESSADO(A)(S): Jovino Viana de Oliveira; Luís Claúdio Viana
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

406. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.376221/2022
ORIGEM: Salvador - 9ª Promotoria de Justiça Criminal - 2º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Contra a Fé Pública > Uso de Documento Falso
INTERESSADO(A)(S): Keite Nunes e Nunes; Yana Pamela Pereira do Carmo; Qualicorp Administradora de Benefícios S/A; Sílvio Carvalho Amorim
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

407. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 371.9.76535/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itacaré
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Fiscalização > Competência do Órgão Fiscalizador
INTERESSADO(A)(S): Município de Itacaré
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

408. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.9.386539/2023
ORIGEM: Salvador - 4ª Promotoria de Justiça de Execução Criminal - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Sistema Prisional
INTERESSADO(A)(S): Pessoa Física - Desconhecido(a)
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

409. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.105192/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 5º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Posturas Municipais
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Contratos Administrativos > Obras Públicas
INTERESSADO(A)(S): José Jorge Xavier
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

410. INQUÉRITO CIVIL Nº 522.9.495537/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Sobradinho
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > enriquecimento Ilícito
INTERESSADO(A)(S): Alexandro Nunes Lima; Conselho Tutelar de Sobradinho
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

411. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.9.437577/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito do Trabalho > Direito Individual do Trabalho > Verbas Remuneratórias, Indenizatórias e Benefícios > Adicional > Adicional de Insalubridade > Equipamento de Proteção Individual - EPI
INTERESSADO(A)(S): Sindicato de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias do Estado da Bahia; Prefeitura Municipal de Amargosa
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

412. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.83266/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santa Inês
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Antônio Oliveira Sampaio; Jhony Watson Oliveira Franco
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

413. NOTÍCIA DE FATO Nº 592.9.15543/2020
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim
ASSUNTO: Direito da Saúde > Pública > Fornecimento de Medicamentos > Oncológico
INTERESSADO(A)(S): Patrícia Emmanueli de Carvalho Silva; Ministério Público do Estado da Bahia; Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

414. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.342211/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Fazenda Pública - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Saúde > Tratamento Médico-Hospitalar > Internação
INTERESSADO(A)(S): Nilton Santos Carvalho; Planserv
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

415. INQUÉRITO CIVIL Nº 223.9.116948/2020
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Pindobaçu
ASSUNTO: Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Sistema Municipal de Meio Ambiente de Pindobaçu
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

416. INQUÉRITO CIVIL Nº 682.9.258527/2020
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Caetité
ASSUNTO: Direito Ambiental > Poluição
INTERESSADO(A)(S): Zilton Mauro Lacerda Gumes; Eletrosom S/A; Ministério Público do Estado da Bahia; Moradores da Avenida Santana (Próximos à Loja Eletrosom)
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

417. INQUÉRITO CIVIL Nº 096.0.194463/2015
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Correntina
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Contratos Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Juvenil Araújo de Souza; Município de Correntina
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

418. INQUÉRITO CIVIL Nº 676.0.49131/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): Oeste Ecologia; Município de Bom Jesus da Lapa
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

419. NOTÍCIA DE FATO Nº 708.9.507716/2023
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas; CM Empreendimentos Administrativos Eireli
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

420. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.123951/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Taperoá
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Contra a Organização do Trabalho > Frustração de Direitos Assegurados por Lei Trabalhista
INTERESSADO(A)(S): Sandra Marlicy de Souza Faustino
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

421. INQUÉRITO CIVIL Nº 029.9.162559/2017
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Modalidade/ Limite
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Habilitação/Registro Cadastral/Julgamento/Homologação
INTERESSADO(A)(S): Maria José de Oliveira Irmã
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

422. INQUÉRITO CIVIL Nº 728.9.27261/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santa Cruz Cabrália
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): Ministério Público do Estado da Bahia - Núcleo Mata Atlântica
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

423. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.247663/2022
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Seabra
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Assistência Social
INTERESSADO(A)(S): Município de Ibitiara; Anônimo
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

424. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.206794/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Saubara
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

425. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 591.9.93575/2021
ORIGEM: 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Fornecimento de Água
INTERESSADO(A)(S): Edmilton de Jesus Filho; Embasa; Município de Lauro de Freitas; A Sociedade
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

426. INQUÉRITO CIVIL Nº 597.9.111692/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença
ASSUNTO: Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente
INTERESSADO(A)(S): A Sociedade (Meio Ambiente); Simone Brito dos Santos
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

427. INQUÉRITO CIVIL Nº 075.0.38186/2015
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Chorrochó
ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Conselhos Tutelares
INTERESSADO(A)(S): A Sociedade; Prefeitura Municipal de Macururé
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

428. INQUÉRITO CIVIL Nº 699.9.117251/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): João Eduardo Alvim Freitas
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

429. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 096.0.199893/2014
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Correntina
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
INTERESSADO(A)(S): Ezequiel Pereira Barbosa; Carlos Alberto Pereira Barbosa; João Pereira Barbosa
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

430. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.326401/2023
ORIGEM: Salvador - 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos - 3º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Acessibilidade > Edifícios Públicos ou de Uso Coletivo
INTERESSADO(A)(S): Albérico Pereira da Silva; Clínica de Brotas; Robinson Fernandes Pereira
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

431. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.0.143311/2016
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações
INTERESSADO(A)(S): Karina Borges Silva
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

432. INQUÉRITO CIVIL Nº 249.9.221802/2019
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Ribeira do Pombal
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Alex Ernesto de Souza
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

433. INQUÉRITO CIVIL Nº 159.0.239822/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Mairi
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Conselhos > Conselho de Direitos da Criança e Adolescente > Municipal
INTERESSADO(A)(S): Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mairi/Ba
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

434. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.9501/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 8º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Ato Normativo > Resolução
INTERESSADO(A)(S): Município do Salvador; Anônimo
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

435. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.394861/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Ribeiro Atacado e Dist. de Derivados de Madeira Ltda
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

436. INQUÉRITO CIVIL Nº 593.9.12231/2024
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Inexigibilidade
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

437. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.56444/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Ibicaraí
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Adriana Holanda Maia Campelo
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

438. INQUÉRITO CIVIL Nº 596.0.58268/2016
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Saúde
INTERESSADO(A)(S): Munícipio de Feira de Santana
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

439. INQUÉRITO CIVIL Nº 159.0.60473/2015
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Mairi
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Infração Administrativa
INTERESSADO(A)(S): Evandro Baldino do Nascimento
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

440. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 043.9.236612/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itagibá
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
INTERESSADO(A)(S): Vereadores de Aiquara; Prefeitura Aiquara
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

441. INQUÉRITO CIVIL Nº 190.9.220516/2020
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Nazaré
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Gildásio Bonfim Fonseca Nogueira; Ydma Jacyara Torres Cardoso Oliveira; José Jorge Mota da Cruz; Eunice Barreto Peixoto
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

442. INQUÉRITO CIVIL Nº 179.9.144626/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Morro do Chapéu
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

443. NOTÍCIA DE FATO Nº 705.9.275694/2023
ORIGEM: 7ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Controle externo da Atividade Policial > Correção de Ilegalidade e/ou Melhoria da Eficiência Policial
INTERESSADO(A)(S): Roberto Diego Ferreira Claudino
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

444. NOTÍCIA DE FATO Nº 705.9.411048/2023
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Comércio Ambulante
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

445. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.113553/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Chorrochó
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil > Licenças/Afastamentos > Gestante/Adotante/Paternidade
INTERESSADO(A)(S): Maria Emília de Sá Silva
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

446. NOTÍCIA DE FATO Nº 052.9.375417/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itambé
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Moradia
INTERESSADO(A)(S): Eunice Sousa Santos Silva; Município de Itambé; Paulo Sousa da Silva
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

447. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.428831/2023
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Dias D'Ávila
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Concurso Público/Edital > Concurso para Servidor
INTERESSADO(A)(S): Viviane Gonçalves Rosas; Município de Dias D'Avila
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

448. NOTÍCIA DE FATO Nº 593.9.495539/2023
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Concurso Público/Edital > Concurso para Servidor
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Concurso Público/Edital > Cadastro Reserva
INTERESSADO(A)(S): Taisa Dalla Nora
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

449. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.478607/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 8º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Município de Salvador; Juciara Lago Cardoso
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

450. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.297686/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Saúde - 7º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Saúde > Tratamento Médico Hospitalar > Atendimento/Tratamento Ambulatorial
INTERESSADO(A)(S): Marinalva Soares; Rodrigo Soares Santos
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

451. NOTÍCIA DE FATO Nº 647.9.481467/2023
ORIGEM: 8ª Promotoria de Justiça de Eunápolis
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Inexigibilidade
INTERESSADO(A)(S): Município de Itagimirim
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

452. NOTÍCIA DE FATO Nº 707.9.478555/2023
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Poções
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Concurso Público / edital > Concurso para Servidor
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

453. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.9.193781/2021
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito à educação > Avaliação e Controle > Autorização de Funcionamento/Fiscalização de Estabelecimentos de Ensino
INTERESSADO(A)(S): Escola Maria de Fatima de Jesus Aquino; Núcleo Territorial de Educação - NTE 09
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

454. INQUÉRITO CIVIL Nº 186.9.202766/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Mundo Novo
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Enriquecimento Ilícito
INTERESSADO(A)(S): Antônio Fernando Silva Almeida; João Luiz Oliveira Lima; Marcos Fábio Petilo Gomes
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

455. NOTÍCIA DE FATO Nº 676.9.389193/2023
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Penal
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Enriquecimento Ilícito
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos

INTERESSADO(A)(S): André Queiroz Dourado; Lorena Damasceno; Maia Transportes e Locação Ltda - ME; Eliezer Pereira Dourado Filho; Katiolo Farrinha; Mario Pedro Fernandes Fagundes; Francisco Lacerda de Albuquerque
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

456. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 115.9.118646/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Ituberá
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Orçamento > Repasse de Verbas Públicas
INTERESSADO(A)(S): Município de Ituberá
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

457. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.171762/2021
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 5º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Ambiental > Fauna
- Direito Ambiental > Dano Ambiental
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Posturas Municipais
- Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Acyr Crispim Daebs Lima; SEMOP
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

458. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.45049/2021
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 5º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Ambiental > Revogação/Concessão de Licença Ambiental
- Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento da Bahia – IAB - Ba; Moura Dubeux Engenharia S/A; Residencial Undae Ocean e Beach Class Salvador
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Régis Dourado

459. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.196925/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana
ASSUNTO: Direito Ambiental > Mineração
INTERESSADO(A)(S): Ministério Público do Estado da Bahia
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

460. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.9.200771/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora > Destruição ou Degradação Mediante Desmatamento ou Exploração Econômica
INTERESSADO(A)(S): Felipe de Jesus Mascarenhas, “Lipe”
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

461. INQUÉRITO CIVIL Nº 167.9.366950/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João
ASSUNTO: Direito Ambiental > Recursos Hídricos
INTERESSADO(A)(S): Luís Eduardo Costa Maciel; Manoel Firmino dos Santos
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

462. INQUÉRITO CIVIL Nº 705.0.222960/2016
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso
ASSUNTO: Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Severino Rafael da Silva
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

463. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.126749/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santana
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Responsabilidade do Fornecedor
INTERESSADO(A)(S): Eduardo Seixas de Salles; Telefônica Brasil S/A
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Régis Dourado

464. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.9.549499/2022
ORIGEM: Salvador - 4ª Promotoria de Justiça de Execução Criminal - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Processual Penal > Execução Penal e de Medidas Alternativas > Estabelecimentos Prisionais e Penitenciários
INTERESSADO(A)(S): Secretaria de Administração Penitenciaria e Ressocialização - SEAP
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Régis Dourado

465. INQUÉRITO CIVIL Nº 704.0.205407/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Tanque Novo
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Empregado Público / Temporário
INTERESSADO(A)(S): Coligação Unidos Por Botupora; Otaviano Joaquim Filho
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Régis Dourado

466. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.167940/2020
ORIGEM: 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes contra a Organização do Trabalho > Atentado contra a liberdade de trabalho
INTERESSADO(A)(S): Patrícia Sara Alves de Oliveira; Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Régis Dourado

467. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.76236/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo
ASSUNTO: Direito Ambiental > Poluição
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

468. INQUÉRITO CIVIL Nº 324.9.104846/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Taperoá
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao erário
INTERESSADO(A)(S): Ito Meireles; Luiz Paixão Silva Oliveira; Ulices Aleluia Couto Dantas
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

469. INQUÉRITO CIVIL Nº 591.9.451884/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): Gabriel Fontes Dantas
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

470. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.157726/2022
ORIGEM: 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito Processual Penal > Denúncia/Queixa > Recebimento
INTERESSADO(A)(S): Anônimo
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

471. INQUÉRITO CIVIL Nº 152.0.14072/2015
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): EMBASA - Empresa Bahiana de Águas e Saneamento S/A
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

472. INQUÉRITO CIVIL Nº 179.9.145127/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Morro do Chapéu
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

473. INQUÉRITO CIVIL Nº 591.9.350041/2021
ORIGEM: 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Posturas Municipais
INTERESSADO(A)(S): José Antônio Souza Guerrieri; Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

474. INQUÉRITO CIVIL Nº 371.9.10762/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itacaré
ASSUNTO: Direito Ambiental > Poluição
INTERESSADO(A)(S): Denise de Paula Van Houdt
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

475. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.0.53175/2015
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Empregado Público / Temporário
INTERESSADO(A)(S): Gabriel Pereira dos Santos; Antônio César Mercês de Jesus; Marcos Paulo Andrade Sampaio; Karina Borges Silva; Miguel Silva de Jesus; Renato de Jesus Gomes; Paulo Santos Rocha; Eliseu das Mercês Silveira
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

476. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 718.0.176093/2016
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Antônio Alcântara Porqueres; Adilson Viana Costa
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

477. INQUÉRITO CIVIL Nº 718.0.241394/2012
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
INTERESSADO(A)(S): Município de Gongogi; José Jorge Meireles Freitas; Roque Rocha Monteiro
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

478. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.0.139640/2009
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Penal
INTERESSADO(A)(S): Francisco de Souza Andrade Netto; Milton Pereira Santos
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

479. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.0.65972/2007
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Responsabilidade da Administração
INTERESSADO(A)(S): Antônio Honorato Castro Neto
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

480. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 718.9.62126/2018
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Concurso Público / edital > Classificação e/ou Preterição
INTERESSADO(A)(S): Calinne Santos Alves; Prefeitura Municipal de Ubaitaba
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

481. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.60434/2007
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Roque Rocha Monteiro; Hélio Ferreira Massena
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

482. INQUÉRITO CIVIL Nº 344.0.242882/2012
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Fundos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura de Nova Itarana
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

483. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 645.9.46927/2023
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Camacã
ASSUNTO: Direito à Educação > Acesso > Vaga > Ausência de Vaga
INTERESSADO(A)(S): Eutascia Dias da Silva; Leiliane Santos da Silva
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

484. INQUÉRITO CIVIL Nº 201.0.33829/2010
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Mucuri
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público
INTERESSADO(A)(S): A Sociedade
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

485. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.191384/2021
ORIGEM: Salvador - 4ª Promotoria de Justiça de Execução Criminal - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Processual Penal > execução Penal e de Medidas Alternativas > Direitos do Preso
- Direito Processual Penal > execução Penal e de Medidas Alternativas > estabelecimentos Prisionais e Penitenciários
- Direito Processual Penal > execução Penal e de Medidas Alternativas > Cumprimento de Pena
INTERESSADO(A)(S): Casa do Albergado e Egressos Geral; Franclin Teodoro Barreto
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

486. INQUÉRITO CIVIL Nº 185.9.167989/2020
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Mucuri
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > edital
INTERESSADO(A)(S): Fazenda Comunicação e Marketing Ltda; Município de Mucuri
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

487. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 600.9.29676/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santa Inês
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Santa Inês
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

488. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 043.9.40796/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itagibá
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Sinapro-Bahia; Prefeitura Municipal de Itagibá
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

489. INQUÉRITO CIVIL Nº 234.0.187377/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Prado
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
INTERESSADO(A)(S): Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia, Inovação e Saúde; Januário Oliveira dos Santos; Prefeitura Municipal de Prado
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

490. INQUÉRITO CIVIL Nº 156.9.147461/2020
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Macarani
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Responsabilidade do Fornecedor > Produto Impróprio
INTERESSADO(A)(S): Ouvidoria do Ministério Público da Bahia
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

491. INQUÉRITO CIVIL Nº 280.0.6847/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça de São Desidério
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): Desconhecido(a)
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

492. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.34498/2015
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santa Inês
ASSUNTO: Direito Penal
INTERESSADO(A)(S): Município de Irajuba; Companhia Baiana de Pesquisa de Mineração e Água Mineral
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

493. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 708.9.143967/2021
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Franco Lemos Soares; Lauro Oscar de Lima Júnior; Marcelo Gusmão Pontes Belitardo; Raphael dos Santos Matos
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

494. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 075.9.12845/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Chorrochó
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Macururé; Maria Albaneide Pereira Varjão
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

495. INQUÉRITO CIVIL Nº 597.9.112141/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
- Direito Ambiental > Reserva Legal
- Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente
INTERESSADO(A)(S): A Sociedade (Meio Ambiente); Antônio Souza Gomes
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

496. INQUÉRITO CIVIL Nº 705.0.203100/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Ibama Vitória da Conquista; Cícero Canudo da Silva
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

497. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.140581/2023
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Município de Ibipitanga; Aluísio Antônio Mendes de Araújo; Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

498. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 657.9.161145/2022
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ipiaú
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Fauna > Caça Ilegal e Condutas Equiparadas
- Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora > Destruição ou Degradação
INTERESSADO(A)(S): Haroldo Magalhães; Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Daniela Calumby Belo
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

499. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.216427/2013
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
INTERESSADO(A)(S): Vander Oliveira Borges; Município de Macaúbas
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

500. INQUÉRITO CIVIL Nº 591.9.391126/2022
ORIGEM: 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Posturas Municipais
INTERESSADO(A)(S): Debora Regis dos Santos Filha; Município de Lauro de Freitas
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

501. INQUÉRITO CIVIL Nº 075.0.267262/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Chorrochó
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Chorrochó; Cooperativa de Produção Agropecuária de Gilo e Região Ltda; Humberto Gomes Ramos; Ministério Público do Estado da Bahia
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

502. INQUÉRITO CIVIL Nº 043.0.182170/2013
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itagibá
ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Fundos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Itagiba
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

503. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.492482/2022
ORIGEM: 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Cível
ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Medidas de Proteção > Outras Medidas de Proteção
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

504. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.106810/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
- Direito Ambiental > Dano Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Associação dos Pequenos Produtores Rurais Unidos do Turbilhão
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

505. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.175222/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana
ASSUNTO: Direito Ambiental > Patrimônio Cultural
INTERESSADO(A)(S): Ministério Público do Estado da Bahia
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

506. INQUÉRITO CIVIL Nº 608.9.59193/2021
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Jequié
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

507. INQUÉRITO CIVIL Nº 724.9.133865/2019
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > enriquecimento Ilícito
INTERESSADO(A)(S): Flaviano da Silva Bonfim
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

508. INQUÉRITO CIVIL Nº 714.0.204164/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Ibicaraí
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público
INTERESSADO(A)(S): Sociedade; Município de Floresta Azul
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

509. INQUÉRITO CIVIL Nº 608.9.1614/2019
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Jequié
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crime contra a Administração Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Carlos André dos Santos; Adilson Alves Miranda
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

510. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.100061/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 5º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Concessão/ Permissão/Autorização > Água e/ou Esgoto
INTERESSADO(A)(S): Matheus Correia Teixeira Mendonca; Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - EMBASA
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

511. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.174576/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 2º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas
INTERESSADO(A)(S): Empada Salvador Ltda - ME
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

512. INQUÉRITO CIVIL Nº 345.9.18670/2022
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Uruçuca
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Agentes Políticos > Prefeito > Prestação de Contas
INTERESSADO(A)(S): Câmara Municipal de Uruçuca
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

513. INQUÉRITO CIVIL Nº 187.0.240185/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Muritiba
ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Fundos
INTERESSADO(A)(S): Município de Cabaceiras do Paraguaçu; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cabaceiras do Paraguaçu
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

514. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.179831/2009
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Produto Impróprio
INTERESSADO(A)(S): Manoel Silva Leal
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

515. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.0.157523/2016
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Responsabilidade do Fornecedor
INTERESSADO(A)(S): Oi S/A; Eduardo Seixas de Salles; Claro S/A
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

516. NOTÍCIA DE FATO Nº 202.9.469598/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Governador Mangabeira
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Contratos Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Domingas Souza da Paixão
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

517. NOTÍCIA DE FATO Nº 248.9.499598/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Ibirapuã
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
- Direito Processual Civil e do Trabalho > Atos Processuais > Prazo > Prorrogação
INTERESSADO(A)(S): Maria de Lourdes Tavares
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

518. NOTÍCIA DE FATO Nº 591.9.467808/2023
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

519. NOTÍCIA DE FATO Nº 647.9.484795/2023
ORIGEM: 6ª Promotoria de Justiça de Eunápolis
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil > Sistema Remuneratório e Benefícios > Assistência à Saúde
- Direito da Saúde > Pública > Sistema Único de Saúde
- Direito da Saúde > Pública > Sistema Único de Saúde
- Direito da Saúde > Pública > Sistema Único de Saúde
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Saúde > Tratamento Médico >Hospitalar > Atendimento/ Tratamento Ambulatorial
INTERESSADO(A)(S): Secretaria Municipal de Saúde de Itapebi; Município de Itapebi
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

520. NOTÍCIA DE FATO Nº 708.9.509970/2023
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística
INTERESSADO(A)(S): Assoc. de Moradores da Av. Aurelio Viana; Município de Teixeira de Freitas
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

521. INQUÉRITO CIVIL Nº 371.0.72376/2007
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Ilhéus
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): A Sociedade
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

522. INQUÉRITO CIVIL Nº 593.0.208368/2015
ORIGEM: 6ª Promotoria de Justiça de Barreiras
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Conselhos > Conselho de Direitos da Criança e Adolescente > Municipal
INTERESSADO(A)(S): Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; Município de Barreiras
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

523. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 681.0.148773/2014
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha
ASSUNTO: Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Município de Andorinha; Promotoria Regional Especializada em Meio Ambiente
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

524. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.1.60046/2005
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Penal
INTERESSADO(A)(S): Evaldo dos Santos; Roque Rocha Monteiro
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

525. NOTÍCIA DE FATO Nº 210.9.367237/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Paramirim
ASSUNTO: Direito da Saúde > Pública > Tratamento Médico Hospitalar > Cirurgia > Eletiva
INTERESSADO(A)(S): Ieda Almeida Lopes; Ministério Público do Estado da Bahia
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

526. NOTÍCIA DE FATO Nº 705.9.501896/2023
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso
ASSUNTO: Direito à educação > Qualidade > Transporte
INTERESSADO(A)(S): Adriano Dni da Silva; Município de Gloria
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

527. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 597.9.123320/2023
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Valença
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Fornecimento de energia elétrica
INTERESSADO(A)(S): COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia; Jenilson Souza Leal da Silva
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

528. NOTÍCIA DE FATO Nº 596.9.36362/2023
ORIGEM: 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Ato Lesivo ao Patrimônio Artístico, Estético, Histórico ou Turístico
INTERESSADO(A)(S): Raymundo Luiz de Oliveira Lopes
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

529. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.365157/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 8º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Karine Luduvice Uzeda e Silva
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

530. INQUÉRITO CIVIL Nº 371.9.198344/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itacaré
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil > Regime Estatutário > Nepotismo
INTERESSADO(A)(S): Maria da Graças de Deus Viana
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

531. INQUÉRITO CIVIL Nº 167.9.384259/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Noemia Alvina da Silva Santos
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

532. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.252786/2021
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Cotegipe
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Edivar Moreira Rodrigues
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

533. INQUÉRITO CIVIL Nº 167.9.366949/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João
ASSUNTO: Direito Ambiental > Recursos Hídricos
INTERESSADO(A)(S): Manoel Firmino dos Santos; Luís Eduardo Costa Maciel; José Marcelino Dias Filho
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

534. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.179397/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Josiel Sousa Silva
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

535. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.207466/2015
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): Edilson Ribeiro da Cruz
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

536. INQUÉRITO CIVIL Nº 597.9.16821/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença
ASSUNTO: Direito Ambiental > Unidade de Conservação da Natureza
- Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Município de Marau; Associação dos Amigos da Península de Maraú
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

537. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.0.134428/2013
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus
ASSUNTO: Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Elísio Medrado
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

538. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.256262/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora > Destruição ou degradação
INTERESSADO(A)(S): Antônio Carlos dos Santos; Cláudia Bocchese de Lima
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

539. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.161256/2020
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença
ASSUNTO: Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente
INTERESSADO(A)(S): A Sociedade; José Nelson Ferreira Fernandes
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

540. INQUÉRITO CIVIL Nº 716.9.119257/2022
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Município de Ipirá
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

541. INQUÉRITO CIVIL Nº 212.9.94397/2019
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Paripiranga
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Municipio de Paripiranga; Gilmara Oliveira de Santana; Justino Das Virgens Neto; Paripiranga - Secretaria de Educação; Lucas de Jesus Bispo Andrade
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

542. INQUÉRITO CIVIL Nº 705.0.106553/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso
ASSUNTO: Direito Ambiental > Saneamento
INTERESSADO(A)(S): Ministério Público do Estado da Bahia; Prefeitura Municipal de Rodelas
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

543. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.397735/2022
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Esplanada
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Léa Márcia Britto Mesquita; Prefeitura Municipal de Esplanada
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

544. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.106810/2023
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Guarda Civil Municipal de Lauro de Freitas
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

545. INQUÉRITO CIVIL Nº 608.0.120559/2016
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Jequié
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Município de Manoel Vitorino
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

546. INQUÉRITO CIVIL Nº 114.9.165123/2018
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Concurso Público/Edital > Concurso para Servidor
INTERESSADO(A)(S): Sociedade
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

547. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 702.9.145068/2023
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina
ASSUNTO: Direito à Educação > Valorização do Magistério e dos Profissionais da Educação > Remuneração > Piso Salarial
INTERESSADO(A)(S): APLB
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

548. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.68140/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Paramirim
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Saúde > Hospitais e Outras Unidades de Saúde
INTERESSADO(A)(S): Jean Carla de Lima
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

549. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.120960/2009
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Poluição
INTERESSADO(A)(S): IBAMA - Vitória da Conquista; Maria Estefânia Alkmim Leão
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

550. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.0.1222/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Chorrochó
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
INTERESSADO(A)(S): Pedro Antônio Estrella Pedrosa
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

551. INQUÉRITO CIVIL Nº 719.9.26566/2022
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Seabra
ASSUNTO: Direito Ambiental > Fauna
INTERESSADO(A)(S): Arminia Cassia Fernandes de Athayde; Enaide Rita de Souza; Ladirla Medeiros Ramos
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

552. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 096.9.190356/2022
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Correntina
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Nilson José Rodrigues
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

553. INQUÉRITO CIVIL Nº 075.0.238539/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Chorrochó
ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Conselhos Tutelares
INTERESSADO(A)(S): A Sociedade; Conselho Tutelar de Abaré; CMDCA de Abaré; Prefeitura de Abaré
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

554. INQUÉRITO CIVIL Nº 262.0.64875/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santa Inês
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Empregado Público/Temporário
INTERESSADO(A)(S): Município de Santa Inês
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

555. INQUÉRITO CIVIL Nº 096.9.199230/2020
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Correntina
ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Ato Infracional > Previstos na Legislação Extravagante > Contra o Meio Ambiente > Contra a Flora
- Direito Ambiental > Reserva Legal
INTERESSADO(A)(S): Gilson Osmar Denardin; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Correntina
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

556. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.1.8345/2007
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santa Inês
ASSUNTO: Direito Penal
INTERESSADO(A)(S): Victor Emanuel Melo de Souza; Edvanes Silva Batista; Raimundo da Silva Oliveira; Renato Batista dos Santos
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

557. INQUÉRITO CIVIL Nº 676.9.46110/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente
INTERESSADO(A)(S): Comunidade Quilombola Fazenda Grande
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

558. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.230467/2015
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Piatã
ASSUNTO: Direito Penal
INTERESSADO(A)(S): Alfreu Oliveira Rocha; Florisvaldo da Silva Dourado; Judicael dos Santos Santana; Flavio Antônio dos Anjos; Vítor Souza Oliveira Paiva
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

559. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.0.91916/2016
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Roberto Santos Ribeiro; Antônio Paulo Ribeiro da Silva; Raimundo de Souza Silva; Antônio José Ulisses Lessa Villas-Boas; Antônio Carlos Rodrigues Regis
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

560. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 096.9.37609/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Correntina
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Recursos Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Mauro Pinto Araújo
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

561. INQUÉRITO CIVIL Nº 598.9.352165/2021
ORIGEM: 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro
ASSUNTO: Direito da Saúde > Pública > Vigilância Sanitária e Epidemiológica
INTERESSADO(A)(S): Município de Juazeiro-Ba; A Sociedade
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

562. INQUÉRITO CIVIL Nº 591.9.474647/2022
ORIGEM: 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Posturas Municipais
INTERESSADO(A)(S): Município de Lauro de Freitas; Débora Regis dos Santos Filha
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

563. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.135669/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Serra Dourada
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Contra a Administração da Justiça > Desobediência a decisão Judicial Sobre Perda ou Suspensão de Direitos
- Direito Penal > Crimes Contra as Finanças Públicas > Má Gestão Praticada por Prefeitos e Vereadores
INTERESSADO(A)(S): José Milton Frota de Souza; Maurício Alvares Barra
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

564. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.232324/2020
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 3º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Estabelecimentos de Ensino
INTERESSADO(A)(S): Instituto do Conhecimento da Bahia; Conselho Regional de Serviço Social - 5ª Região - Bahia
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

565. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 657.9.358308/2022
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ipiaú
ASSUNTO: Direito Ambiental > Poluição
- Direito Penal > Contravenções Penais > Perturbação do Trabalho ou do Sossego Alheios
INTERESSADO(A)(S): Empório Beer Distribuidora e Conveniência; Cléber Santos de Souza
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

566. INQUÉRITO CIVIL Nº 598.9.82547/2022
ORIGEM: 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro
ASSUNTO: Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Suzana Alexandre de Carvalho Ramos
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

567. INQUÉRITO CIVIL Nº 109.9.100483/2020
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itiúba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Concessão / Permissão/Autorização > Recolhimento e Tratamento de Lixo
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Contratos Administrativos > execução Contratual
INTERESSADO(A)(S): Município de Itiúba; Cooperativa Itiubense dos Trabalhadores de Coleta Seleta e Gestão Sustentável do Meio Ambiente
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

568. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.174621/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 2º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas
INTERESSADO(A)(S): Manuela de Lima Magalhães
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

569. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.166079/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 4º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Contratos Administrativos > Obras Públicas
INTERESSADO(A)(S): Associação Ile a Axé Omi Funko
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

570. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.90866/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 2º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Fornecimento de Água
INTERESSADO(A)(S): Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

571. INQUÉRITO CIVIL Nº 185.0.221467/2015
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Mucuri
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas
INTERESSADO(A)(S): Postos de Combustível do Município de Mucuri; A Sociedade
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

572. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.103020/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Concurso Público / Edital > Prazo de Validade
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Concurso Público / Edital > Cadastro Reserva
INTERESSADO(A)(S): A Sociedade
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

573. INQUÉRITO CIVIL Nº 592.9.172100/2020
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim
ASSUNTO: Direito da Saúde > Pública > Fornecimento de Medicamentos > Registrado na Anvisa > Padronizado
INTERESSADO(A)(S): Márcia Fernandes da Silva; Município de Senhor do Bonfim
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

574. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 718.9.134189/2018
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Mylena Almeida Sampaio; Risia Mirian Anselmo dos Santos; Município de Gongogi; Leidiane Souza Melo Aragão; Edna Tito de Souza; Dirleia Alcântara dos Santos; Givaldo dos Santos Junior; Ailton Ribeiro de Oliveira
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

575. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.133774/2018
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Contra as Finanças Públicas > Má Gestão Praticada por Prefeitos e Vereadores
INTERESSADO(A)(S): Asclepiades de Almeida Queiroz; Francisco de Souza Andrade Neto
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

576. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.0.236120/2014
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
INTERESSADO(A)(S): SIOPE
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

577. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.95626/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
- Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora > Destruição ou Degradação mediante Desmatamento ou Exploração Econômica
INTERESSADO(A)(S): José Carlos Oliveira Melo
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

578. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.107281/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 8º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Domínio Público > Bens Públicos > Utilização de Bens Públicos
INTERESSADO(A)(S): Município do Salvador; Salvador Produções Artísticas e Entretenimento Ltda; Asociação das Empresas do Parque Tecnológico da Bahia
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

579. INQUÉRITO CIVIL Nº 152.9.101159/2021
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis
ASSUNTO: Direito Ambiental > Saneamento
INTERESSADO(A)(S): Município de Nova Redenção
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

580. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.396245/2022
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itacaré
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação
INTERESSADO(A)(S): Francyne Santos de Souza; Município de Itacaré
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

581. INQUÉRITO CIVIL Nº 591.9.451883/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): Gabriel Fontes Dantas
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

582. INQUÉRITO CIVIL Nº 179.9.144516/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Morro do Chapéu
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

583. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 698.9.326676/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Irecê
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Concessão / Permissão / Autorização > Tabelionatos - Registros - Cartórios > Registro Civil de Nascimento
INTERESSADO(A)(S): Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de São Gabriel
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

584. INQUÉRITO CIVIL Nº 592.9.84464/2022
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Domínio Público > Bens Públicos > Utilização de Bens Públicos
INTERESSADO(A)(S): Rodrigo Fabiano Marques de Souza
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

585. INQUÉRITO CIVIL Nº 090.9.224844/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itanhém
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Adeilson José Martins; Dinoel de Souza Carvalho; Fábio Alves Lacerda; Marciano Santos Barbosa
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

586. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.249225/2020
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 5º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Bar do Pepe Itapuã; JP Engenharia Itapuã Salvador
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

587. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.156358/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
INTERESSADO(A)(S): Joilson Sérgio dos Santos Oliveira
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

588. INQUÉRITO CIVIL Nº 591.9.451887/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): Gabriel Fontes Dantas
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

589. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.9.535039/2022
ORIGEM: Salvador - 4ª Promotoria de Justiça de Execução Criminal - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Saúde > Tratamento Médico Hospitalar > Atendimento/Tratamento Ambulatorial
INTERESSADO(A)(S): Amadeu Ramos Sampaio Santos Filho; Celina Maria dos Santos
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

590. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 334.0.3553/2015
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Tucano
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Carlos Alberto de Santana Farias; Igor Moreira Nunes
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

591. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.139886/2015
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Penal
INTERESSADO(A)(S): Francisco de Souza Andrade Netto; Alan Andrade Santos
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

592. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.264555/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Cláusulas Abusivas
INTERESSADO(A)(S): Barraca do Loro Ltda - Praia do Flamengo
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

593. INQUÉRITO CIVIL Nº 167.9.157403/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João
ASSUNTO: Direito Ambiental > Zona Costeira
- Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente
- Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Conselho Gestor da APA - Litoral Norte; Município de Jandaíra
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

594. INQUÉRITO CIVIL Nº 031.9.148702/2017
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Concessão / Permissão/Autorização > Telefonia
INTERESSADO(A)(S): Claro S/A
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

595. INQUÉRITO CIVIL Nº 167.0.112652/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João
ASSUNTO: Direito Ambiental > Fauna
INTERESSADO(A)(S): José Augusto Veloso Pinto
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

596. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 340.9.430824/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Ubatã
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Posturas Municipais
INTERESSADO(A)(S): Município de Ubatã
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

597. INQUÉRITO CIVIL Nº 644.0.40215/2016
ORIGEM: 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): Alonso Barreto Santos; Norma Moura Barreto
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

598. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.371507/2022
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas
ASSUNTO: Direito Ambiental > Dano Ambiental
- Direito Ambiental > Recursos Hídricos
INTERESSADO(A)(S): Selio Coelho de Figueredo
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

599. INQUÉRITO CIVIL Nº 591.9.105266/2021
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
ASSUNTO: Direito Ambiental > Recursos Hídricos
- Direito Ambiental > Poluição
- Direito Ambiental > Saneamento
INTERESSADO(A)(S): Condomínio Village Pedras do Mar; Jussara Silva
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

600. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.479188/2023
ORIGEM: Salvador - 4ª Promotoria de Justiça de Execução Criminal - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Penal > Fato Atípico
INTERESSADO(A)(S): Selma Silva Santos; Antônio Henrique Santos Cerqueira
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

601. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 096.0.231439/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Correntina
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Agentes Políticos
INTERESSADO(A)(S): Wesley Campos Aguiar
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

602. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.293371/2021
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Macarani
ASSUNTO: Direito Ambiental > Fauna
- Direito Ambiental > Saneamento
- Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Joeli Alves de Jesus; Prefeitura Municipal de Macarani
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

603. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 249.9.194118/2019
ORIGEM: Salvador - Procuradoria Geral de Justiça - UAAF - Unidade de Apoio à Atividade Finalística - 1ª Subunidade (Criminal/Infância e Juventude) – Promotor
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Andesson Silva Souza; Caio Silva Souza
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

604. INQUÉRITO CIVIL Nº 371.9.36153/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itacaré
ASSUNTO: Direito Ambiental > Poluição
INTERESSADO(A)(S): Adelino Santos Filho
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

605. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.234578/2021
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Educação - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Entidades de Atendimento
INTERESSADO(A)(S): Creche Escola Comunitária Primeiros Passos
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

606. INQUÉRITO CIVIL Nº 207.0.79129/2013
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Iraquara
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes de Abuso de Autoridade
INTERESSADO(A)(S): Marcos Vinícios Santos Teles
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

607. INQUÉRITO CIVIL Nº 717.9.189468/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Correntina
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Responsabilidade Fiscal
INTERESSADO(A)(S): Nilson José Rodrigues
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

608. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.196298/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itanhém
ASSUNTO: Direito Ambiental > Dano Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Anônimo; Disque 127
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

609. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.170068/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso
ASSUNTO: Direito Ambiental > Fauna
INTERESSADO(A)(S): Almir Henrique da Silva
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

610. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.68571/2022
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Saúde - 2º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito da Saúde > Pública > Sistema Único de Saúde
INTERESSADO(A)(S): Hospital Geral Roberto Santos
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

611. INQUÉRITO CIVIL Nº 190.9.109941/2022
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Nazaré
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Raimundo Vieira Costa Júnior; Município de Nazaré; Eunice Barreto Peixoto; José Jorge Mota da Cruz
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

612. INQUÉRITO CIVIL Nº 704.9.5926/2017
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Responsabilidade Fiscal
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Macaúbas; Banco do Brasil S/A; José João Pereira
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

613. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.70136/2015
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Educação - 5º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público
INTERESSADO(A)(S): Colégio Estadual Thales de Azevêdo
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

614. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.1.111488/2006
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santa Inês
ASSUNTO: Direito Penal
INTERESSADO(A)(S): Sidney Pessoa Madruga
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

615. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.280443/2021
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Educação - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Ensino Fundamental e Médio
INTERESSADO(A)(S): José Amorim dos Santos; Creche Escola Tia Del
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

616. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.60119/2013
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Ambiental > Mineração
INTERESSADO(A)(S): Cerâmica Santa Rita Ltda
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

617. INQUÉRITO CIVIL Nº 096.9.148590/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Correntina
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Nilson José Rodrigues; Pedro Guerra Neto
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

618. INQUÉRITO CIVIL Nº 598.9.235773/2023
ORIGEM: 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
- Direito Ambiental > Fauna
- Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente
INTERESSADO(A)(S): Lucas Felipe Rodrigues Moreira da Silva; Raimunda Milter Alves
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

619. INQUÉRITO CIVIL Nº 676.9.103835/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente
INTERESSADO(A)(S): Câmara Municipal de Bom Jesus da Lapa; Localidade da Ilha da Mariquinha
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

620. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.297261/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 2º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito da Saúde > Suplementar > Planos de Saúde > Tratamento Médico Hospitalar
INTERESSADO(A)(S): Priscila Silva Santos
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

621. NOTÍCIA DE FATO Nº 592.9.246287/2023
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Nulidade de Ato Administrativo
INTERESSADO(A)(S): Município de Senhor do Bonfim
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

622. INQUÉRITO CIVIL Nº 031.0.139249/2016
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura de Nova Itarana
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

623. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.229880/2022
ORIGEM: 6ª Promotoria de Justiça de Valença
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao erário
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S):Sigiloso
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

624. INQUÉRITO CIVIL Nº 083.9.156522/2017
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de São Gonçalo dos Campos
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): João Pedro Labriola Cardozo; Município de Conceição da Feira
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

625. INQUÉRITO CIVIL Nº 191.9.16915/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora
INTERESSADO(A)(S): Adelar Geller
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

626. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.262659/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 1º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Ambiental > Poluição
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

627. NOTÍCIA DE FATO Nº 709.9.443989/2023
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes da Lei de licitações
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Dispensa
INTERESSADO(A)(S): Elem Salvador de Santana
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

628. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.181468/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 3º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Ambiental > Fauna
- Direito Ambiental > Dano Ambiental
- Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Jorge Roberto da Silva Mendes
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

629. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.336691/2022
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Valença
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação extravagante > Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional
INTERESSADO(A)(S): Caroline Rocha Queiroz Villas-Boas
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

630. PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL Nº 003.0.80033/2011
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de São Gonçalo dos Campos
ASSUNTO: Direito Penal
INTERESSADO(A)(S): Antônio Dessa Cardozo; Fórum da Cidadania; Jorge Brandao de Oliveira; José Luciano de Carvalho Oliveira
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

631. INQUÉRITO CIVIL Nº 593.9.11207/2024
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Modalidade /Limite
INTERESSADO(A)(S): Rui Carnaúba dos Santos Me; Comissão Provisória do Partido Ecológico Nacional de Cristópolis; Município de Cristópolis
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

632. INQUÉRITO CIVIL Nº 249.9.165278/2021
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Ribeira do Pombal
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Valter de Santana Costa
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

633. INQUÉRITO CIVIL Nº 090.0.60162/2009
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itanhém
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Produto Impróprio
INTERESSADO(A)(S): Paulo Cintra
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

634. INQUÉRITO CIVIL Nº 288.0.165270/2015
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana
ASSUNTO: Direito Ambiental > Poluição
INTERESSADO(A)(S): Granja Nova Granja
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

635. INQUÉRITO CIVIL Nº 117.0.41863/2016
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Jacaraci
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Jacaraci
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

636. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 933.9.276480/2021
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Poluição
INTERESSADO(A)(S): Iliria Hoff
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

637. INQUÉRITO CIVIL Nº 167.9.74561/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João
ASSUNTO: Direito Ambiental > Reserva Legal
INTERESSADO(A)(S): Carolina Schultz Quadro Cortes
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

638. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.439747/2022
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil > Regime estatutário > Acumulação de Cargos > Limite de Carga Horária - Jornada Semanal
INTERESSADO(A)(S): Antônio Carlos Amorim Guimarães
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

639. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.12205/2024
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 7º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Instituto Anísio Teixeira
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

640. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.267638/2022
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Iguaí
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Fernando Vitalino da Silva
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

641. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.105244/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 8º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Aristanan Pinto Nery da Silva
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

642. INQUÉRITO CIVIL Nº 187.0.240128/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Muritiba
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Conselhos > Conselho de Direitos da Criança e Adolescente > Municipal
INTERESSADO(A)(S): Município de Muritiba; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Muritiba
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

643. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.0.265459/2016
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações
INTERESSADO(A)(S): Elpídio Som Serviços Ltda; TNT Eventos Ltda; Walmir Elpídio da Silva; Município de Amargosa
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

644. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 692.9.284601/2023
ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Guanambi
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Fiscalização > Inspeção
- Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Medidas de Proteção > Outras Medidas de Proteção
- Direito da Saúde > Mental > Internação Involuntária
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

645. NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.386978/2023
ORIGEM: Salvador - 19ª Promotoria de Justiça Criminal - 2º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Penal > Crimes contra a Administração da Justiça > Falso Testemunho ou Falsa Perícia
INTERESSADO(A)(S): Sérgio Pastori de Figueiredo; Hamilton Bispo Sacramento
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

646. O QUE OCORRER.

As inscrições para sustentação oral deverão ser feitas até o início da sessão, em conformidade com o art. 36, §8º, do Regimento Interno do Conselho Superior, através do endereço eletrônico: https://www.mpba.mp.br/formulario/57663.

O acesso ao ambiente virtual da sessão se dará por meio de link, a ser enviado, até 15 minutos antes do início da sessão, à caixa de e-mail institucional de todos os membros do colegiado e dos que estejam inscritos para sustentação oral.

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

DISTRIBUIÇÃO

Em 25 de janeiro de 2024, na forma dos artigos 171 a 178 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público da Bahia, foram distribuídos, por meio eletrônico e em ato público, com encaminhamento imediato ao Relator, os seguintes procedimentos:

INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.40156/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 2º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

INQUÉRITO CIVIL Nº 186.9.264716/2017
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Mundo Novo
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Zeneide Canto Costa; José Carlos Leão Barretto de Araújo; Prefeitura de Mundo Novo (Ba)
RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.90039/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 3º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas
INTERESSADO(A)(S): Nascimento Gonçalves Comércio e Serviços Veterinários Ltda
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

NOTÍCIA DE FATO Nº 645.0.169555/2016
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Camacã
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Agentes Políticos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Mascote
RELATORIA: 3ª Conselheira - Cleusa Boyda de Andrade

NOTÍCIA DE FATO Nº 190.9.24186/2024
ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Nazaré
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Gildásio Bonfim Fonseca Nogueira; Município de Nazaré; Eunice Barreto Peixoto; Ydma Jacyara Torres Cardoso Oliveira
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

INQUÉRITO CIVIL Nº 705.0.106621/2012
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso
ASSUNTO: Direito Ambiental > Saneamento
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Glória; Ministério Público do Estado da Bahia
RELATORIA: 4ª Conselheira - Marilene Pereira Mota

INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.111244/2011
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora
- Direito Ambiental > Dano Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Belarmino Neto da Rocha
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

INQUÉRITO CIVIL Nº 593.9.19234/2024
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
INTERESSADO(A)(S): Gilson Bezerra de Souza
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens

INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.271719/2023
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas
INTERESSADO(A)(S): Hotel Vila Galé
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

INQUÉRITO CIVIL Nº 598.9.203261/2023
ORIGEM: 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Saúde > Tratamento Médico Hospitalar > Atendimento/Tratamento Ambulatorial
INTERESSADO(A)(S): Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora de Fátima
RELATORIA: 6º Conselheiro - Adriani Vasconcelos Pazelli

NOTÍCIA DE FATO Nº 202.9.497495/2023
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Governador Mangabeira
ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Ato Infracional > Contra a Vida > Homicídio Simples
INTERESSADO(A)(S): Sigiloso
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

INQUÉRITO CIVIL Nº 238.0.34577/2011
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Queimadas
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Parcelamento do Solo
INTERESSADO(A)(S): A Sociedade
RELATORIA: 7º Conselheiro - Ricardo Regis Dourado

INQUÉRITO CIVIL Nº 692.9.107456/2019
ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Caetité
ASSUNTO: Direito Ambiental > Recursos Hídricos
INTERESSADO(A)(S): João de Jesus Duarte; Deli Ferreira de Paula; Lindomar Rodrigues Rocha
RELATORIA: 8º Conselheiro - Nivaldo dos Santos Aquino

INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.272044/2022
ORIGEM: 6ª Promotoria de Justiça de Valença
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto no Estado da Bahia - SINDAE; Município de Valença, Bahia
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

INQUÉRITO CIVIL Nº 210.9.88350/2018
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Paramirim
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Município de Rio do Pires; Secretaria de Saúde do Município de Rio do Pires; Lourival Nunes da Silva
RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

Salvador, 25 de janeiro de 2024

ALEXANDRE SOARES CRUZ
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

GABINETE

ATO Nº 58, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

Considerando a retificação judicial em assentamento de Registro Civil, em sede da ação nº 8123675-40.2023.8.05.0001, do candidato aprovado no VI Concurso Público para provimento do quadro de pessoal permanente do Ministério Público do Estado da Bahia, nomeado para o cargo de Assistente Técnico-Administrativo, conforme Ato nº 28, de 11 de janeiro de 2024, publicado no DJE de 12 de janeiro de 2024 e de acordo com o SEI nº 19.09.40816.0002057/2024-17,

Onde se lê:
ARIEL NUNES DE MELO

Leia-se:
ADRIEL NUNES DE MELO

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

ATO NORMATIVO Nº 5, DE 25 JANEIRO DE 2024
Altera o Ato Normativo nº 2, de 25 de janeiro de 2023, para incluir o art. 30-A.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, X e XLIV, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996, RESOLVE:

Art. 1º O Ato Normativo nº 2, de 25 de janeiro de 2023, passa a vigorar acrescido do art. 30-A, com a seguinte redação:
"Art. 30-A. A Central de Apoio Técnico (CEAT) funcionará durante todo o período do carnaval.

Parágrafo único. Estende-se ao Coordenador da Central de Apoio Técnico (CEAT) o disposto no art. 23."

Art. 2º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

EDITAL Nº 309, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, torna pública a ausência de servidores habilitados, ocupantes do cargo de Assistente Técnico-Administrativo, para remoção às vagas ofertadas através do Edital no 149/2024, publicado no DJe de 17 de janeiro de 2024.
Servidores não habilitados - Inscrições em desacordo com o estabelecido no Edital nº 149/2024, publicado no DJE de 17 de janeiro de 2024, e Ato Normativo 020/2014:

SEI	MAT	NOME	LOTAÇÃO	MOTIVO
19.09.01909.0001174/ 2024-59	355112	INDYRA NIELA SOUZA DE JESUS	ITAPARICA	Menos de 1 ano de permanência na lotação atual (Ato Normativo 020/2014, Art. 9º, § 5º - Edital 149/2024, Item III)
19.09.01671.0001126/ 2024-80	355380	ANA AMELIA RIBEIRO SOUSA	SENTO SÉ	Menos de 1 ano de permanência na lotação atual (Ato Normativo 020/2014, Art. 9º, § 5º - Edital 149/2024, Item III)

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 226, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei nº 12.607, de 26 de dezembro de 2012 e suas alterações, regulamentada pelo Ato Normativo nº 6, de 18 de março de 2013, e em atenção ao procedimento SEI nº 19.09.01355.0001460/2024-79 resolve CONCEDER a gratificação por serviços especiais, a partir desta publicação, ao servidor relacionado abaixo, conforme especifica:

NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	GRATIFICAÇÃO/ ATIVIDADE
UILI JOSÉ SANTANA DOS SANTOS	353.284	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

SECRETARIA GERAL

ATO Nº 56, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em conformidade com o disposto no art. 268, §1º, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 60761/2024, HOMOLOGA a escolha dos Promotores de Justiça FERNANDO RODRIGUES DE ASSIS e JOSÉ FRANCLIN ANDRADE DE SOUZA como Coordenador e Suplente, respectivamente, da Promotoria de Justiça Regional de Bom Jesus da Lapa, no período de 10/11/2023 a 9/11/2024.
Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

ATO Nº 57, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em conformidade com o disposto nos artigos 15, incisos V e VI e 268, §1º, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, e seu ANEXO II, e com o Ato nº 56, de 25 de janeiro de 2024, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 60761/2024, NOMEIA o Promotor de Justiça FERNANDO RODRIGUES DE ASSIS para exercer o cargo de Coordenador de Promotoria de Justiça Regional, no período de 10/11/2023 a 9/11/2024.

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

EDITAL Nº 305, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no art. 15, X, “e”, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, em conformidade com o artigo 2º-A, §§ 3º e 4º, do Ato Normativo nº 1, de 10 de janeiro de 2014, tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o n° 40558/2022, TORNA PÚBLICA a lista dos candidatos inscritos, nos termos do edital nº 188/2024, publicado na edição do DJE de 22/1/2024, para exercício das funções do Ministério Público, cumulativamente com as atribuições que já exerçam, durante o período de até 1 (um) ano, contado a partir de 19/2/2024, na OLIVEIRA DOS BREJINHOS - PROMOTOR(A) ELEITORAL - 094ª ZONA, E OLIVEIRA DOS BREJINHOS - PROMOTORIA DE JUSTIÇA:

INSCRITOS	TITULARIDADE	DISTÂNCIA TITULARIDADE X SUBSTITUIÇÃO	ENTRÂNCIA	ANTIGUIDADE NA ENTRÂNCIA
Matheus Polli Azevedo	Jacobina - 1ª Promotoria de Justiça	429	Final	354
Cintia Campos da Silva	Jacobina - 7ª Promotoria de Justiça	429	Final	384
Robert de Moura Carneiro	Castro Alves - Promotoria de Justiça	439	Inicial	14
Fábio Nunes Bastos Leal Guimarães	Jequié - Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente	530	Final	339
Fernanda Lima Cunha	Jequié - 6ª Promotoria de Justiça	530	Final	392
Thomas Bryann Freitas do Nascimento	Mata de São João - Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente	599	Intermediária	83
Antonio Eduardo Cunha Setubal	Salvador - 26ª Promotoria de Justiça Criminal - 2º Promotor(a) de Justiça	603	Final	217
Artur Ferrari de Almeida	Salvador - 10ª Promotoria de Justiça de Família - 2º Promotor(a) de Justiça	603	Final	265
Marco Aurélio Nascimento Amado	Salvador - 3ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri - 2º Promotor(a) de Justiça	603	Final	276
Adriana Patricia Cortopassi Coelho	Inhambupe - 2ª Promotoria de Justiça	613	Intermediária	93
Márcia Costa Bandeira Gomes	Itabuna - 04ª Promotoria de Justiça	655	Final	152
Luis Eduardo Souza e Silva	Ilhéus - 06ª Promotoria de Justiça	685	Final	327

*Fonte das distâncias: https://www.openstreetmap.org/

A Secretaria-Geral, seguindo a ordem de classificação, notificará os habilitados, via e-mail institucional, abrindo prazo, até às 23 horas e 59 minutos do dia útil seguinte ao do envio da notificação, para resposta com manifestação de desistência, na forma no §4º-A do art. 2º-A do Ato Normativo nº 1/2014.
Aquele, dentre os habilitados, mais bem colocado e que não houver manifestado desistência, será designado para o exercício das atribuições especificadas no respectivo edital.

A presente lista de habilitados terá validade até o término do período previsto no edital para a respectiva designação, desde que esta ainda seja necessária, conforme §4º-C do art. 2º-A do Ato Normativo nº 1/2014.

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

EDITAL Nº 306, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no art. 15, X, "e", da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, em conformidade com o artigo 2º-A, §§ 3º e 4º, do Ato Normativo nº 1, de 10 de janeiro de 2014, tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o n° 60509/2024, TORNA PÚBLICA a lista dos candidatos inscritos, nos termos do edital nº 192/2024, publicado na edição do DJE de 22/01/2024, para exercício das funções do Ministério Público, cumulativamente com as atribuições que já exerçam, durante o período de 23/1/2024 a 2/2/2024, na ANGICAL - PROMOTOR(A) ELEITORAL - 126ª ZONA e BAIANÓPOLIS - PROMOTORIA DE JUSTIÇA:

INSCRITOS	TITULARIDADE	DISTÂNCIA TITULARIDADE X SUBSTITUIÇÃO	ENTRÂNCIA	ANTIGUIDADE NA ENTRÂNCIA
João Manoel Santana Rodrigues	Santo Antônio de Jesus - 5ª Promotoria de Justiça	742 694 Média: 718	Intermediária	14
Jurgen Wolfgang Fleischer Junior	Pojuca - 2ª Promotoria de Justiça	843 795 Média: 819	Inicial	21
Adriana Patricia Cortopassi Coelho	Inhambupe - 2ª Promotoria de Justiça	868 820 Média: 844	Intermediária	93
Otávio de Castro Alla	Itajuípe - Promotoria de Justiça	921 873 Média: 897	Inicial	20

*Fonte das distâncias: https://www.openstreetmap.org/

A Secretaria-Geral, seguindo a ordem de classificação, notificará os habilitados, via e-mail institucional, abrindo prazo, até às 23 horas e 59 minutos do dia útil seguinte ao do envio da notificação, para resposta com manifestação de desistência, na forma no §4º-A do art. 2º-A do Ato Normativo nº 1/2014.
Aquele, dentre os habilitados, mais bem colocado e que não houver manifestado desistência, será designado para o exercício das atribuições especificadas no respectivo edital.
A presente lista de habilitados terá validade até o término do período previsto no edital para a respectiva designação, desde que esta ainda seja necessária, conforme §4º-C do art. 2º-A do Ato Normativo nº 1/2014.

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

EDITAL Nº 307, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no art. 15, X, "e", da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, em conformidade com o artigo 2º-A, §§ 3º e 4º, do Ato Normativo nº 1, de 10 de janeiro de 2014, tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o n° 60506/2024, TORNA PÚBLICA a lista dos candidatos inscritos, nos termos do edital nº 191/2024, publicado na edição do DJE de 22/1/2024, para exercício das funções do Ministério Público, cumulativamente com as atribuições que já exerçam, durante o período de 26/1/2024 a 5/2/2024, na TEIXEIRA DE FREITAS - 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA:

INSCRITOS	TITULARIDADE	DISTÂNCIA TITULARIDADE X SUBSTITUIÇÃO	ENTRÂNCIA	ANTIGUIDADE NA ENTRÂNCIA
Otávio de Castro Alla	Itajuípe - Promotoria de Justiça	390	Inicial	20

*Fonte das distâncias: https://www.openstreetmap.org/

A Secretaria-Geral, seguindo a ordem de classificação, notificará os habilitados, via e-mail institucional, abrindo prazo, até às 23 horas e 59 minutos do dia útil seguinte ao do envio da notificação, para resposta com manifestação de desistência, na forma no §4º-A do art. 2º-A do Ato Normativo nº 1/2014.
Aquele, dentre os habilitados, mais bem colocado e que não houver manifestado desistência, será designado para o exercício das atribuições especificadas no respectivo edital.
A presente lista de habilitados terá validade até o término do período previsto no edital para a respectiva designação, desde que esta ainda seja necessária, conforme §4º-C do art. 2º-A do Ato Normativo nº 1/2014.

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

EDITAL Nº 308, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições previstas no art. 15, X, “e”, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, em conformidade com o Ato Normativo nº 1, de 10 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 60718/2024, TORNA PÚBLICA a abertura de prazo de 2 (dois) dias, contados a partir do dia imediato ao da publicação deste edital, para que os Promotores de Justiça se habilitem, querendo, a exercer as funções do Ministério Público abaixo indicadas, no dia 6/2/2024, cumulativamente com as atribuições que já exerçam, firmando o compromisso de conciliar as atuações cumulativas, sem prejuízo da possibilidade de revogação da designação, a qualquer tempo, a critério da administração:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA	TITULAR	ATRIBUIÇÕES Resolução OECP 24/2014 - Data de Publicação: 26/02/2014
Ibotirama - 1ª Promotoria de Justiça	Ausência de Titular	Consumidor (Cível e Criminal) Pessoa Com Deficiência (Cível e Criminal) Idoso (Cível e Criminal) Registros Públicos, Inclusive Habilitação de Casamento Cível Família, Sucessões, Interditos Meio Ambiente (Cível e Criminal), Inclusive Habitação e Urbanismo e Patrimônio Histórico Patrimônio Público e Moralidade Administrativa (Cível e Criminal) Fundações:Fiscalização Das Fundações e Terceiro Setor Cidadania (Cível e Criminal) - Saúde Cidadania (Cível e Criminal) - Educação Cidadania (Cível e Criminal) - Discriminação

1. Havendo mais de um interessado em exercer a substituição, na forma do §3º do art. 2º-A, do Ato Normativo nº 1/2014, terá preferência aquele, dentre os habilitados: a) cuja sede de atuação seja mais próxima daquela da substituição; b) havendo empate segundo o critério anterior, que for de entrância mais elevada; e c) persistindo o empate, com maior antiguidade na entrância;
2. Para efetuar a inscrição, o candidato deverá enviar requerimento dirigido à Procuradora-Geral de Justiça, através do Sistema de Gestão e Acompanhamento da Carreira Ministerial e das Procuradorias e Promotorias de Justiça da Bahia (SIGA), apresentando declaração de regularidade dos serviços na Promotoria de Justiça em que atua e compromisso de conciliar as suas atribuições com as da substituição;
3. Não será admitida a habilitação do interessado em substituir que esteja respondendo a processo administrativo disciplinar por atraso injustificado no serviço, que esteja recebendo auxílio de outro membro do Ministério Público ou da Unidade de Apoio à Atividade Finalística (UAAF) ou que esteja designado com prejuízo do exercício das atribuições da Promotoria de Justiça de sua titularidade, conforme dispõe o §2º do art. 2º-A do?Ato Normativo nº 1/2014;
4. Serão considerados tempestivos os requerimentos enviados até às 23 horas e 59 minutos do último dia do prazo para inscrição;
5. Será indeferida a inscrição que não estiver em conformidade com o estabelecido neste edital;
6. A Secretaria Geral publicará a lista dos habilitados e os notificará, seguindo a ordem de classificação prevista no §3º do art. 2º-A do Ato Normativo nº 1/2014, via e-mail institucional, abrindo prazo, até às 23 horas e 59 minutos do dia útil seguinte ao do envio da notificação, para resposta com manifestação de desistência;
7. Aquele, dentre os habilitados, mais bem colocado e que não houver manifestado desistência, será designado para o exercício das atribuições especificadas no respectivo edital;
8. Os casos omissos serão decididos pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

EDITAL Nº 310, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no art. 15, X, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, em conformidade com o artigo 5º do Ato Normativo Conjunto nº 1, de 24 de março de 2020, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 30623/2022, TORNA PÚBLICA A DESISTÊNCIA DE TODOS OS INSCRITOS, nos termos do EDITAL Nº 2338/2023, publicado na edição do DJE de 24/8/2023, referente ao auxílio na 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES.

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

EDITAL Nº 311, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições previstas no art. 15, X, “e”, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, em conformidade com o Ato Normativo nº 1, de 10 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 60657/2024, TORNA PÚBLICA a abertura de prazo de 2 (dois) dias, contados a partir do dia imediato ao da publicação deste edital, para que os Promotores de Justiça se habilitem, querendo, a exercer as funções do Ministério Público abaixo indicadas, durante os períodos de 5/2/2024 a 9/2/2024, 18/3/2024 a 21/3/2024 e 25/3/2024 a 28/3/2024, cumulativamente com as atribuições que já exerçam, firmando o compromisso de conciliar as atuações cumulativas, sem prejuízo da possibilidade de revogação da designação, a qualquer tempo, a critério da administração:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA	TITULAR	ATRIBUIÇÕES (Lei nº 12.828/2013 - Data de Publicação: 5/7/2013)
Barra do Choça - Promotoria de Justiça	Soraya Meira Chaves	Atribuição Plena
Barra do Choça - 139ª Zona eleitoral		

1. Havendo mais de um interessado em exercer a substituição, na forma do §3º do art. 2º-A, do Ato Normativo nº 1/2014, terá preferência aquele, dentre os habilitados: a)cuja sede de atuação seja mais próxima daquela da substituição; b) havendo empate segundo o critério anterior, que for de entrância mais elevada; e c) persistindo o empate, com maior antiguidade na entrância;
2. Para efetuar a inscrição, o candidato deverá enviar requerimento dirigido à Procuradora-Geral de Justiça, através do Sistema de Gestão e Acompanhamento da Carreira Ministerial e das Procuradorias e Promotorias de Justiça da Bahia (SIGA), apresentando declaração de regularidade dos serviços na Promotoria de Justiça em que atua e compromisso de conciliar as suas atribuições com as da substituição;
3. Não será admitida a habilitação do interessado em substituir que?esteja respondendo a processo administrativo disciplinar por atraso injustificado no serviço, que esteja recebendo auxílio de outro membro do Ministério Público ou da Unidade de Apoio à Atividade Finalística (UAAF) ou que esteja designado com prejuízo do exercício das atribuições da Promotoria de Justiça de sua titularidade, conforme dispõe o §2º do art. 2º-A do Ato Normativo nº 1/2014;
4. Não poderá ser indicado para exercer função eleitoral o membro do Ministério Pu´blico que tenha sido punido ou que responda a processo administrativo ou judicial, nos 3 (três) anos subsequentes contados da data em que se der por cumprida a sanção aplicada, em razão da prática de ilícito que atente contra: a) a celeridade da atuação ministerial; b) a isenção das intervenções no processo eleitoral; c) a dignidade da função e a probidade administrativa, conforme dispõe o inc. III do §1º do art. 38 da Portaria PGR/PGE nº 1, de 09 de setembro de 2019;
5. Serão considerados tempestivos os requerimentos enviados até às 23 horas e 59 minutos do último dia do prazo para inscrição;
6. Será indeferida a inscrição que não estiver em conformidade com o estabelecido neste edital;
7. A Secretaria-Geral publicará a lista dos habilitados e os notificará, seguindo a ordem de classificação prevista no §3º do art. 2º-A do Ato Normativo nº 1/2014, via e-mail institucional, abrindo prazo, até às 23 horas e 59 minutos do dia útil seguinte ao do envio da notificação, para resposta com manifestação de desistência;
8. Aquele, dentre os habilitados, mais bem colocado e que não houver manifestado desistência, será designado para o exercício das atribuições especificadas no respectivo edital;
9. Os casos omissos serão decididos pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 115, DE 16 DE JANEIRO DE 2024*

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no art. 15, X, “e”, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 48124/2023, REVOGA, a partir de 3/3/2024, a Portaria nº 784/2023, publicada na edição do DJE de 8/5/2023, que designou a Promotora de Justiça KARINA COSTA FREITAS, titular da Promotoria de Justiça de Itororó, para exercer, cumulativamente com as funções pertinentes à sua titularidade ou anterior designação, as atribuições da 3ª Promotoria de Justiça de Ipiaú.

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, 16 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

*Retifica publicação feita no DJE, edição nº 3.494, de 17/1/2024.

PORTARIA Nº 137, DE 17 DE JANEIRO DE 2024*

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no art. 15, X, “e”, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, em conformidade com o Ato Normativo nº 1, de 10 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 48124/2023, assim como a relação de inscritos constante do edital nº 964/2023, publicado na edição do DJE de 4/5/2023, DESIGNA a Promotora de Justiça LETICIA COUTINHO MONTE ALTO, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Canavieiras, para exercer, cumulativamente com as funções pertinentes à sua anterior designação ou sua titularidade, no período de 3/3/2024 a 25/5/2024, independentemente da possibilidade de revogação desta portaria, a qualquer tempo, a critério da administração, as funções da Promotoria de Justiça abaixo indicada:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA	TITULAR	ATRIBUIÇÕES (Resolução OECP nº 3/2012 - Data de Publicação: 5/10/2012)
Ipiaú - 3ª Promotoria de Justiça	Ausência de Titular	Controle Externo da Atividade Policial; Criminal; Execuções Penais; Júri; Tóxicos.

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, 17 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

*Retifica publicação feita no DJE, edição nº 3.495, de 18/1/2024.

PORTARIA Nº 216, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no art. 15, X, “f” , da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, em conformidade com a Resolução nº 30, de 19 de maio de 2008, do Conselho Nacional do Ministério Público, e Portaria Conjunta PRE/BA e MPE/BA nº 2, de 26 de fevereiro de 2016, tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 60410/2024, INDICA a Promotora de Justiça THAIS MONTE SANTO PASSOS POLO para oficiar perante a Justiça Eleitoral de primeira instância, na 27ª Zona Eleitoral – Itabuna/BA, no período de 1º/2/2024 a 2/2/2024, mediante designação da Procuradoria Regional Eleitoral, em substituição ao Promotor de Justiça DIONELES LEONE SANTANA FILHO.

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 217, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no art. 15, XXXV, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, em conformidade com o disposto no do art. 5º do Ato Normativo nº 30, de 16 de setembro de 2022, e inciso V do §2º do art. 1º do Ato Normativo nº 1, de 10 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 60479/2024, DESIGNA os Promotores de Justiça GUILHERME ABRANTE CARDOSO DE MORAES, titular da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina, e FELIPE DA MOTA PAZZOLA, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim, para participarem da sessão do Tribunal do Júri designada no processo autuado sob o nº 0004897-98.2010.8.05.0004, em trâmite na 1ª Vara Crime, Júri e Execuções Penais da Comarca de Alagoinhas, no dia 15/2/2024.

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 218, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no art. 15, XXXV, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, em conformidade com o disposto no do art. 5º do Ato Normativo nº 30, de 16 de setembro de 2022, e inciso V do §2º do art. 1º do Ato Normativo nº 1, de 10 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 60479/2024, DESIGNA os Promotores de Justiça GUILHERME ABRANTE CARDOSO DE MORAES, titular da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina, e FELIPE DA MOTA PAZZOLA, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim, para participarem da sessão do Tribunal do Júri designada no processo autuado sob o nº 0505439-15.2017.8.05.0004, em trâmite na 1ª Vara Crime, Júri e Execuções Penais da Comarca de Alagoinhas, no dia 22/2/2024.

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 219, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no art. 15, XXXV, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, em conformidade com o disposto no do art. 5º do Ato Normativo nº 30, de 16 de setembro de 2022, e inciso V do §2º do art. 1º do Ato Normativo nº 1, de 10 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 60479/2024, DESIGNA o Promotor de Justiça LUIS EDUARDO SOUZA E SILVA, titular da 6ª Promotoria de Justiça de Ilhéus para participarem da sessão do Tribunal do Júri designada no processo autuado sob o nº 0500512-98.2020.8.05.0004, em trâmite na 1ª Vara Crime, Júri e Execuções Penais da Comarca de Alagoinhas, no dia 1º/2/2024.
Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.
Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 220, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no art. 15, XXXV, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, em conformidade com o disposto no do art. 5º do Ato Normativo nº 30, de 16 de setembro de 2022, e inciso V do §2º do art. 1º do Ato Normativo nº 1, de 10 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 60479/2024, DESIGNA o Promotor de Justiça LUIS EDUARDO SOUZA E SILVA, titular da 6ª Promotoria de Justiça de Ilhéus para participarem da sessão do Tribunal do Júri designada no processo autuado sob o nº 0005039-39.2009.8.05.0004, em trâmite na 1ª Vara Crime, Júri e Execuções Penais da Comarca de Alagoinhas, no dia 8/2/2024.

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.
Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 221, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no art. 15, XXXV, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, em conformidade com o disposto no do art. 5º do Ato Normativo nº 30, de 16 de setembro de 2022, e inciso V do §2º do art. 1º do Ato Normativo nº 1, de 10 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 60479/2024, DESIGNA o Promotor de Justiça LUIS EDUARDO SOUZA E SILVA, titular da 6ª Promotoria de Justiça de Ilhéus para participarem da sessão do Tribunal do Júri designada no processo autuado sob o nº 0700080-61.2021.8.05.0004, em trâmite na 1ª Vara Crime, Júri e Execuções Penais da Comarca de Alagoinhas, no dia 29/2/2024.

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 222, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das suas atribuições previstas na Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, em conformidade com o Ato Normativo nº 22, de 6 de abril de 2021, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 60767/2024, PUBLICA, para conhecimento, especialmente dos senhores Advogados, Defensores Públicos e Magistrados, a alteração na escala do Ministério Público da Região de Plantão nº 4 – Promotoria de Justiça Regional de Camaçari, na forma seguinte, mantendo-se os demais designados na Portaria nº 2965/2023, publicada no DJE do dia 20/12/2023:

PERÍODO	PROMOTOR DE JUSTIÇA PLANTONISTA
29/04/2024 18:00 06/05/2024 08:00	Christian Ribeiro de Menezes
27/05/2024 18:00 03/06/2024 08:00	Bruno de Azevedo Sanfront

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 223, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no art. 15, X, “e”, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 59487/2024, REVOGA a Portaria nº 52/2024, publicada na edição do DJE de 12/1/2024, que designou o Promotor de Justiça ROGÉRIO BARA MARINHO, titular da 15ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista, para exercer, cumulativamente com as funções pertinentes à sua titularidade ou anterior designação, as atribuições da 2ª Promotoria de Justiça de Macaúbas.

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 224, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no art. 15, X, “e”, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, em conformidade com o Ato Normativo nº 1, de 10 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 59632/2024, assim como a relação de inscritos constante do edital nº 298/2024, publicado na edição do DJE de 25/1/2024, DESIGNA a Promotora de Justiça CATHARINE RODRIGUES DE OLIVEIRA MATOS, titular da 7ª Promotoria de Justiça de Eunápolis, para exercer, cumulativamente com as funções pertinentes à sua anterior designação ou sua titularidade, no período de 26/2/2024 a 15/3/2025, independentemente da possibilidade de revogação desta portaria, a qualquer tempo, a critério da administração, as funções da Promotoria de Justiça abaixo indicada:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA	TITULAR	ATRIBUIÇÕES (Resolução OECP nº 3/2012 - Data de Publicação: 5/10/2012)
Itamaraju - 2ª Promotoria de Justiça	Ausência de titular	Consumidor (Cível e Criminal) Pessoa Com Deficiência (Cível e Criminal) Idoso (Cível e Criminal) Registros Públicos, Inclusive Habilitação de Casamento Cível Família, Sucessões, Interditos Meio Ambiente (Cível e Criminal), Inclusive Habitação e Urbanismo e Patrimônio Histórico Fundações: Fiscalização Das Fundações e Terceiro Setor Cidadania (Cível e Criminal) - Saúde Cidadania (Cível e Criminal) - Educação Cidadania (Cível e Criminal) - Discriminação

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 225, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no art. 15, incisos X, “f”, e XXXV, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, em conformidade com a Resolução nº 30, de 19 de maio de 2008, do Conselho Nacional do Ministério Público, e Portaria Conjunta PRE/BA e MPE/BA nº 2, de 26 de fevereiro de 2016, tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 60750/2024, INDICA o Promotor de Justiça CLODOALDO SILVA DA ANUNCIAÇÃO para atuar no processo registrado sob o nº 0600019-89.2023.6.05.0005, em tramite na 5ª Zona Eleitoral - Salvador, mediante designação da Procuradoria Regional Eleitoral.

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral, subscrevi.

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 227, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no art. 15, XXXV, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, em conformidade com o disposto no do art. 5º do Ato Normativo nº 30, de 16 de setembro de 2022, e inciso V do §2º do art. 1º do Ato Normativo nº 1, de 10 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 60789/2024, DESIGNA a Promotora de Justiça LIVIA AVANCE ROCHA, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas, para participar, telepresencialmente, das audiências designadas nos processos autuados sob os nºs 8001724-71.2023.8.05.0230 e 8002147- 31.2023.8.05.0230, em trâmite na Vara Criminal da Comarca de Santo Estevão, no dia 26/1/2024.

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, 25 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

DECISÕES EM PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

ANDRÉA LEMOS FONTOURA, Promotor(a) de Justiça da Capital. SIGA nº 41034.7/2024. Requerimento: autorização de ausência justificada da Promotoria de Justiça, por interesse particular, para o período de 07/02/2024 a 07/02/2024. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 15, XXXIX, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996 e no Ato Normativo nº 3, de 14 de março de 2019. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Davi Gallo Barouh - Salvador - 2ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri - 2º Promotor(a) de Justiça, já devidamente cientificado(a). O afastamento autorizado não implica a suspensão da distribuição ordinária dos procedimentos e processos judiciais e extrajudiciais.

ANDRÉA LEMOS FONTOURA, Promotor(a) de Justiça da Capital. SIGA nº 41033.7/2024. Requerimento: autorização de ausência justificada da Promotoria de Justiça, por interesse particular, para o período de 15/02/2024 a 16/02/2024. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 15, XXXIX, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996 e no Ato Normativo nº 3, de 14 de março de 2019. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Davi Gallo Barouh - Salvador - 2ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri - 2º Promotor(a) de Justiça, já devidamente cientificado(a). O afastamen-

to autorizado não implica a suspensão da distribuição ordinária dos procedimentos e processos judiciais e extrajudiciais. AVANI BULHÕES CARVALHO, Promotor(a) de Justiça da Capital. SIGA nº 97184.1/2024. Requerimento: Férias. 2024.1. Adiamento no interesse do serviço. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 166 da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996, transferindo-se o gozo de 30/01/2024 a 08/02/2024 para o período de 29/01/2024 a 07/02/2024. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Ana Cláudia Martins Barros Spínola - Salvador - Promotoria de Justiça de Fazenda Pública - 4º Promotor(a) de Justiça, já devidamente cientificado(a).

DARIO JOSÉ KIST, Promotor(a) de Justiça de Alagoinhas. SIGA nº 13924.3/2024. Requerimento: Licença Prêmio. 2.3. Adiamento no interesse do serviço. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 181, §2º, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996, para gozo oportuno, ficando o período pendente de confirmação.

DARIO JOSÉ KIST, Promotor(a) de Justiça de Alagoinhas. SIGA nº 13923.3/2024. Requerimento: Licença Prêmio. 2.2. Adiamento no interesse do serviço. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 181, §2º, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996, para gozo oportuno, ficando o período pendente de confirmação.

DARIO JOSÉ KIST, Promotor(a) de Justiça de Alagoinhas. SIGA nº 13922.3/2024. Requerimento: Licença Prêmio. 2.1. Adiamento no interesse do serviço. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 181, §2º, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996, para gozo oportuno, ficando o período pendente de confirmação.

DIONELES LEONE SANTANA FILHO, Promotor(a) de Justiça de Itabuna. SIGA nº 14912.8/2024. Requerimento: Folga compensatória pela atuação em plantão. Decisão: DEFERIDO, com base no Ato Normativo nº 22, de 6 de abril de 2021, para o período de 01/03/2024 a 01/03/2024. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Thais Monte Santo Passos Polo - Itabuna - 09ª Promotoria de Justiça, já devidamente cientificado(a).

DIONELES LEONE SANTANA FILHO, Promotor(a) de Justiça de Itabuna. SIGA nº 5.12/2024. Requerimento: Substituição/Auxílio. Decisão: DEFERIDO, com base no Ato Normativo nº 01/2014, que regulamenta o art. 3º da Lei estadual n. 12.927, de 20 de dezembro de 2013, para o período de 01/02/2024 a 02/02/2024. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Thais Monte Santo Passos Polo - Itabuna - 09ª Promotoria de Justiça, já devidamente cientificado(a).

JOSÉ EMMANUEL ARAÚJO LEMOS, Promotor(a) de Justiça da Capital .SIGA nº 41013.7/2024. Requerimento: autorização de ausência justificada da Promotoria de Justiça, por interesse particular, para o período de 01/03/2024 a 01/03/2024. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 15, XXXIX, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996 e no Ato Normativo nº 3, de 14 de março de 2019. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Sandra Patrícia Oliveira - Salvador - 01ª Promotoria de Justiça Criminal - 2º Promotor(a) de Justiça, já devidamente cientificado(a). O afastamento autorizado não implica a suspensão da distribuição ordinária dos procedimentos e processos judiciais e extrajudiciais.

LUIZA GOMES AMOEDO, Promotor(a) de Justiça da Capital. SIGA nº 96176.1/2024. Requerimento: Férias. 2024.1. Adiamento de férias fracionadas no interesse do serviço. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 166 da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996, transferindo-se o gozo de 08/01/2024 a 27/01/2024 para o período de 20/11/2024 a 29/11/2024. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Lolita Macêdo Lessa - Salvador - 11ª Promotoria de Justiça Criminal - 2º Promotor(a) de Justiça, já devidamente cientificado(a).

LUIZA GOMES AMOEDO, Promotor(a) de Justiça da Capital. SIGA nº 96175.1/2024. Requerimento: Férias. 2024.1. Adiamento de férias fracionadas no interesse do serviço. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 166 da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996, transferindo-se o gozo de 08/01/2024 a 27/01/2024 para o período de 10/12/2024 a 19/12/2024. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Lolita Macêdo Lessa - Salvador - 11ª Promotoria de Justiça Criminal - 2º Promotor(a) de Justiça, já devidamente cientificado(a).

NIDALVA DE ANDRADE BRITO, Promotor(a) de Justiça da Capital. SIGA nº 97208.1/2024. Requerimento: Férias. 2022.1. Adiamento no interesse do serviço. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 166 da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, transferindo-se de 01/02/2023 a 20/02/2023 para gozo oportuno.

SEVERINA PATRICIA FERNANDES, Promotor(a) de Justiça de Serrinha. SIGA nº 14872.8/2024. Requerimento: Folga compensatória pela atuação em plantão. Decisão: DEFERIDO, com base no Ato Normativo nº 22, de 6 de abril de 2021, para o período de 22/04/2024 a 26/04/2024. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Priscilla Andrade Figueiredo Lisbôa - Serrinha - 5ª Promotoria de Justiça, já devidamente cientificado(a).

VLADIMIR FERREIRA CAMPOS, Promotor(a) de Justiça de Tremedal. SIGA nº 14852.8/2024. Requerimento: Folga compensatória pela atuação em plantão. Decisão: DEFERIDO, com base no Ato Normativo nº 22, de 6 de abril de 2021, para o período de 30/05/2024 a 30/05/2024. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Beneval Santos Mutim - Vitória da Conquista - 04ª Promotoria de Justiça, já devidamente cientificado(a).

VLADIMIR FERREIRA CAMPOS, titular da Promotoria de Justiça de Tremedal. –. SIGA nº 60800/2024. Requerimento: Pagamento de diferença de entrância. Decisão: DEFERIDO, vedada a percepção de diárias durante o respectivo período de atuação, em conformidade com o disposto no art. 153 da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO*
PREGÃO ELETRÔNICO nº 71/2023. Número do Processo SEI: 19.09.02284.0034475/2023-46. Objeto: Aquisição de Aeronave não tripulada - (Drone/RPAS - Remoted Piloted Ayrcraft System), Notebook, Rastreador GPS, Fone de Ouvido Profissional e Detector de metal, conforme edital e seus anexos, conforme edital e seus anexos. CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: a partir de 26/01/2024 às 08:00 horas (Horário de Brasília - DF); ABERTURA DAS PROPOSTAS: 07/02/2024 às 13:30 horas (Horário de Brasília - DF) no site www.comprasgovernamentais.gov.br. (Convênios 915469/2021 e 914834/2021). Obs.: O Edital e seus Anexos, poderão ser adquiridos nos sites: https://www.mpba.mp.br/licitacoes e www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações: licitacao@mpba.mp.br.r/licitacoes. Informações: licitacao@mpba.mp.br. *Republicado em razão de evento alteração.

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 33/2024

A SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, resolve considerar designados os servidores abaixo relacionados para substituição por motivo de férias e afastamentos:

PROCESSO N°	SUBSTITUÍDOS	SÍMBOLO	PERÍODO AQUISITIVO	SUBSTITUTOS	CARGO/ SÍMBOLO	INÍCIO	TÉRMINO
19.09.01970.0032470/ 2023-62	TIAGO SANTANA CAMPELLO RIBEIRO	CMP-6	LICENÇA PATERNIDADE	JOAO DANIEL SANTOS DANTAS MARTINS	CMP-4	06/12/2023	25/12/2023
19.09.01970.0031795/ 2023-90	ALICE PARADA COSTA DIONIZIO	CMP-4	LICENÇA MATERNIDADE	RENATA MORAES DIAS MIRANDA RIOS	ASSISTENTE TECNICO ADMINISTRATIVO / GSE	01/12/2023	28/05/2024

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO BAHIA, 25 de janeiro de 2024

HEIDE SOUZA SILVA
Superintendente de Gestão Administrativa em exercício
Portaria nº 165, de 02 de fevereiro de 2023

PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

ALTERAÇÃO NA ESCALA DE SESSÕES DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS PUBLICADA NA EDIÇÃO DO DJE DE 07/12/2023:

DATA	SEÇÃO	PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA
30.01.2024	5ª CÂMARA CÍVEL	DRA. RITA MARIA SILVA RODRIGUES

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS

EDITAL N° 024/2024 – Atuação Judicial e Extrajudicial na Proteção da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT - 1ª PROMOTORIA DE DIREITOS HUMANOS – 4ª Promotora de Justiça

A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS – 4ª PROMOTORA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 53 da Resolução OECP-MPBA Nº 11/2022 e em cumprimento a determinação da Corregedoria deste Ministério Público do Estado da Bahia, decide pela PRORROGAÇÃO para regularização do Procedimento Administrativo IDEA 003.9.399833/2022 pelo prazo de 1 (um) ano.

Salvador, 22 de janeiro de 2024.

Márcia Regina Ribeiro Teixeira
Promotora de Justiça

2ª E 3ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS

Edital nº 0057/2024 – Prorrogação de prazo de Notícia de Fato
ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS – 3º PROMOTOR
Área: Direitos Humanos
Subárea: Pessoa idosa
Notícia de fato IDEA Nº 003.9.481336/2023
Objeto: Apuração de fatos reportados, referentes à defesa da pessoa idosa
Tipo de ato: prorrogação do feito em epígrafe pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir desta data, atendendo ao disposto no artigo 3º da Resolução n.º 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP
Data da Prorrogação: 17/01/2024
Marcelo Santos Aguiar
Promotor de Justiça

Edital nº 0058/2024 - Prorrogação de prazo previsto em TAC
Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos – 4º Promotor de Justiça
ÁREA: DIREITOS HUMANOS SUB-ÁREA: IDOSOS
Procedimento Administrativo IDEA nº 003.9.4489/2024
COMUNICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PREVISTO EM TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, através da 3ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos – 4º Promotor de Justiça, por intermédio da Promotora de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no §6º, art. 5º, da Lei Federal nº 7.347/85, e o art. 71, da Resolução nº 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do MP/BA, informa, para ciência a todos os interessados, que, no dia 18/01/2024, foi firmado TERMO ADITIVO AO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA celebrado com a Instituição de Longa Permanência para Idosos LUCELIA MARIA DE JESUS DA PAIXÃO INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS – ME (nome fantasia LAR DOCE ACONCHEGO), domiciliada na Av. Central, 261, Jardim das Margaridas, Salvador/Ba, CNPJ n. 32.187.371/0001-10, através de sua representante legal, apenas com o fim de ampliar os prazos, por mais 180 (cento e oitenta) dias, para que a instituição apresente, perante esta Promotoria de Justiça, Alvará Sanitário e outros documentos, estando a íntegra disponível nos autos do citado procedimento, junto ao sistema IDEA.
Salvador, 18/01/2024.
Adriana Imbassahy
Promotora de Justiça

Edital nº 0059/2024 – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE NOTÍCIA DE FATO
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos/ 3º Promotor(a) de Justiça.
Área: Direitos Humanos.
Subárea: Pessoa com deficiência.
Procedimento IDEA nº 003.9.498310/2023.
Objeto: apuração de fatos reportados, referente à defesa da pessoa com deficiência.
Tipo de ato: prorrogação do feito em epígrafe pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir desta data, atendendo ao disposto no artigo 3º da Resolução n.º 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.
Data de prorrogação: 22/01/2024.
Salvador, 25 de janeiro de 2024.
Andrea Borges Miranda Amaral
Promotora de Justiça em substituição

Edital nº 0060/2024 – Prorrogação de prazo de Procedimento Administrativo
Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos / 1º Promotor de Justiça
Área: Direitos Humanos
Subárea: Idosos
Procedimento IDEA Nº 003.9.542452/2022
Objeto: necessidade de realização de diligências imprescindíveis
Tipo de ato: prorrogação do feito em epígrafe pelo prazo de 1 (um) ano, a partir desta data, atendendo ao disposto no artigo 11 da Resolução n.º 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP
Data da Prorrogação: 19/01/2024
Fernando Lins
Promotor de Justiça

Edital nº 0061/2024
Origem: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS – 3º PROMOTOR(A)
Área: Direitos Humanos
Subárea: Idoso
COMUNICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO
A 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS, por intermédio do Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art.10, §§1º e 3º, da Resolução CNMP nº 23/2007, bem como no art. 26, §§1º e 5º, ambos da Resolução nº 006/2009 – Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, COMUNICA

a quem possa interessar o arquivamento do procedimento Administrativo IDEA nº003.9.125922/2023, inclusive para eventual interposição de recurso no prazo de 10 (dez) dias, devendo ser remetida pelo correio eletrônico pjidosospcd@mpba.mp.br, indicando-se no assunto "003.9.125922/2023 - RECURSO AO ARQUIVAMENTO".
Salvador, 25 de janeiro de 2024
Marcelo Santos Aguiar
Promotor de Justiça

Edital nº 0062/2024
Origem: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS – 2º PROMOTOR(A)
Área: Direitos Humanos
Subárea: Idoso
COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO
A 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS, por intermédio do Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art.10, §§1º e 3º, da Resolução CNMP nº 23/2007, bem como no art. 26, §§1º e 5º, ambos da Resolução nº 006/2009 – Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, COMUNICA a quem possa interessar o indeferimento da notícia de fato, IDEA nº 003.9.85443/2023 , inclusive para eventual interposição de recurso no prazo de 10 (dez) dias, devendo ser remetida pelo correio eletrônico pjidosospcd@mpba.mp.br, indicando-se no assunto "003.9.85443/2023 - RECURSO AO INDEFERIMENTO ".
Salvador, 25 de janeiro de 2024 .
ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO
Promotor(a) de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - ATRIBUIÇÃO CÍVEL

EDITAL Nº 012/2024
Comunicação de arquivamento de Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil
IDEA n° 003.9.127969/2023
Origem: SALVADOR - 07ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - 2º PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA
Área: Infância, Subárea: Difusos e Coletivos
Interessado(a)(s): COLÉGIO SALESIANO NOSSA SENHORA
Objeto: APURAR OS PROTOCOLOS ADOTADOS PELO COLÉGIO SALESIANO DIANTE DE PRINTS DE MENSAGENS VIA WHATSAPP
Salvador, 17 de janeiro de 2024
KARINE CAMPOS ESPINHEIRA
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 035/2024
Comunicação de instauração de Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis
IDEA n° 003.9.488884/2023
Origem: SALVADOR - 08ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - 2º PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA
Área: Infância, Subárea: Saúde
Portaria nº 09/2024, Data da Instauração: 23/01/2024, Prazo de Conclusão: 1 (um) ano
Noticiante(s): MARINA MACEDO DOS SANTOS
Objeto: (OBJETO OMITIDO DESTE EDITAL PARA RESGUARDAR A PRIVACIDADE DA CRIANÇA/ADOLESCENTE)

EDITAL Nº 013_2024
COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE NOTÍCIA DE FATO
IDEA: 003.9.402750/2023
Origem: 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude - 4º Promotor
Área: Infância e Juventude, Subárea: Difusos e Coletivos
Noticiante: Anônimo
Objeto: denúncia anônima que aponta a suposta prática de Condutas Vedadas aos candidatos no Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares.
É cabível a interposição de recurso administrativo ao Conselho Superior do Ministério Público, com as respectivas razões, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação deste Edital, devendo as razões serem protocoladas junto à 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível de Salvador– 4ª Promotor de Justiça.
Salvador, 25 de janeiro de 2024
Mariana Meira Porto de Castro
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 38/2024
Comunicação de instauração de Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis
IDEA n° 003.9.496148/2023
Origem: SALVADOR - 08ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - 2º PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA
Área: Infância, Subárea: Saúde
Portaria nº 13, Data da Instauração: 23/01/2024, Prazo de Conclusão: 1 (um) ano
Noticiante(s): JOELMA DE JESUS SILVA
(OBJETO OMITIDO DESTE EDITAL PARA RESGUARDAR A PRIVACIDADE DA CRIANÇA/ADOLESCENTE)

EDITAL Nº 37/2024
Comunicação de instauração de Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis
IDEA n° 003.9.465826/2023
Origem: SALVADOR - 08ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - 2º PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA
Área: Infância, Subárea: Saúde
Portaria nº 08, Data da Instauração: 23/01/2024, Prazo de Conclusão: 1 (um) ano
Noticiante: CRISTINA DA CONCEIÇÃO SANTOS
(OBJETO OMITIDO DESTE EDITAL PARA RESGUARDAR A PRIVACIDADE DA CRIANÇA/ADOLESCENTE)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

PRORROGAÇÃO DE NOTICIA DE FATO
IDEA 003.9.453994/2023
O Ministério Público do Estado da Bahia, por intermédio da Promotora de Justiça infra-assinada, titular da 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL, DEFESA SOCIAL E TUTELA DIFUSA DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 11, da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, comunica aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo de conclusão pelo período de 90 (noventa) dias da Noticia de Fato IDEA 003.9.453994/2023 , considerando que ainda restam diligências a serem realizadas.
Salvador, 25 de janeiro de 2023.
SUZILENE MARIA RIBEIRO SOUSA MARQUES
Promotora de Justiça

PRORROGAÇÃO DE NOTICIA DE FATO
IDEA 003.9.473427/2023
O Ministério Público do Estado da Bahia, por intermédio da Promotora de Justiça infra-assinada, substituta da 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL, DEFESA SOCIAL E TUTELA DIFUSA DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 11, da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, comunica aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo de conclusão pelo período de 90 (noventa) dias da Noticia de Fato IDEA 003.9.473427/2023 , considerando que ainda restam diligências a serem realizadas.
Salvador, 25 de janeiro de 2023.
CAROLINA CUNHA DA HORA SANTANA
Promotora de Justiça

COMUNICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL
IDEA Nº @003.9.70640/2019
O MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA, por intermédio da Promotora de Justiça infra-assinada, integrante da Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial, Defesa Social e Tutela Difusa da Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 9º, caput, da Resolução nº 23/2007 do CNMP, e em obediência ao Princípio da Publicidade, comunica a quem possa interessar a PRORROGAÇÃO DO PRAZO para conclusão do INQUÉRITO CIVIL em epígrafe, pelo período de 01 (um) ano, a contar desta data, considerando a necessidade de prosseguimento do presente expediente e realização de diligências imprescindíveis.
Salvador - BA, 23 de novembro de 2023.
CAROLINA CUNHA DA HORA SANTANA
Promotora de Justiça em Substituição na 6ª PJ

COMUNICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL
IDEA Nº @003.0.188919/2013
O MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA, por intermédio da Promotora de Justiça infra-assinada, integrante da Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial, Defesa Social e Tutela Difusa da Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 9º, caput, da Resolução nº 23/2007 do CNMP, e em obediência ao Princípio da Publicidade, comunica a quem possa interessar a PRORROGAÇÃO DO PRAZO para conclusão do INQUÉRITO CIVIL em epígrafe, pelo período de 01 (um) ano, a contar desta data, considerando a necessidade realização de diligências imprescindíveis.
Salvador - BA, 23 de novembro de 2023.
CAROLINA CUNHA DA HORA SANTANA
Promotora de Justiça em Substituição na 6ª PJ

COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA Nº @003.9.434078/2022
O MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA, por intermédio da Promotora de Justiça infra-assinada, integrante da Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial, Defesa Social e Tutela Difusa da Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, em observância ao art. ao art. 9º da Res. 174/2017, do CNMP c/c art. 7º, caput, § 2º, I, da Res. 23/2007 do CNMP e em obediência ao Princípio da Publicidade, comunica a quem possa interessar a INSTAURAÇÃO do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO em epígrafe, mediante Portaria nº 34/2023, para acompanhar a apuração da investigação pertinente ao BO n. 21-00913/02021, em trâmite na DEATI, registrado pela Sra. A.A.C., cujo prazo de conclusão será de 1 (um) ano (art. 11, Resolução 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP), e, ao final, se for o caso, instaurar o correspondente PIC ou
INQUÉRITO CIVIL e/ou promover a devida ação penal/civil pública ou outras medidas cabíveis em virtude de possíveis práticas infracionais/civis/administrativas
Salvador-Bahia, 24 de novembro de 2023.
CAROLINA CUNHA DA HORA SANTANA
Promotora de Justiça em Substituição na 6ª PJ

COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE TUTELA DE INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS.
IDEA Nº @003.9.150889/2023
O MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA, por intermédio da Promotora de Justiça infra-assinada, integrante da Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial, Defesa Social e Tutela Difusa da Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, em observância ao art. 129, VII, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei 8.625/1993; art. 73, I, da LC nº 11/96; art. 8º, III, e 9º, ambos da Resolução nº 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público; Art. 50, V, da Res. 11/2022 e em obediência ao Princípio da Publicidade, comunica a quem possa interessar a INSTAURAÇÃO do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE TUTELA DE INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS, em epígrafe, mediante Portaria, que tem por objeto, acompanhar a apuração das supostas agressões sofridas por N.N.O., durante uma abordagem no veículo automotor utilizado como Uber, em 16/04/2023, no Porto da Barra. As supostas agressões teriam por autores policiais militares, conforme relato da noticiante.
Salvador-Bahia, 25 de novembro de 2023.
SUZILENE MARIA RIBEIRO SOUSA MARQUES
Promotora de Justiça em substituição na 3ª PJ

COMUNICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA Nº 003.9.244675/2022
O MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA, por intermédio da Promotora de Justiça infra-assinada, integrante da 1ª Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial, Defesa Social e Tutela Difusa da Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 11 da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, em obediência ao Princípio da Publicidade, comunica a quem possa interessar a PRORROGAÇÃO DO PRAZO do Procedimento Administrativo por mais 1 (um) ano.
Salvador, 22 de novembro de 2023.
ANNA KRISTINA SANTOS LEHUBACH PRATES
Promotora de Justiça

COMUNICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA Nº 003.9.47979/2022
O MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA, por intermédio da Promotora de Justiça infra-assinada, integrante da 2ª Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial, Defesa Social e Tutela Difusa da Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 11 da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, em obediência ao Princípio da Publicidade, comunica a quem possa interessar a PRORROGAÇÃO DO PRAZO do Procedimento Administrativo por mais 1 (um) ano.
Salvador, 28 de setembro de 2023.
ANNA KRISTINA SANTOS LEHUBACH PRATES
Promotora de Justiça

COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA Nº 003.9.191855/2023
O MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA, por intermédio da Promotora de Justiça infra-assinada, integrante da 5ª Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial, Defesa Social e Tutela Difusa da Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, em observância ao art. 9o da Res. 174/2017, do CNMP c/c art. 7o , caput, § 2o , I, da Res. 23/2007 do CNMP, em obediência ao Princípio da Publicidade, comunica a quem possa interessar a INSTAURAÇÃO do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, em epígrafe, a fim de acompanhar e apurar os fatos.
Salvador, 22 de outubro de 2023.
CAROLINA CUNHA DA HORA SANTANA
Promotora de Justiça

PRORROGAÇÃO DE NOTÍCIA DE FATO
IDEA Nº @003.9.449082/2023
O MINISTÉRIO PUBLICO DA BAHIA, por intermédio da Promotora de Justiça infra-assinada, integrante da PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL, DEFESA SOCIAL E TUTELA DIFUSA DE SEGURANÇA PÚBLICA – 2° PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º, caput, da Res. 174/2017 do CNMP, à vista da imprescindibilidade da realização de novas diligências, prorrogar o prazo da presente notícia de fato, pelo prazo de 90 (noventa) dias, comunicando a quem possa interessar.
Salvador, 30 de novembro de 2023.
ANNA KRISTINA SANTOS LEHUBACH PRATES
Promotora de Justiça

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO
IDEA Nº @003.9.320802/2023
O MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA, por intermédio da Promotora de Justiça infra-assinada, integrante da Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial, Defesa Social e Tutela Difusa da Segurança Pública – 1º Promotor(a) de Justiça, nos moldes do art. 4º, III, da Resolução 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, e em obediência ao Princípio da Publicidade, CIENTIFICA o Sr. IGOR SILVA SANTOS, do ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato em epígrafe, que tem por objeto apurar possíveis agressões perpetradas pelos policiais civis responsáveis pela prisão de D. A. DOS S., I. S. S. e J. R. C. C., presos em razão da prática dos crimes previstos nos artigos 157, §2º-A, inciso I e § 2°, inc. II e art. 288, caput, todos do Código Penal, fato ocorrido no dia 07 de agosto de 2023, por volta das 17h30min, na Rua Sussunga, nos fundos da 4ª Delegacia de Polícia Civil, bairro de São Caetano, no município de Salvador/BA, mediante decisão fundamentada inserta na mesma. Informa

também, que, deste arquivamento, é cabível a interposição de recurso administrativo ao Conselho Superior do Ministério Público, com as respectivas razões, no prazo de 10 (dez) dias, devendo as razões serem protocoladas junto ao próprio órgão responsável pelo arquivamento, através do e-mail sec-controle.externo@mpba.mp.br, dispensando-se a remessa física.
Salvador, 25 de janeiro de 2024.
ANNA KRISTINA SANTOS LEHUBACH PRATES
Promotora de Justiça

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO
IDEA Nº @003.9.320802/2023
O MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA, por intermédio da Promotora de Justiça infra-assinada, integrante da Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial, Defesa Social e Tutela Difusa da Segurança Pública – 1º Promotor(a) de Justiça, nos moldes do art. 4º, III, da Resolução 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, e em obediência ao Princípio da Publicidade, CIENTIFICA o Sr. GENERSON GOMES DOS SANTOS, do ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato em epígrafe, que tem por objeto apurar possíveis agressões perpetradas pelos policiais civis responsáveis pela prisão de D. A. DOS S., I. S. S. e J. R. C. C., presos em razão da prática dos crimes previstos nos artigos 157, §2º-A, inciso I e § 2°, inc. II e art. 288, caput, todos do Código Penal, fato ocorrido no dia 07 de agosto de 2023, por volta das 17h30min, na Rua Sussunga, nos fundos da 4ª Delegacia de Polícia Civil, bairro de São Caetano, no município de Salvador/BA, mediante decisão fundamentada inserta na mesma. Informa também, que, deste arquivamento, é cabível a interposição de recurso administrativo ao Conselho Superior do Ministério Público, com as respectivas razões, no prazo de 10 (dez) dias, devendo as razões serem protocoladas junto ao próprio órgão responsável pelo arquivamento, através do e-mail sec-controle.externo@mpba.mp.br, dispensando-se a remessa física.
Salvador, 25 de janeiro de 2024.
ANNA KRISTINA SANTOS LEHUBACH PRATES
Promotora de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO – 8ª Promotora de Justiça
EDITAL DE ARQUIVAMENTO
A 8ª Promotora da Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público, por intermédio da Promotora de Justiça em substituição subscritora, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com disposto no § 1º do art. 10 da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, inclusive, para efeito de eventual interposição de recurso administrativo, comunica a todos através deste Edital que foi PROMOVIDO O ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil nº 003.9.412524/2022, instaurado para apurar supostas irregularidades ocorridas no âmbito da Secretaria de Comunicação do Município de Salvador – SECOM, notadamente em face de esquema ilegal que envolveria a apropriação indevida de serviços fotográficos.
NÍVIA CARVALHO ANDRADE
Promotora de Justiça em substituição

INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
PROMOTORIA DE PROTEÇÃO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO – 6º Promotor de Justiça
IDEA Nº 003.9.351531/2023
Data de Instauração: 24/01/2024
Enquadramento Jurídico: art. 8º e seguintes da Resolução nº 174, de 04 de julho de 2017.
Objeto: acompanhar as condições estruturais da Biblioteca Pública Thales de Azevedo.
Salvador, 25 de janeiro de 2024.
ADRIANO MARCUS BRITO DE ASSIS
Promotor de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO – 2ª Promotora de Justiça
O Ministério Público do Estado da Bahia, pela Promotora de Justiça signatária, no uso das atribuições legais relativas à Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com fulcro no art. 8º e seguintes da RESOLUÇÃO Nº 174, DE 4 DE JULHO DE 2017, com o propósito de acompanhar possível dano ao erário em função de situação de abandono nas marinas sob os cuidados do estado da Bahia.
Salvador, 24 de janeiro de 2024
RITA TOURINHO
Promotora de Justiça

INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
PROMOTORIA DE PROTEÇÃO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO – 2ª Promotora de Justiça
IDEA Nº 003.9.128225/2023
Data de Instauração: 24/01/2024
Enquadramento Jurídico: art. 8º e seguintes da RESOLUÇÃO Nº 174, DE 4 DE JULHO DE 2017, do CNMP.
Objeto: acompanhar a realização de concurso público para provimento das vagas de médicos no Município de Salvador, com a redução dos vínculos precários.
Salvador, 25 de janeiro de 2024.
Rita Tourinho
Promotora de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SAÚDE

EDITAL Nº 013/2023
COMUNICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCLUSÃO DE NOTÍCIA DE FATO
IDEA n° 003.9.465737/2023
Origem: Salvador – Promotoria de Justiça de Saúde – 1º Promotor de Justiça em substituição
Área: Saúde
Data da Prorrogação: 22/01/2024
Prazo de Conclusão:21/04/2024
Objeto: (omitido deste edital para resguardar a privacidade do envolvido).

EDITAL Nº 014/2024
COMUNICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCLUSÃO DE NOTÍCIA DE FATO
IDEA n° 003.9.487474/2023
Origem: Salvador – Promotoria de Justiça de Saúde – 1º Promotor de Justiça
Data da Prorrogação: 22/01/2024
Prazo de Conclusão: 21/04/2024
Objeto: Tutela do direito à saúde (omitidos os dados pessoais do interessado, conforme Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

EDITAL Nº 015/2023
COMUNICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCLUSÃO DE NOTÍCIA DE FATO
IDEA n° 003.9.485536/2023
Origem: Salvador – Promotoria de Justiça de Saúde – 1º Promotor de Justiça
Área: Saúde
Data da Prorrogação: 19/01/2024
Prazo de Conclusão: 18/04/2024
Objeto: (omitido deste edital para resguardar a privacidade do envolvido).

EDITAL Nº 016/2024
COMUNICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCLUSÃO DE PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL
IDEA n° 003.9.69915/2023
Origem: Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde - 2ª Promotora de Justiça
Área: Saúde
Data da Prorrogação: 22/01/2024
Prazo de Conclusão: 21/04/2024
Objeto: omitido deste edital para resguardar a privacidade do envolvido.

EDITAL Nº 017/2024
COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE TUTELA DE INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS
IDEA n° 003.9.347656/2023
Origem: Salvador – Promotoria de Justiça de Saúde – 2º Promotor de Justiça
Data da Instauração: 16/01/2024
Prazo de Conclusão: 03/02/2025

Objeto: Tutela do direito à saúde (omitidos os dados pessoais do interessado, conforme Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR

ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR DE SALVADOR-BA
IDEA n. 003.9.34151/2023
A 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR, por intermédio da Promotora de Justiça que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, especificamente a estabelecida pelos artigos 10 da Res. CNMP 23/2007 e 26, §2º, da Resolução nº 006/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, COMUNICA, a quem interessar possa, inclusive para efeito de apresentação de razões escritas ou juntada de documentos, a PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil n° 003.9.34151/2023, instaurado em face da empresa VR REPRESENTAÇÕES ME, CNPJ 35.400.169/0001-13.
24 de janeiro de 2024.
Thelma Leal de Oliveira

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL (IC) – 5ª PJC AUTOS MP N.º 003.478325/2023
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, por intermédio da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor desta Capital, cumprindo a sua missão de defender os interesses e direitos da coletividade, prevista nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988, com esteio nos artigos 25, inciso IV, alínea “a”, e 72, inciso IV, alínea “b”, respectivamente, das Leis Orgânicas Nacional e Estadual do Ministério Público – Lei Federal n.º 8.625/93 e Lei Complementar n.º 11/96, e ainda com base no quanto disposto pelos arts. 6º, incisos III, IV e VI, 30, 31, 35, incisos I a III, 39, V, e 51, inciso IV, e parágrafo 1º, incisos I a III, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, diante da Notícia de Fato n.º 003.9.478325/2023, apresentada pelo consumidor Sr. Jucimar Oliveira, qualificado nos presentes autos, bem como das várias reclamações formalizadas nos sítios eletrônicos “Reclameaqui.com.br” e “Consumidor.gov.br” sobre a excessiva demora na execução de serviços, RESOLVE INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL: CONSIDERANDO que, em 27 de novembro de 2023, o Sr. Jucimar Oliveira protocolou, perante o Sistema de Atendimento ao Cidadão do Ministério Público do Estado da Bahia, a Notícia de Fato n.º 003.9.478325/2023, contra a Empresa Neoenergia

Coelba, em decorrência de ter solicitado a esta fornecedora, diversas vezes, a ligação de energia elétrica para a sua residência, mas nenhum dos pedidos foi atendido pela referida pessoa jurídica; CONSIDERANDO que, em pesquisa realizada entre os dias 12 e 15 de janeiro de 2024, o Ministério Público do Estado da Bahia identificou, no sítio eletrônico "Reclameaqui.com.br", um total de 66.276 (sessenta e seis mil, duzentas e setenta e seis), registradas em face da Empresa NEOENERGIA, no período de 22 (vinte e dois) anos, correspondente ao tempo em que a fornecedora está cadastrada na referida plataforma; CONSIDERANDO que, em pesquisa realizada entre os dias 12 e 15 de janeiro de 2024, o MPBA também identificou no "Consumidor.gov.br", a existência de 12.499 (doze mil, quatrocentas e noventa e nove) reclamações, formalizadas em face da mencionada empresa no período de 18/10/2018 a 05/01/2024, considerando apenas os relatos classificados como "não resolvidos" e cuja avaliação atribuída pelos consumidores foi a menor possível, ou seja, "nota 1". Nesse site, o Parquet coletou, por amostragem, um total de 538 (quinhentas e trinta e oito) reclamações, acostadas aos autos deste procedimento apuratório. Essas irresignações, formalizadas no "Consumidor.gov.br", são representativas de problemas relatados pelos consumidores e que estão associados à ineficiência da Empresa NEOENERGIA na prestação de serviços; CONSIDERANDO que o filtro de classificação dos relatos no "Reclameaqui.com.br", sobre os principais problemas apontados pelos consumidores em suas reclamações, mostra que as principais irresignações de destaque dos destinatários finais são sobre Demora na execução (8.629 reclamações); outros problemas (6.324 reclamações); cobranças indevidas (5.841 reclamações); mau atendimento (3.508 reclamações), problemas com a qualidade do serviço prestado (3.247 reclamações); CONSIDERANDO que o Art. 22 do Código de Defesa do Consumidor também dispõe que os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos; CONSIDERANDO que o Art. 39, incisos IX e XII, do CDC, definem, respectivamente, como prática abusiva a condutas de recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento; bem como deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério; CONSIDERANDO que, na situação em tela, não se trata de apenas um único indivíduo a ser tutelado, mas de uma multiplicidade de consumidores que, afetados com práticas arbitrárias, estão sendo desrespeitados quanto à salvaguarda prevista como direito fundamental no art. 5º, XXXII, da Constituição Federal de 1988; CONSIDERANDO o dever de o Ministério Público do Estado da Bahia de fiscalizar as relações de consumo, mormente no que concerne aos serviços de relevância pública, como este presente caso demonstra ser, cumprindo o dever de defender aos afetados sob a ótica difusa, coletiva e individual homogênea, conforme dispõem os arts. 129, III, CF/88 e 82 do CDC; destina-se este Inquérito Civil a apurar os seguintes fatos: 1) A COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA, nome fantasia NEOENERGIA COELBA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF), sob o n.º 15.139.629/0001-94, com matriz na Avenida Edgard Santos, n. 300, Cabula VI, CEP: 41.181-900, Salvador/BA, comete as seguintes abusividades: 1.1) O relato do consumidor noticiante, Sr. Jucimar Oliveira, bem como das diversas reclamações extraídas dos sítios eletrônicos "Reclameaqui.com.br" e "Consumidor.gov.br" revelam que ocorrem falhas na prestação dos serviços de responsabilidade da Empresa NEOENERGIA, sobretudo quando se considera a demora desta em executá-los, inclusive, frustrando as legítimas expectativas dos consumidores, uma vez que há relatos de que os prazos estipulados pela própria empresa não são observados. A título de exemplo, um consumidor de Brumado/BA registrou no "Consumidor.gov.br", em 26/12/2023, que "em 20/03/2023 foi feito pedido de ligação de energia. Desde 25/04/2023 aprovado para execução. Prazos de 90 dias e 120 dias passados sem nenhum retorno (sic) da Neoenergia"; 1.2) Não observa o quanto disposto no art. 22 do Código de Defesa do Consumidor, segundo o qual os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos; 1.3) A NEOENERGIA incorre na prática abusiva prevista no art. 39, inciso IX, do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que diante de pedido formalizado pelo consumidor noticiante, para ligação de energia elétrica em suas respectivas residência, a referida empresa informou-lhe que o local era de risco, tal como se observa em irresignação formalizada por uma consumidora de Salvador/BA, no "Consumidor.gov.br", no dia 16/11/2023; 1.4) Segundo o ranking dos principais problemas associados à Empresa NEOENERGIA, disponível no sítio eletrônico "Reclameaqui.com.br", são recorrentes na classificação das reclamações dos consumidores as seguintes situações: i) Demora na execução (8.629 reclamações); ii) outros problemas (6.324 reclamações); iii) cobranças indevidas (5.841 reclamações); iv) mau atendimento (3.508 reclamações); v) problemas com a qualidade do serviço prestado (3.247 reclamações).
Salvador, 23 de janeiro de 2024.
JOSEANE SUZART LOPES DA SILVA
Promotora de Justiça

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE IC
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Consumidor/BA, em substituição, no exercício de suas atribuições, RESOLVE comunicar o ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil de IDEA N. º 003.9.61507/2023 referente a notícia de fato recepcionada visando realizar apuração das condições gerais do Estádio Manoel Barradas - Barradão, com base em documentação encaminhada pela Federação Baiana de Futebol, pessoa jurídica de direito privado, já qualificada.
Salvador/BA, 25 de janeiro de 2024.
THELMA LEAL DE OLIVEIRA
Promotor(a) de Justiça

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (FTAC) – PJC. Autos MP n.° 003.9.24773/2023
O Ministério Público do Estado da Bahia, por intermédio da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor desta capital, cumprindo a sua missão de defender os interesses e direitos da coletividade, prevista nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988, com esteio nos artigos 25, inciso IV, alínea "a", e 72, inciso IV, alínea "b", respectivamente, das Leis Orgânicas Nacional e Estadual do Ministério Público – Lei Federal n.º 8.625/93 e Lei Complementar n.º 11/96, e ainda com base no quanto disposto pela Recomendação expedida pela Corregedoria Geral do MPBA, no art. 14 da Resolução n.º 23/2007, editada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e ainda, em conformidade com o art. 50, inciso I, da Resolução n.º 11/2022, editada pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público da Bahia, vem INSTAURAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (FTAC), CONSIDERANDO que constitui dever institucional do

Ministério Público defender os interesses e os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores e envidar esforços, com base na Resolução n.º 114/2018, expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, para que sejam firmados acordos, empreendendo uma atuação resolutiva e não apenas demandista; CONSIDERANDO que constitui dever de o Parquet acompanhar devidamente os Termos de Ajustamentos de Conduta firmados com os fornecedores de produtos e de serviços no bojo de Procedimentos Preparatórios (PPs) e/ou Inquéritos Civis (ICs), para fins de se averiguar se estão sendo estritamente cumpridos; CONSIDERANDO que a eventual identificação de denúncias/reclamações em face da citada pessoa jurídica poderá suscitar a propositura de ação de execução do acordo pactuado em prol da defesa da coletividade, pugnando-se pelas providências devidas ao aparato jurisdicional; CONSIDERANDO que a efetiva proteção dos interesses e direitos dos consumidores pressupõe a devida atuação do Parquet com vistas a evitar descumprimento do quanto acordado com os fornecedores e produtos e serviços do mercado. Nessa senda, destina-se este Procedimento Administrativo a apurar os seguintes fatos: 1) A Empresa VILA GALÉ BRASIL ATIVIDADES HOTELEIRAS LTDA. nome fantasia HOTEL VILA GALÉ, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas CNPJ/MF sob o n.° 04.027.102/0004-02. sediada na Rua Morro do Escravo Miguel, n.° 320. Ondina. Salvador/BA. CEP 40.170-000, firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme as cláusulas e condições, a seguir, registradas: 1.1) Na cláusula primeira do citado ajuste, cuidou-se de elencar as irregularidades detectadas no estabelecimento. Desse modo, destacaram-se as inadequações identificadas em inspeção realizada na data de 02 de agosto de 2023 pela equipe de fiscais da Vigilância Sanitária do Município de Salvador/BA. A Compromissária assumiu o dever de zelar pelas boas condições higiênico-sanitárias identificadas pela VISA, mantendo as condutas que já estão em conformidade com os parâmetros do referido órgão. Outrossim, comprometeu-se a efetivar melhorias em pontos indicados no relatório do sobredito órgão municipal, tendo sido feita a especificação em cláusula. 1.2) No parágrafo primeiro da cláusula primeira, a Compromissária obriga-se a dispor de Alvará de Saúde atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária do Município de Salvador, Bahia, atendendo às determinações deste órgão municipal competente baseado na legislação em vigor, consoante disposto pela Lei n.º 9.525/2020, do Município de Salvador-BA, bem como dispondo dos documentos obrigatórios atentando-se para as devidas renovações /atualizações. 1.3) No parágrafo segundo da cláusula primeira, ajustou-se que a Investigada envidará todos os esforços para, de forma contínua, continuar zelando para que não se repitam as irregularidades apontadas no mencionado Relatório Técnico da VISA e, inclusive, as que já tenham sido solucionadas, cumprindo as normas sanitárias vigentes. 1.4) Na cláusula segunda, por sua vez, estabeleceram-se obrigações concernentes à renovação, periodicamente, do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, tendo em vista que o AVCB n.° 5167/2022, apresentado pelo órgão de fiscalização, possui validade somente ate 20 de setembro de 2023. 1.5) Por conseguinte, no parágrafo único da cláusula segunda, a Acordante asseverou que, ainda que já tenha sanado as não conformidades supramencionadas e adotado as diligências pertinentes, continuará dotando o estabelecimento dos recursos materiais e humanos necessários, tendo em vista se tratar de obrigações de natureza permanente e continua, com o fito de evitar situações de incêndio e pânico, bem como proteger a vida, saúde e segurança dos consumidores. 1.6) Na sequência, na cláusula terceira, a Signatária assumiu o dever de não reiterar as irregularidades constatadas pela Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), arroladas no Auto de Infração n.° 00069-E. 1.7) Na cláusula quarta, a Compromissária informou que continuará executando cuidadosamente as obrigações previstas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado, nos prazos estipulados, visto que se trata de atividades de caráter permanente e contínuo. 1.8) A cláusula quinta referiu-se à multa, no importe de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por cada fato ocorrido em desacordo com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado, sem prejuízo da medida judicial de execução, conforme previsto no art. 5°, § 6°, da Lei n.° 7.347/85, bem como no Código de Ritos Cíveis Pátrio.

Salvador, 24 de janeiro de 2024.

JOSEANE SUZART LOPES DA SILVA

Promotora de Justiça

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (FTAC) – PJC. Autos MP n.° 003.9.24828/2024

O Ministério Público do Estado da Bahia, por intermédio da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor desta capital, cumprindo a sua missão de defender os interesses e direitos da coletividade, prevista nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988, com esteio nos artigos 25, inciso IV, alínea “a”, e 72, inciso IV, alínea “b”, respectivamente, das Leis Orgânicas Nacional e Estadual do Ministério Público – Lei Federal n.º 8.625/93 e Lei Complementar n.º 11/96, e ainda com base no quanto disposto pela Recomendação expedida pela Corregedoria Geral do MPBA, no art. 14 da Resolução n.º 23/2007, editada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e ainda, em conformidade com o art. 50, inciso I, da Resolução n.º 11/2022, editada pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público da Bahia, vem INSTAURAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (FTAC), CONSIDERANDO que constitui dever institucional do Ministério Público defender os interesses e os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores e envidar esforços, com base na Resolução n.º 114/2018, expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, para que sejam firmados acordos, empreendendo uma atuação resolutiva e não apenas demandista; CONSIDERANDO que constitui dever de o Parquet acompanhar devidamente os Termos de Ajustamentos de Conduta firmados com os fornecedores de produtos e de serviços no bojo de Procedimentos Preparatórios (PPs) e/ou Inquéritos Civis (ICs), para fins de se averiguar se estão sendo estritamente cumpridos; CONSIDERANDO que a eventual identificação de denúncias/reclamações em face da citada pessoa jurídica poderá suscitar a propositura de ação de execução do acordo pactuado em prol da defesa da coletividade, pugnando-se pelas providências devidas ao aparato jurisdicional; CONSIDERANDO que a efetiva proteção dos interesses e direitos dos consumidores pressupõe a devida atuação do Parquet com vistas a evitar descumprimento do quanto acordado com os fornecedores e produtos e serviços do mercado. Nessa senda, destina-se este Procedimento Administrativo a apurar os seguintes fatos: 1) A RSB SERVIÇOS LIMITADA, nome fantasia RESTAURANTE SERTÃO BOM, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o número 42.800.288/0001-29, situado na Av. Octávio Mangabeira, 321, Pituba, CEP: 41830-050, Salvador/BA, firmaram Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme as cláusulas e condições, a seguir, registradas: 1.1) Na cláusula primeira do citado ajuste, a Empresa RSB SERVIÇOS LIMITADA asseverou que, no prazo de 90 (noventa) dias úteis, sanará às irregularidades detectadas pela VISA e, não obstante tenha eliminado, não as reiterará, além de adotar as providências pertinentes, cumprindo as normas sanitárias vigentes. 1.2) No parágrafo primeiro da cláusula primeira, a Compromissária obrigou-se a apresentar os documentos listados no termo pactuado no prazo de 90 (noventa) dias, tendo em vista a época da fiscalização, promovida

pela VISA, e a realizar a renovação, periodicamente, dos documentos obrigatórios. 1.3) De acordo com o parágrafo segundo da cláusula citada, a Compromissária obrigou-se a dispor ou continuar dispondo do Alvará de Saúde (expedido pela Vigilância Sanitária do Município de Salvador/BA) e renová-lo periodicamente, devendo sempre ser requerido antes do vencimento da sua data validade, bem como do dever de dispor de documentos obrigatórios, atentando-se para a devida renovação/atualização, na mesma forma predita (ou seja, antes do vencimento do prazo de validade), em conformidade com as normativas sanitárias vigentes. Por fim, no parágrafo terceiro, registrou-se que as obrigações descritas são de caráter permanente. 1.4) Na cláusula segunda do citado acordo, a Compromissária assumiu a obrigação de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias úteis, apresentar o Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) ao CBMBA, sendo que, na execução de tal mister, deve se atentar a todas as observações feitas por este Órgão competente no Relatório de Fiscalização n.º 101/2023. 1.5) Nos termos dos parágrafos primeiro e segundo, a Signatária anuiu em executar o Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico aprovado pelo CBMBA e, em caso de não conformidades, estas serão sanadas, dotando o estabelecimento dos recursos materiais e humanos necessários, de forma permanente e continua, com o fito de evitar situações de incêndio e pânico, bem como proteger a vida, saúde e segurança dos consumidores, respeitando-se a Lei Estadual n.° 12.929/13 e o Decreto Estadual n.° 16.302/15. 1.6) Em consonância com a terceira cláusula, a Compromissária assumiu o dever de não reiterar às irregularidades constatadas pela Diretoria de Ações de Proteção de Defesa do Consumidor (CODECON) em vistoria, realizada no dia 19 de abril de 2023, bem como sanar as irregularidades detectadas, em 14 de abril de 2023, pela Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), arroladas no Auto de Constatação n.° 01902-A.
Salvador, 24 de janeiro de 2024.
JOSEANE SUZART LOPES DA SILVA
Promotora de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO E URBANISMO

EDITAL N.º 09/2024
Notícia de Fato de nº 003.9.512180/2023
A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO E URBANISMO DE SALVADOR/BA, por intermédio da sua 5ª Promotora de Justiça, infrafirmada, em conformidade ao quanto disposto na Resolução de nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, COMUNICA, aos interessados, que a Notícia de Fato de nº 003.9.512180/2023, que tratou sobre “suposta criação irregular de abelhas, hamster e animais em laboratório improvisado pelo Sr. Adriano Alves de Oliveira, na rua Professor Diógenes Rebouças, 128, Aptº 1901, Pituba, Salvador/BA”, foi fundamentadamente ARQUIVADA.
No ensejo, de acordo com a apontada Resolução n° 174/2017, dá-se, também, ciência de que ao arquivamento da respectiva Notícia de Fato caberá recurso perante o Conselho Superior do Ministério Público da Bahia, com as respectivas razões, o qual deverá ser apresentado no órgão de execução, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do presente Edital.
Salvador/BA, 25 de janeiro de 2024.
CRISTINA SEIXAS GRAÇA
Promotora de Justiça

EDITAL N.º 005/2024
Notícia de Fato de nº 003.9.15652/2024.
A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO E URBANISMO DE SALVADOR/BA, por intermédio da sua 3ª Promotora de Justiça, infrafirmada, em conformidade ao quanto disposto na Resolução de nº 11/2022, do Conselho Nacional do Ministério Público, COMUNICA, aos interessados, que a Notícia de Fato – IDEA de nº 003.9.15652/2024, que tratou sobre “intervenção do MP, em cumprimento da legislação n° 12/933/2014 que regulamenta à composição do Conselho Estadual de Turismo”, foi fundamentadamente INDEFERIDA/ARQUIVADA.
No ensejo, de acordo com a apontada Resolução n° 11/2022, dá-se, também, ciência de que ao indeferimento/arquivamento da respectiva Notícia de Fato caberá recurso perante o Conselho Superior do Ministério Público da Bahia, com as respectivas razões, o qual deverá ser apresentado no órgão de execução, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do presente Edital.
Salvador/BA, 24 de janeiro de 2024.
SHEILA COSTA
Promotora de Justiça

EDITAL N.º 01/2024
Notícia de Fato de nº 003.9.507195/2023
A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO E URBANISMO DE SALVADOR/BA, por intermédio da sua 1ª Promotora de Justiça, infrafirmada, em conformidade ao quanto disposto na Resolução de n° 11/2022 - do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, COMUNICA, aos interessados, que a Notícia de Fato de nº 003.9.507195/2023, que teve como objeto “suposta poluição sonora causada por trio elétrico “RG trio elétricos Pranchão” na Praça Raimundo Freixeiras, no bairro da Liberdade”, foi fundamentadamente ARQUIVADA.
No ensejo, de acordo com a apontada Resolução n° 11/2022, dá-se, também, ciência de que ao Arquivamento da respectiva Notícia de Fato caberá recurso perante o Conselho Superior do Ministério Público da Bahia, com as respectivas razões, o qual deverá ser apresentado no órgão de execução, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do presente Edital.
Salvador/BA, 25 de janeiro de 2024.
HORTÊNSIA GOMES PINHO
Promotora de Justiça

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE EXECUÇÃO PENAL – GAEP

EDITAL nº 02/2024 – GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE EXECUÇÃO PENAL - GAEP
PRORROGAÇÃO DA NOTÍCIA DE FATO nº IDEA 003.9.318826/2023
O Grupo de Atuação Especial de Execução Penal, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 3º, caput, da Resolução nº 174/2017 do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste edital, a todos quanto possa interessar, comunicar a prorrogação da Notícia de Fato Nº. IDEA 003.9.318826/2023, por mais 90 (noventa) dias, tendo em vista a imprescindibilidade de realização e conclusão de diligências essenciais para continuidade e encerramento de suas respectivas instruções.
Salvador, 23 de janeiro de 2023
EDMUNDO REIS SILVA FILHO
Promotor de Justiça

PROMOTORIA REGIONAL DE ALAGOINHAS

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE NOTÍCIA DE FATO
A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIO REAL/BA, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º da Resolução nº 174/2017, do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado da Bahia, comunica a prorrogação de prazo, por mais 90 (noventa) dias, da Notícia de Fato IDEA nº 254.9.488729/2023, considerando que ainda restam diligências imprescindíveis a serem realizadas.
Rio Real/BA, 25 de janeiro de 2024.
Áviner Rocha Santos
Promotor de Justiça em substituição

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE NOTÍCIA DE FATO
A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIO REAL/BA, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º da Resolução nº 174/2017, do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado da Bahia, comunica a prorrogação de prazo, por mais 90 (noventa) dias, da Notícia de Fato IDEA nº 003.9.463498/2023, considerando que ainda restam diligências imprescindíveis a serem realizadas.
Rio Real/BA, 25 de janeiro de 2024.
Áviner Rocha Santos
Promotor de Justiça em substituição

PROMOTORIA REGIONAL DE BARREIRAS

Instauração de Procedimento Administrativo
Origem: 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras – sede em Barreiras/BA
IDEA: 593.9.506348/2023
Promotor de Justiça: João Ricardo Soares da Costa
Área: Consumidor
Classe: Procedimento Administrativo
Objeto: “Acompanhar o cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta 11/2020”
Parte: Centro Educacional Espaço Kids
Data da instauração: 25/01/2024

EDITAL DE ARQUIVAMENTO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – IDEA Nº 003.9.32332/2022

A 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 12 da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do ministério Público (CNMP), comunica a todos os eventuais interessados o ARQUIVAMENTO do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO IDEA Nº 003.9.32332/2022, inclusive para eventual interposição de recurso, no prazo de 10 (dez) dias, devendo ser remetido, por meio de razões escritas, ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, na forma do artigo 16, §1º, da Resolução nº 11/2022 do Conselho Nacional do ministério Público (CNMP).
Luís Eduardo Magalhães/BA, 25 de janeiro de 2024.
Adriana Hahn Perez
Promotora de Justiça

EDITAL N. 001/2024
DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO DE NOTÍCIA DE FATO

A 8ª Promotoria de Justiça de Barreiras, por intermédio da Promotora de Justiça Substituta que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, com esteio no art. 2º, §2º, da Resolução n.º 174/2017, do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, vem por meio deste Edital, comunicar a todos que possa interessar o DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO da Notícia de Fato n. 593.9.492977/2023 para a 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras.
Barreiras/BA, 22 de janeiro de 2024.

Stella Athanazio de Oliveira Santos
Promotora de Justiça
1ª Substituta

A 5ª Promotoria de Justiça de Barreiras-BA, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, vem comunicar o ARQUIVAMENTO PARCIAL DO PROCEDIMENTO ADMNISTRATIVO nº 593.9.323258/2023, com fulcro no art. 12 da Resolução nº 174/2017, CNMP. Comunica, ainda, que deste arquivamento é cabível a interposição de recurso administrativo da decisão de arquivamento, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos preconizados pelo art. 28, § 1º do CPP c/c art. 4º, §1º, Resolução 174/17, CNMP, devendo as razões serem protocoladas junto a este órgão responsável pelo arquivamento, através do e-mail 5pj.barreiras@mpba.mp.br.

Barreiras, 25 de janeiro de 2024.

Rodolfo Fontenele Belchior Cabral
Promotor de Justiça

PROMOTORIA REGIONAL DE BOM JESUS DA LAPA

A 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS DA LAPA – BAHIA, por intermédio do Promotor de Justiça infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 14, I, da Resolução 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores -OECP, comunica a todos quanto possa interessar, inclusive para efeito de eventual apresentação de recurso em 10 dias, que foi indeferida a Notícia de Fato – IDEA nº 676.9.24264/2024. O eventual recurso poderá ser encaminhado a esta Promotoria de Justiça por intermédio do e-mail:3pj.bomjesusdalapa@mpba.mp.br, indicando-se no assunto “RECURSO AO INDEFERIMENTO – IDEA n.º 676.9.24264/2024.”

Bom Jesus da Lapa/BA, 24 de janeiro de 2024.

José Franclin Andrade de Souza
Promotor de Justiça

PROMOTORIA REGIONAL DE CAMAÇARI

COMUNICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE IC
Edital 023.2024 - SPA - CAMAÇARI/BA
ORIGEM: 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camaçari/BA
IDEA: 003.9.228327/2022

A 11ª Promotoria de Justiça de Camaçari, por intermédio do(a) Promotor(a) de Justiça que este subscreve, no exercício de suas atribuições legais, à vista da imprescindibilidade de realização de outras diligências, COMUNICA aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo de conclusão do Inquérito Civil registrado sob IDEA nº 003.9.228327/2022, a partir da data 23/01/2024, pelo período de 365(trezentos e sessenta e cinco) dias.

Camaçari/Ba, 24 de janeiro de 2024

Dra. MILENA MORESCHI DE ALMEIDA
Promotora de Justiça.

Edital de arquivamento de Notícia de Fato.

A 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LAURO DE FREITAS-BA, por intermédio do Promotor de Justiça in fine, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo art. 4, §1 e art. 5 da Resolução 174/2027 do CNMP, e art. 5º. da Resolução nº. 06/2009 do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, vem comunicar aos interessados, inclusive para efeito de apresentação de recurso em 10 (dez) dias, a contar da publicação deste edital, que foi promovido o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato nº003.9.15660/2024.
Lauro de Freitas, 25 de janeiro de 2024.
LUCIANO VALADARES GARCIA
Promotor de Justiça Titular

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INQUÉRITO CIVIL
A PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE - SEDE EM MATA DE SÃO JOÃO - BA, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 41 da Resolução nº 11/22, do E. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, e art. 9º da Resolução CNMP nº 23/07, COMUNICA aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo de conclusão pelo período de um ano, do Inquérito Civil nº 167.9.30626/2020, Portaria nº 018/2020, cujo objetivo é apurar possível supressão ilegal de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica no imóvel de propriedade da pessoa jurídica Ribeiro Sangiorgi Empreendimentos Imobiliários LTDA, denominado Loteamento Portal de Imbassaí, local de coordenadas geográficas 12º28’38.3”S e 37º59’28.1”W, situado no Distrito de Barro Branco, em Mata de São João/BA.
Mata de São João, 09 de outubro de 2023.
RENATA SOARES TALLARICO
PROMOTORA DE JUSTIÇA

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INQUÉRITO CIVIL
A PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE - SEDE EM MATA DE SÃO JOÃO - BA, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 41 da Resolução nº 11/22, do E. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, e art. 9º da Resolução CNMP nº 23/07, COMUNICA aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo de conclusão pelo período de um ano, do Inquérito Civil nº 167.9.59646/2018, Portaria nº 083/2018, cujo objetivo é apurar possível prática de supressão indevida de 77,11 hectares de vegetação nativa, inclusive em áreas de preservação permanente, nas Fazendas Murici, Miroró e Inhaiba, situadas no Município de Jandaíra/BA, dentre outros danos e irregularidades ambientais.
Mata de São João, 20 de junho de 2023.
RENATA SOARES TALLARICO
PROMOTORA DE JUSTIÇA

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INQUÉRITO CIVIL
A PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE - SEDE EM MATA DE SÃO JOÃO - BA, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 41 da Resolução nº 11/22, do E. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, e art. 9º da Resolução CNMP nº 23/07, COMUNICA aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo de conclusão pelo período de um ano, do Inquérito Civil nº 167.0.216417/2016, Portaria nº 089/2016, cujo objetivo é apurar regularidade ambiental de possível extração irregular de cascalho pela pessoa jurídica Copener Florestal Ltda (Bracell), no Município de Jandaíra/BA.
Mata de São João, 20 de junho de 2023.
RENATA SOARES TALLARICO
PROMOTORA DE JUSTIÇA

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INQUÉRITO CIVIL
A PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE - SEDE EM MATA DE SÃO JOÃO - BA, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 41 da Resolução nº 11/22, do E. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, e art. 9º da Resolução CNMP nº 23/07, COMUNICA aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo de conclusão pelo período de um ano, do Inquérito Civil nº 167.9.62193/2019, Portaria nº 120/2019, cujo objetivo é apurar possível supressão indevida de vegetação nativa em área de encosta, no km 129-130 da BA-099, sentido Aracaju, município de Conde/BA, supostamente realizada pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, para implantação de postes de rede elétrica.
Mata de São João, 20 de junho de 2023.
RENATA SOARES TALLARICO
PROMOTORA DE JUSTIÇA

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INQUÉRITO CIVIL
A PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE - SEDE EM MATA DE SÃO JOÃO - BA, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 41 da Resolução nº 11/22, do E. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, e art. 9º da Resolução CNMP nº 23/07, COMUNICA aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo de conclusão pelo período de um ano, do Inquérito Civil nº 167.9.32281/2019, Portaria nº 079/2019, cujo objetivo é apurar possível desrespeito à legislação ambiental provocado por construção em zona de proteção rigorosa da APA do Litoral Norte, no condomínio Águas de Sauipe, em Porto de Sauipe, município de Entre Rios/BA, sob a responsabilidade do Sr. Anthony Mark Knight.
Mata de São João, 09 de outubro de 2023.
RENATA SOARES TALLARICO
PROMOTORA DE JUSTIÇA

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INQUÉRITO CIVIL
A PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE - SEDE EM MATA DE SÃO JOÃO - BA, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 41 da Resolução nº 11/22, do E. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, e art. 9º da Resolução CNMP nº 23/07, COMUNICA aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo de conclusão pelo período de um ano, do Inquérito Civil nº 167.0.191444/2016, Portaria nº 084/2016, cujo objetivo é acompanhar a regularidade ambiental da implantação do empreendimento imobiliário de porte significativo denominado Residencial Ykutiba, em Imbassaí, Município de Mata de São João/BA.
Mata de São João, 24 de novembro de 2023.
RENATA SOARES TALLARICO
PROMOTORA DE JUSTIÇA

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INQUÉRITO CIVIL
A PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE - SEDE EM MATA DE SÃO JOÃO - BA, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 41 da Resolução nº 11/22, do E. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, e art. 9º da Resolução CNMP nº 23/07, COMUNICA aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo de conclusão pelo período de um ano, do Inquérito Civil nº 167.9.59114/2016, Portaria nº 104/2016, cujo objetivo é apurar possível captação irregular de água da Lagoa do Aruá, no Loteamento Quintas do Castelo Açu da Torre, Município Mata de São João.
Mata de São João, 10 de outubro de 2023.
RENATA SOARES TALLARICO
PROMOTORA DE JUSTIÇA

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INQUÉRITO CIVIL
A PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE - SEDE EM MATA DE SÃO JOÃO - BA, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 41 da Resolução nº 11/22, do E. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, e art. 9º da Resolução CNMP nº 23/07, COMUNICA aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo de conclusão pelo período de um ano, do Inquérito Civil nº 167.9.204965/2019, Portaria nº 203/2019, cujo objetivo é apurar extração mineral irregular, em área de Coordenadas Geográficas (WGS84/UTM); 24L 620983/8632747, em Porto de Sauipe, Entre Rios/BA, sem licença ambiental.
Mata de São João, 31 de março de 2023.
RENATA SOARES TALLARICO
PROMOTORA DE JUSTIÇA

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INQUÉRITO CIVIL
A PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE - SEDE EM MATA DE SÃO JOÃO - BA, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 41 da Resolução nº 11/22, do E. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, e art. 9º da Resolução CNMP nº 23/07, COMUNICA aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo de conclusão pelo período de um ano, do Inquérito Civil nº 167.9.52315/2020, Portaria nº 022/2020, cujo objetivo é apurar possíveis danos ambientais, especialmente na praia e em áreas de recifes de corais, causados pela ausência de sistema coletivo de esgotamento sanitário que atenda aos loteamentos Aldeia dos Pescadores e Aldeia dos Coqueiros, na Praia do Forte, Mata de São João/BA.
Mata de São João, 10 de outubro de 2023.
RENATA SOARES TALLARICO
PROMOTORA DE JUSTIÇA

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LAURO DE FREITAS
ÁREA: Meio Ambiente
IDEA Nº 591.9.495364/2023
INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, por intermédio da Promotora de Justiça infra-assinada, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas, usando das atribuições, conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, artigos 72, inciso IV, alínea “c”, e 73, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 11/96, artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, e art. 8º, § 1ª, da Lei nº 7.347/85, com fundamento no art. 50, inciso I, 51 e seguintes da Resolução nº 011/22, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do MP/BA, c/c art. 8º, inciso I, da Resolução CNMP 174/2017, instaura PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO tendo como objeto continuar com o acompanhamento do cumprimento das cláusulas do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do Inquérito Civil n. 591.0.100753/2014, referente à recuperação da área mediante execução de PRAD – Plano de Recuperação de Área Degradada, tendo como compromissário BRISA DO PICUAIA LTDA, SOCIEDADE DE PROPÓSITO EPECÍFICO, representada pelo Sr. Raimundo Alves dos Santos Júnior.
DATA DE INSTAURAÇÃO: 17 de janeiro de 2024.
MARIA AUGUSTA SNTOS DE CARVALHO
Promotora de Justiça
Edital de indeferimento/arquivamento
Notícia de Fato - IDEA nº 003.9..495324/2023

A 5ª Promotoria de Lauro de Freitas, por meio do Promotor de Justiça in fine, atendendo ao comando do § 1º do art. 16 da Resolução nº 011/2022 do OECPJ/BA, e § 1º do art. 4º da Resolução nº 174/2017 do CNMP, COMUNICA a potenciais interessados, inclusive para efeito de interposição de recurso administrativo, o indeferimento e consequente ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato IDEA nº 003.9..495324/2023.

Cidade de Lauro de Freitas-BA, 25 de janeiro de 2024

MAURÍCIO CERQUEIRA LIMA
Promotor de Justiça

Edital de Indeferimento/Arquivamento
Notícia de Fato - IDEA nº 003.9.23315/2024

A 5ª Promotoria de Lauro de Freitas, por meio do Promotor de Justiça in fine, atendendo ao comando do § 1º do art. 16 da Resolução nº 011/2022 do OECPJ/BA, e § 1º do art. 4º da Resolução nº 174/2017 do CNMP, COMUNICA a potenciais interessados, inclusive para efeito de interposição de recurso administrativo, o indeferimento e consequente ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato IDEA nº 003.9.23315/2024.

Cidade de Lauro de Freitas-BA, 25 de janeiro de 2024

MAURÍCIO CERQUEIRA LIMA
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 01/2024
COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA n° 591.9.8330/2024
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
Área: Crime
Assunto: acompanhar prazo para remessa de inquérito policial
INVESTIGADO - PEDRO IVO SANTOS DA COSTA
VÍTIMA - JOSIVANIA DA SILVA MENDONÇA
Data inicial: 11/01/2024
Data final: 25/01/2025

PORTARIA Nº 02/2024
COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA n° 591.9.13258/2024
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
Área: Crime
Assunto: acompanhar prazo para remessa de inquérito policial
INVESTIGADO - PEDRO FERREIRA FROES
VÍTIMA - LUCIANA VALADARES LUQUINI
Data inicial: 16/01/2024
Data final: 03/02/2025

PORTARIA Nº 03/2024
COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA n° 591.9.13288/2024
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
Área: Crime
Assunto: acompanhar prazo para remessa de inquérito policial
INVESTIGADO - LUCAS SOUZA E SOUSA
VÍTIMA - JAIANE CRISTINE SOUZA RAMOS
Data inicial: 16/01/2024
Data final: 03/02/2025

PORTARIA Nº 04/2024
COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA n° 591.9.14856/2024
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
Área: Crime
Assunto: acompanhar prazo para remessa de inquérito policial
INVESTIGADO - THIAGO BATISTA DA SILVA
Data inicial: 17/01/2024
Data final: 04/02/2025

PORTARIA Nº 05/2024
COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA n° 591.9.14856/2024
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
Área: Crime
Assunto: acompanhar prazo para remessa de inquérito policial
INVESTIGADO - LUÍS CARLOS CONCEIÇÃO DE JESUS
INVESTIGADO - ANA CLÁUDIA SANTOS DOS SANTOS
Data inicial: 18/01/2024
Data final: 05/02/2025

PORTARIA Nº 06/2024
COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA n° 591.9.18457/2024
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
Área: Crime
Assunto: acompanhar prazo para remessa de inquérito policial
INVESTIGADO - LUIS AUGUSTO DE BARROS SANTANA
VÍTIMA - ANA CLÁUDIA SANTOS DOS SANTOS
Data inicial: 19/01/2024
Data final: 06/02/2025

PORTARIA Nº 07/2024
COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA n° 591.9.18705/2024
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas

Área: Crime
Assunto: acompanhar prazo para remessa de inquérito policial
INVESTIGADO – JUCILENE REIS DOS SANTOS
INVESTIGADO – SAMUEL UCHOA DOS SANTOS
VÍTIMA – R. DE J. S.
Data inicial: 19/01/2024
Data final: 06/02/2025

PORTARIA Nº 08/2024
COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA n° 591.9.19037/2024
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
Área: Crime
Assunto: acompanhar prazo para remessa de inquérito policial
INVESTIGADO – ANDRE LUIS ASSIS SANTOS
VÍTIMA - SHIRLEI LISBOA AZEVEDO
Data inicial: 19/01/2024
Data final: 06/02/2025

PORTARIA Nº 09/2024
COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA n° 591.9.22475/2024
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
Área: Crime
Assunto: acompanhar prazo para remessa de inquérito policial
INTERESSADO – LIDIANE SANTOS BORGES FERREIRA
Data inicial: 23/01/2024
Data final: 10/02/2025

PORTARIA Nº 10/2024
COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA n° 591.9.22573/2024
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
Área: Crime
Assunto: acompanhar prazo para remessa de inquérito policial
INTERESSADO – SAMUEL CONCEIÇÃO DE JESUS
Data inicial: 23/01/2024
Data final: 10/02/2025

PORTARIA Nº 11/2024
COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA n° 591.9.23182/2024
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
Área: Crime
Assunto: acompanhar prazo para remessa de inquérito policial
INVESTIGADO – CÉSAR MENEZES CORREIA
INVESTIGADO – ERICA ELIANE CONCEIÇÃO SANTOS
Data inicial: 23/01/2024
Data final: 10/02/2025

PORTARIA Nº 12/2024
COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA n° 591.9.23243/2024
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
Área: Crime
Assunto: acompanhar prazo para remessa de inquérito policial
TESTEMUNHA – ANTÔNIA GARDÊNIA SECUNDO DE LIMA
VÍTIMA – ATACADÃO S.A.
Data inicial: 23/01/2024
Data final: 10/02/2025

PORTARIA Nº 13/2024
COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA n° 591.9.23317/2024
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
Área: Crime
Assunto: acompanhar prazo para remessa de inquérito policial
TESTEMUNHA – JEFERSON SANTIAGO DOS SANTOS
VÍTIMA – TALITA MARCELE DIAS BEZERRA
Data inicial: 23/01/2024
Data final: 10/02/2025

PORTARIA Nº 14/2024
COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA n° 591.9.23333/2024
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
Área: Crime
Assunto: acompanhar prazo para remessa de inquérito policial
INVESTIGADO – JEFERSON SANTIAGO DOS SANTOS
VÍTIMA – TALITA MARCELE DIAS BEZERRA
Data inicial: 23/01/2024
Data final: 10/02/2025

PORTARIA Nº 15/2024
COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA n° 591.9.23499/2024
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
Área: Crime
Assunto: acompanhar prazo para remessa de inquérito policial
INVESTIGADO – JOICIGILTON PINHEIRO DOS SANTOS
VÍTIMA – DAIANA DE OLIVEIRA SANTOS
Data inicial: 23/01/2024
Data final: 10/02/2025

PORTARIA Nº 16/2024
COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA n° 591.9.23553/2024
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
Área: Crime
Assunto: acompanhar prazo para remessa de inquérito policial
INVESTIGADO – EDSON SALES DE JESUS
INVESTIGADO – CRISLANI MOURA OLIVEIRA
VÍTIMA – LUZIANA ROCHA DE JESUS
Data inicial: 23/01/2024
Data final: 10/02/2025

PORTARIA Nº 17/2024
COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA n° 591.9.25141/2024
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
Área: Crime
Assunto: acompanhar prazo para remessa de inquérito policial
INVESTIGADO – EZEQUIAS RODRIGUES ARAUJO SOBRINHO
NOTICIANTE – CATULINO AGUIAR CUNHA
Data inicial: 24/01/2024
Data final: 11/02/2025

PORTARIA Nº 18/2024
COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA n° 591.9.25183/2024
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas
Área: Crime
Assunto: acompanhar prazo para remessa de inquérito policial
NOTICIADO – FELIPE LIMA BASTOS
NOTICIANTE – ARIANE BISPO DOS SANTOS
Data inicial: 24/01/2024
Data final: 11/02/2025

PROMOTORIA REGIONAL DE EUCLIDES DA CUNHA

EDITAL DE ARQUIVAMENTO INQUÉRITO CIVIL
IDEA N° 176.0.116585/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONTE SANTO, por intermédio do Promotor de Justiça que este subscreve, no uso de atribuições legais, nos termos do art. 10 da Resolução nº 023/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, comunica a quem possa interessar o arquivamento do procedimento supracitado instaurado para apurar representação subscrita por ANTÔNIO MATOS CAVALCANTE dando conta da inexistência de iluminação pública na rua onde reside, Povoado de Curral Falso, neste município e comarca de Monte Santo. Informa ainda, que, desta decisão de arquivamento, é cabível a interposição de recurso, com as respectivas razões, no prazo de 03 (três) dias, devendo ser protocolado junto ao próprio órgão responsável pelo arquivamento, preferencialmente, através do e-mail (montesanto@mpba.mp.br).
Monte Santo, 23 de janeiro de 2024.

MARCELO CERQUEIRA CÉSAR
Promotor de Justiça em substituição

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – NOTÍCIA DE FATO IDEA nº 336.9.480887/2023
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE UAUÁ, por intermédio do Promotor de Justiça que este subscreve, no uso de atribuições legais, nos termos do art. 4º, §1º, da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 16, §1º, da Resolução nº 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado da Bahia, comunica a SIRLEIDE GONÇALVES DA SILVA e a eventuais interessados o arquivamento do Procedimento supracitado, instaurado para apurar a necessidade/regularização da prestação de serviço público de saúde a D.L.G.S.R., ante o diagnóstico de alergia à proteína do leite da vaca, cabendo recurso no prazo de 10 (dez) dias.
De Euclides da Cunha para Uauá-BA, 24 de janeiro de 2024.
SÓSTENYS MARINHO BARRETO
Promotor de Justiça em substituição

PORTARIA DE PRORROGAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, através do Promotor de Justiça abaixo-assinado, no uso de uma de suas atribuições que lhe são conferidas (art. 11, da Resolução CNMP nº 174/2017) comunica a prorrogação de prazo pelo período de 01 (hum) ano do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE TUTELA DE INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS N° IDEA 334.9.76936/2022 que tem como objetivo apurar possível situação de vulnerabilidade a que estaria sujeita a adolescente T. A. S., nascida em 2009, em razão de notícia de consumo frequente de bebida alcoólica por esta, considerando que há diligências imprescindíveis para a condução atingir sua finalidade.
De Salvador para Tucano, 04 de dezembro de 2023
PEDRO ARAUJO CASTRO
Promotor de Justiça Designado

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE TUTELA DE INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, através do Promotor de Justiça abaixo-assinado, no uso de uma de suas atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas pelo arts. 127 da Constituição Federal e no art. 72, inciso IV, c, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Bahia, considerando expirado o prazo de apuração da Notícia de Fato, instaura o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE TUTELA DE INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS
IDEA: 334.9.183427/2020
Área: Infância e Juventude
Assunto: Apurara situação de risco da adolescente A. C. S. DE M.
Dara de Instauração: 18 de janeiro de 2024
Tucano, 18 de janeiro de 2024
TARCISIO LOGRADO DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

EDITAL DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO
O MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CANSANÇÃO, no uso de atribuições legais, comunica aos interessados, inclusive para a interposição de recurso, o arquivamento da Notícia de Fato protocolada sob número IDEA 003.9.454088/2023 instaurada pela Promotoria de Justiça de Cansanção, para tratar de supostos ilícitos praticados pelo nacional Janderson Allen Ferreira de Souza Moura, através do site de rifas https://www.nacionalrifas.com.br/. Informa ainda, que, desta decisão de arquivamento, é cabível a interposição de recurso, com as respectivas razões, no prazo de 10 (dez) dias, devendo ser protocolado junto ao próprio órgão responsável pelo arquivamento, preferencialmente através do e-mail (cansancao@mpba.mp.br).
Cansanção, 24 de janeiro de 2024.
ADRIANO NUNES DE SOUZA
Promotor de Justiça em substituição

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUCANO
IDEA Nº 334.0.155483/2015
A 2ª Promotoria de Justiça de Tucano/BA, por intermédio do Promotor de Justiça Designada que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 11 da Resolução n. 174/2017 do CNMP, e em obediência ao Princípio da Publicidade, comunica a quem possa interessar a PRORROGAÇÃO DO PRAZO para conclusão do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO registrado no Sistema IDEA sob nº 334.0.155483/2015, pelo período de 01 (um) ano, considerando a necessidade de complementação de informações e realização de diligência.
De Salvador/BA para Tucano/BA, 16 de janeiro de 2024.

(documento assinado eletronicamente)
PEDRO ARAUJO CASTRO
Promotor de Justiça Designado
Portaria PGJ nº 880/2023 – DJe de 18.05.2023

EDITAL DE ARQUIVAMENTO INQUERITO CIVIL
IDEA Nº 334.0.197153/2014

A 1ª Promotoria de Justiça de Tucano/BA, por intermédio da Promotora de Justiça Designada que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, na forma do, art. 10 da Resolução n 023/2007, do Conselho Nacional do CNMP, e art. 44, § 1º da Resolução nº 11/22 do MP-BA. e em obediência ao Princípio da Publicidade, comunica a quem possa interessar, o arquivamento

do procedimento supracitado instaurado para apurar a ausência de Professores Intérpretes de Libras nas Escolas Municipais, José Valdir de Santana, localizada no Povoado Rua Nova, Zona Rural de Tucano/BA e São Pedro, localizada no Povoado do Alto, Zona Rural de Tucano/BA para auxiliar os alunos, Ana Vitória Andrade do Carmo e Eduardo Andrade do Carmo, ambos deficientes auditivos, datam de outubro de 2014, tendo, pois, decorrido o expressivo lapso temporal dos fatos que ensejaram mais de 09 (nove) anos.
De Salvador/BA para Tucano/BA, 01 de dezembro de 2023.
THELMA LEAL DE OLIVEIRA
Promotora de Justiça Designada
UAAF – Ato nº 0554/2020

PORTARIA
IDEA Nº 334.9.156498/2023
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, através do Promotor de Justiça abaixo assinado, no uso de uma de suas atribuições constitucionais e legais, conferida pelos arts. 127, caput, e 129, IX, ambos da Constituição Federal, 73, I, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18.01.1996, 50, IV, da Resolução nº 11 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, de 11.04.2022, e 8º, III, da Resolução nº 174 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de 04.07.2017, instaura o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO relativo ao seguinte fato:
OBJETO DO PROCEDIMENTO: Apurar e acompanhar possível situação de vulnerabilidade a que estaria submetido o adolescente Vítor Santos de Jesus, nascido em 12.06.2011, filho de Maria José Alves dos Santos e Reinaldo de Jesus, residente na Rua São Pedro, Entroncamento (próximo ao Deon Gesso), Tucano-BA.
INTERESSADO(S): VÍTOR SANTOS DE JESUS E A SOCIEDADE.
ENQUADRAMENTO JURÍDICO: Artigos 98, 101, 201, VI e VIII, da Lei Federal nº 8.069/1990, Artigo 50, IV, da Resolução nº 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, e 8º, III, da Resolução nº 174/2017 do CNMP, art. 217-A do Código Penal.
ORIGEM: Comunicação da Diretoria da Escola Municipal Maria Aydil Borges Martins Prado.
Fica fixado o prazo de 01 (um) ano para conclusão do procedimento.
Cumpram-se as diligências determinadas no despacho anexo.
De Salvador-BA para Tucano-BA, 12 de dezembro de 2023.
(documento assinado eletronicamente)
PEDRO ARAUJO CASTRO
Promotor de Justiça Designado
Portaria PGJ nº 880/2023 – DJe de 18.05.2023

PORTARIA
IDEA Nº 334.9.379489/2023
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, através do Promotor de Justiça abaixo assinado, no uso de uma de suas atribuições constitucionais e legais, conferida pelos arts. 127, caput, e 129, IX, ambos da Constituição Federal, 73, I, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18.01.1996, 50, IV, da Resolução nº 11 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, de 11.04.2022, e 8º, III, da Resolução nº 174 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de 04.07.2017, instaura o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO relativo ao seguinte fato:
OBJETO DO PROCEDIMENTO: Apurar e acompanhar possível situação de vulnerabilidade a que estaria submetida a adolescente Monielle Costa Cabral, filha de Maria José Costa Pereira e Marcelo Pereira Cabral, nascida em 31.07.2021 e residente na Fazenda Urubu, Povoado de Mandacaru, distrito de Caldas do Jorro, Tucano-BA, que teria reiteradamente, entre 09 (nove) e 14 (quatorze) anos de idade, sofrido abusos sexuais por seu padrasto Gregório de Souza Carvalho, no Povoado Quixaba do Mandacaru, distrito de Caldas do Jorro, Tucano/BA.
INTERESSADO(S): ADOLESCENTE MONIELLE COSTA CABRAL E A SOCIEDADE.
ENQUADRAMENTO JURÍDICO: Artigos 98, 101, 201, VI e VIII, da Lei Federal nº 8.069/1990, 50, IV, da Resolução nº 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, 8º, III, da Resolução nº 174/2017 do CNMP, e 217-A do Código Penal.
ORIGEM: Conselho Tutelar de Caldas do Jorro.
Fica fixado o prazo de 1 (um) ano para conclusão do procedimento.
Cumpram-se as diligências determinadas no despacho anexo.
De Salvador para Tucano/BA, 20 de dezembro de 2023.
(documento assinado eletronicamente)
PEDRO ARAUJO CASTRO
Promotor de Justiça Designado
Portaria PGJ nº 880/2023 – DJe de 18.05.2023

PORTARIA
IDEA nº 334.9.109786/2023
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, através do Promotor de Justiça abaixo assinado, no uso de uma de suas atribuições constitucionais e legais, conferida pelos arts. 127, caput, e 129, IX, ambos da Constituição Federal, 73, I, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18.01.1996, 50, IV, da Resolução nº 11 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, de 11.04.2022, e 8º, III, da Resolução nº 174 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de 04.07.2017, instaura o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO relativo ao seguinte fato:
OBJETO DO PROCEDIMENTO: Apurar e acompanhar possível situação de vulnerabilidade a que estaria submetida a criança Glenda Inês Matos Reis, então possuidora de 01 (um) ano de idade, filha de Geovania Miranda de Matos e Manoel Hilmar Nunes Reis e residente na Rua Péricles Leal, distrito de Caldas do Jorro, Tucano-BA.
INTERESSADO(S): GLENDA INÊS MATOS REIS E A SOCIEDADE.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO: Artigos 98, 101, 201, VI e VIII, da Lei Federal nº 8.069/1990, 50, IV, da Resolução nº 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, e 8º, III, da Resolução nº 174/2017 do CNMP.
ORIGEM: Conselho Tutelar de Caldas do Jorro, Tucano-BA.
Fica fixado o prazo de 01 (um) ano para conclusão do procedimento.
Cumpram-se as diligências determinadas no despacho anexo.
De Salvador-BA para Tucano-BA, 20 de dezembro de 2023.
(documento assinado eletronicamente)
PEDRO ARAUJO CASTRO
Promotor de Justiça Designado
Portaria PGJ nº 880/2023 – DJe de 18.05.2023

PORTARIA
IDEA Nº 334.9.297808/2022
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, através do Promotor de Justiça abaixo assinado, no uso de uma de suas atribuições constitucionais e legais, conferida pelos arts. 127, caput, e 129, IX, ambos da Constituição Federal, 73, I, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18.01.1996, 50, IV, da Resolução nº 11 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, de 11.04.2022, e 8º, III, da Resolução nº 174 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de 04.07.2017, instaura o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO relativo ao seguinte fato:
OBJETO DO PROCEDIMENTO: Apurar e acompanhar possível situação de vulnerabilidade a que estariam submetidas as crianças/adolescentes Thauny Souza Silva, Kamyla Vitória Souza Silva, Evelyn Vitória Souza Santos (pessoa com deficiência) e Caio Cézar Santos Souza, residentes na Rua dos Coronéis, saída para Fazenda Manteiga, Caldas do Jorro, Tucano-BA, por negligência da sua genitora, Maria Verônica dos Santos Souza, portadora de transtorno mental, que faria uso de bebidas alcoólicas e deixaria, em casa, os filhos sozinhos ou sem supervisão adequada.
INTERESSADO(S): THAUNY SOUZA SILVA, KAMYLA VITÓRIA SOUZA SILVA, EVELYN VITÓRIA SOUZA SANTOS, CAIO CÉZAR SANTOS SOUZA E A SOCIEDADE.
ENQUADRAMENTO JURÍDICO: Artigos 98, 101, 201, VI e VIII, da Lei Federal nº 8.069/1990, 50, IV, da Resolução nº 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, e 8º, III, da Resolução nº 174/2017 do CNMP.
ORIGEM: Conselho Tutelar de Caldas do Jorro, Tucano-BA.
Fica fixado o prazo de 01 (um) ano para conclusão do procedimento.
Cumpram-se as diligências determinadas no despacho anexo.
De Salvador-BA para Tucano-BA, 13 de dezembro de 2023.
(documento assinado eletronicamente)
PEDRO ARAUJO CASTRO
Promotor de Justiça Designado
Portaria PGJ nº 880/2023 – DJe de 18.05.2023

PORTARIA
IDEA Nº 334.9.302441/2023
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, através do Promotor de Justiça abaixo assinado, no uso de uma de suas atribuições constitucionais e legais, conferida pelos arts. 127, caput, e 129, IX, ambos da Constituição Federal, 73, I, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18.01.1996, 50, IV, da Resolução nº 11 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, de 11.04.2022, e 8º, III, da Resolução nº 174 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de 04.07.2017, instaura o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO relativo ao seguinte fato:
OBJETO DO PROCEDIMENTO: Apurar e acompanhar situação de vulnerabilidade a que estaria submetida a adolescente Stefany Carmo dos Santos, nascida em 22.06.2006, filha de Gerusa Santos do Carmo, tels. (75) 99165-2560 e 99127- 5096, residente na Rua Gildásio Penedo, nº 667 (casa verde, vizinha do guarda André, mesma rua da Secretaria Municipal de Saúde), Centro, Tucano/BA, em razão de abusos sexuais cometidos por José Pereira, no Município de Fátima-BA.
INTERESSADO(S): STEFANY CARMO DOS SANTOS E A SOCIEDADE.
ENQUADRAMENTO JURÍDICO: Artigos 98, 101, 201, VI e VIII, da Lei Federal nº 8.069/1990, 50, IV, da Resolução nº 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, e 8º, III, da Resolução nº 174/2017 do CNMP.
ORIGEM: Manifestação formulada por Stefany Carmo dos Santos no Sistema de Atendimento do Cidadão deste Ministério Público.
Fica fixado o prazo de 1 (um) ano para conclusão do procedimento.
Cumpram-se as diligências determinadas no despacho anexo.
De Salvador-BA para Tucano-BA, 22 de dezembro de 2023.
(documento assinado eletronicamente)
PEDRO ARAUJO CASTRO
Promotor de Justiça Designado
Portaria PGJ nº 880/2023 – DJe de 18.05.2023

PORTARIA
IDEA Nº 334.9.152808/2023
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, através do Promotor de Justiça abaixo assinado, no uso de uma de suas atribuições constitucionais e legais, conferida pelos arts. 127, caput, e 129, IX, ambos da Constituição Federal, 73, I, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18.01.1996, 50, IV, da Resolução nº 11 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, de 11.04.2022, e 8º, III, da Resolução nº 174 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de 04.07.2017, instaura o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO relativo ao seguinte fato:
OBJETO DO PROCEDIMENTO: Apurar e acompanhar situação de vulnerabilidade a que estaria submetida a adolescente Marcelle Miranda Mello, então possuidora de 12 (doze) anos de idade, filha de Micheline Guimarães Miranda e Marcelino Silva Melo,

residente na Praça Ana Oliveira, nº 06, distrito de Caldas do Jorro, Tucano-BA, em razão de sua própria conduta, ingerindo bebidas alcoólicas frequentemente, saindo para festas e retornando apenas no outro dia, namorando e perambulando pelas estradas da região com rapazes à noite, em horário avançado.
INTERESSADO(S): MARCELLE MIRANDA MELO, MARCELINO SILVA MELO E A SOCIEDADE.
ENQUADRAMENTO JURÍDICO: Artigos 98, 101, 201, VI e VIII, da Lei Federal nº 8.069/1990, 50, IV, da Resolução nº 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, e 8º, III, da Resolução nº 174/2017 do CNMP.
ORIGEM: Conselho Tutelar de Caldas do Jorro.
Fica fixado o prazo de 01 (um) ano para conclusão do procedimento.
Cumpram-se as diligências determinadas no despacho anexo.
De Salvador-BA para Tucano-BA, 22 de dezembro de 2023.
(documento assinado eletronicamente)
PEDRO ARAUJO CASTRO
Promotor de Justiça Designado
Portaria PGJ nº 880/2023 – DJe de 18.05.2023

EDITAL DE ARQUIVAMENTO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO IDEA N° 003.9.241092/2023
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EUCLIDES DA CUNHA, por intermédio do Promotor de Justiça que este subscreve, no uso de atribuições legais, nos termos do art. 13 da Resolução nº 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, comunica aos interessados o arquivamento do Procedimento supracitado, considerando que o suposto pai, voluntariamente, procedeu ao reconhecimento do vínculo de filiação que se pretendia apurar, cabe recurso no prazo de 10 (dez) dias.
Euclides da Cunha/BA, 24 de janeiro de 2024.
MARCELO CERQUEIRA CÉSAR
Promotor de Justiça
EDITAL DE ARQUIVAMENTO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO IDEA N° 681.9.453007/2023
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EUCLIDES DA CUNHA, por intermédio do Promotor de Justiça que este subscreve, no uso de atribuições legais, nos termos do art. 13 da Resolução nº 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, comunica aos interessados o arquivamento do Procedimento supracitado, considerando que a genitora não sabe apontar a qualificação completa do suposto pai, circunstância que inviabiliza a continuidade da apuração do vínculo de filiação que se pretendia apurar, cabe recurso no prazo de 10 (dez) dias.
Euclides da Cunha/BA, 24 de janeiro de 2024.
MARCELO CERQUEIRA CÉSAR
Promotor de Justiça

EDITAL DE ARQUIVAMENTO – NOTÍCIA DE FATO IDEA N° 334.9.259746/2017
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUCANO, por intermédio do Promotor de Justiça que subscreve, no uso de atribuições legais, nos termos do art. 4º, I, da Resolução 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, comunica aos interessados, especialmente a senhora Edilânia Matos de Jesus, o arquivamento da Notícia de Fato epigrafada, para, querendo, apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, através do endereço de e-mail: 2pj.tucano@mpba.mp.br.
Tucano-BA, 25 de janeiro de 2024.
TARCÍSIO LOGRADO DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIBEIRA DO POMBAL/BA
PORTARIA IDEA Nº 249.9.6819/2021
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, através da Promotora de Justiça signatária, no uso de uma de suas atribuições constitucionais e legais, conferida pelo art. 129, III, da CF, c/c art. 72, IV da Lei Complementar Estadual n. 11/96, c/c Resolução nº 11 de 11 de abril de 2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia e da Resolução nº 23 de 17 de setembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL relativo a:
OBJETO DO PROCEDIMENTO: Apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa consistente em irregularidades identificadas na condução/celebração do Procedimento Licitatório Tomada de Preço nº 005/2020 (Tipo Menor Preço Global) originário do Processo Administrativo nº 162/2020) realizado pelo Município de Ribeira do Pombal/BA, no exercício financeiro de 2020, tendo por objeto a contratação de empresa de engenharia para executar obra de construção da sede da Secretaria de Educação no município, pelo prazo inicial de vigência de 12 (doze) meses e valor total da contratação de R$ 2.229.941,72 (dois milhões, duzentos e vinte e nove mil, novecentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos), tendo se consagrada como vencedora do certame, a Empresa JSS Construções LTDA-ME, inscrita no CNPJ nº 04.442.819/0001-06, a qual firmou com o município o Contrato de Execuções de Obras nº 157/2020.
INTERESSADOS: A CRIANÇA M. C. A. DA C. E A SOCIEDADE.
ENQUADRAMENTO JURÍDICO: Lei nº 7.347/1985; art. 37, §5º, CF; Lei nº 8.666/1993, Lei nº 8.429/92 com alterações da Lei nº 14.230/2021, Resolução nº 11/22 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia e Resolução 23/2007 CNMP.
ORIGEM: Representação formulada por Jardel Alves da Silva, Representante Legal da Empresa J.F.E Empreendimentos e Construções LTDA.
DATA: 05/06/2023
THELMA LEAL DE OLIVEIRA
Promotora de Justiça Designada
UAAF- Ato nº 0554/2020

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – NOTÍCIA DE FATO IDEA nº 003.9.478287/2023
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE UAUÁ, por intermédio do Promotor de Justiça que este subscreve, no uso de atribuições legais, nos termos do art. 4º, §1º, da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 16, §1º, da Resolução nº 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado da Bahia, comunica a eventuais interessados o indeferimento do Procedimento supracitado, proposto junto ao Sistema de Atendimento ao Cidadão do Ministério Público do Estado da Bahia, relatando irregularidade na prestação de serviço público de energia elétrica no Município de Uauá, cabendo recurso no prazo de 10 (dez) dias.
De Euclides da Cunha para Uauá-BA, 25 de janeiro de 2024.
SÓSTENYS MARINHO BARRETO
Promotor de Justiça em substituição

PROMOTORIA REGIONAL DE FEIRA DE SANTANA

EDITAL 032/2024 – 596.9.486613/2023
A 01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FEIRA DE SANTANA/BA, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA o representante da Associação Nacional de Apoio às Comunidades Populares, para que apresente, no prazo de 20 (vinte) dias: a) Protocolo de comunicação à Autoridade Municipal b) Junte atos constitutivos da entidade. Por fim, requer que a resposta seja enviada, preferencialmente, por e-mail: sp.feiradesantana@mpba.mp.br, e em formato pdf, mp4 e/ou jpg.
Feira de Santana, 25 de janeiro de 2024.
ANSELMO LIMA PEREIRA
Promotor de Justiça

ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IRARÁ
EDITAL n.º 001/2024
IDEA N° 003.9.336983/2023
A 2ª Promotoria de Justiça de Irará, por intermédio do órgão de execução abaixo assinado, no uso de uma de suas atribuições legais, com fundamento no art. 4º, inciso I da Resolução n° 174/2017 do CNMP e art. 15, inciso I, da Resolução nº 11/2022 do MPBA, por meio deste Edital, COMUNICA a todos a quem possa interessar, o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato – IDEA N° 003.9.336983/2023, facultando-lhes vista dos autos e apresentação de recurso no prazo de 10 dias a contar da publicação deste edital, devendo aquele ser protocolado preferencialmente pelo e-mail (pj.irara@mpba.mp.br).
Irará, 24 de janeiro de 2024.
Thiago Castro Praxedes
Promotor de Justiça

EDITAL 023/2024 – 596.9.513007/2023 – ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL
A 25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FEIRA DE SANTANA, por sua Promotora de Justiça, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, inciso VI, ambos da CF/88, artigos 1º e 26, inciso I, da Lei 8625/93, e artigo 73, inciso I, da Lei Complementar Estadual 11/96, resolve comunicar à senhora ELIANA PEREIRA DE FREITAS e aos demais interessados, acerca do arquivamento do INQUÉRITO POLICIAL nº 596.9.513007/2023, informando-lhe, expressamente, que, acaso não concorde com o arquivamento do expediente criminal, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias da data desta publicação, submeter a matéria à revisão da Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do art. 10, inc. IX, alínea “d”, da Lei nº 8.625/1993 c/c o art. 145, inciso XX, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Bahia. Vale registrar que as razões de recurso deverão ser protocoladas através do e-mail: sp.feiradesantana@mpba.mp.br, e em formato pdf, mp4 e/ou jpg.
Feira de Santana, 25 de janeiro de 2024.
Nayara Valtércia Gonçalves Barreto
Promotora de Justiça

EDITAL 022/2024 – 596.9.299544/2023– INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
A 21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FEIRA DE SANTANA, por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, inciso VI, ambos da CF/88, artigos 1º e 26, inciso I, da Lei 8625/93, e artigo 73, inciso I, da Lei Complementar Estadual 11/96, resolve INSTAURAR o PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO cadastrado no IDEA sob nº 596.9.299544/2023, que tem por objeto a realização da fiscalização da atuação do Município de Feira de Santana/BA no que se refere à arrecadação de créditos tributários pendentes, notadamente o IPTU.
Feira de Santana, 23 de janeiro de 2024.
Lucas Ramos de Vasconcelos
Promotor de Justiça

EDITAL 031/2024 – 596.9.130053/2023
A 14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FEIRA DE SANTANA, por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, inciso VI, ambos da CF/88, artigos 1º e 26, inciso I, da Lei 8625/93, e artigo 73, inciso I, da Lei Complementar Estadual 11/96, resolve comunicar aos interessados, o arquivamento do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO nº 596.9.130053/2023, instaurado mediante portaria, no dia 24 de julho de 2023, com o objetivo de acompanhar a apuração de possível prática delituosa perpetrada por Alexandre Lourenço Almeida, Cpf 266.456.508-76, com domicílio no endereço Av. Jorge Leal, 300 Quadra J., casa 01, CEP. 44.073-500, Telefone da portaria: 3622-7818, de crime de estelionato e ocultação de bens. Ressalta-se a possibilidade de interposição de recurso ao Conselho Superior do Ministério Público – CSMP, com as respectivas razões, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação. Vale registrar que as razões de recurso deverão ser protocoladas através do e-mail: sp.feiradesantana@mpba.mp.br, e em formato pdf, mp4 e/ou jpg.
Feira de Santana, 24 de janeiro de 2024.
Francisco Melo Mascarenhas
Promotor de Justiça

EDITAL 030/2024- IDEA nº 003.9.342202/2023
INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL
Origem: 01ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana
Objeto: apurar a suposta ocorrência de estacionamento irregular de caminhões na Rua João Machado, Capuchinhos.
Fundamento Legal: Art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, art. 26, I, da Lei 8.625/93, e demais disposições legais.
Envolvido: SMT
Data da instauração: 18 de janeiro de 2024.
ANSELMO LIMA
Promotor de Justiça

EDITAL 029/2024
Origem: 01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FEIRA DE SANTANA
INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL
Área: Meio Ambiente – Poluição Sonora
IDEA nº 596.9.338018/2023
Objeto: Apurar a suposta ocorrência de poluição sonora causada por caminhões frigoríficos da empresa ASSAÍ ATACADISTA, no bairro Tomba.
Data da Instauração: 18/01/2024
Investigante: O Ministério Público

EDITAL 28/2024 – 003.9.444845/2023
A 01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FEIRA DE SANTANA/BA, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA o responsável legal do Condomínio José Falcão da Silva, para que apresente, no prazo de 20 (vinte) dias, referente a Representação informando sobre suposto acúmulo de lixo e esgoto na Avenida José Falcão, Queimadinha, Feira de Santana: a) Protocolo de comunicação à Autoridade Municipal b) Juntada de comprovação da atuação de agentes do município de Feira de Santana, nas referidas obras. Por fim, requer que a resposta seja enviada, preferencialmente, por e-mail: sp.feiradesantana@mpba.mp.br, e em formato pdf, mp4 e/ou jpg.
Feira de Santana, 24 de janeiro de 2024.
ANSELMO LIMA PEREIRA
Promotor de Justiça

EDITAL nº 27/2024 – IDEA nº 596.9.354773/2023
A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FEIRA DE SANTANA/BA, por seu Promotor de Justiça, no uso das atribuições conferidas pelo art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, pelo art. 8º, § 1°, da Lei Federal n° 7.347/85, art. 72, inciso 14, da Lei Complementar n° 11/96 e art. 30 da Resolução nº 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público da Bahia, vem por meio deste Edital, a todos quantos possa interessar, comunicar A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL IDEA nº 596.9.354773/2023, que tem por objeto apurar a suposta ocorrência de SURTO DA ZOONOSE ESPOROTRICOSE E OMISSÃO DO PODER PÚBLICO, na cidade de Feira de Santana.
Feira de Santana, 24 de janeiro de 2024.
ANSELMO LIMA PEREIRA
Promotor de Justiça

EDITAL 04/2024
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
Origem: 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana
IDEA nº. 003.9.242478/2023
Objeto: Suposta denúncia de situação de risco e vulnerabilidade, a qual está submetida a genitora da Senhora Vilma Silva Lima;
Interessado: Vilma Silva Lima
Data da instauração: 20 de dezembro de 2023

PROMOTORIA REGIONAL DE GUANAMBI

ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAETITÉ

COMUNICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Caetité

A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAETITÉ, por meio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, nos termos do art. 11 da Resolução n. 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, COMUNICA aos interessados que, no dia 19/12/2023, foram PRORROGADOS POR MAIS 01 (um) ano os prazos de conclusão dos Procedimentos Administrativos abaixo relacionados:

Nº do IDEA	Objeto
682.0.228238/2016	Fiscalização da prestação de contas do exercício 2015 da Fundação Coral Canção Da Terra, do Município de Caetité-BA
682.9.4518/2017	Acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, a política pública específica de promoção da defesa dos direitos dos idosos através da implantação e implementação dos Conselhos de Direitos dos Idosos, nas cidades de Caetité e Lagoa Real, assim como de desenvolvimento da assistência e promoção de ações de saúde referentes aos centros de atenção psicossocial (CAPS)

Caetité, 24/01/2023.
DIONELES LEONE SANTANA FILHO
Promotor de Justiça designado
(Portaria da PGJ n. 2370, de 26/10/2023)

ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE PUSTIÇA DE GUANAMBI

Comunicação de Arquivamento do Inquérito Civil Nº 692.9.167436/2020

A Excelentíssima Doutora Tatyane Miranda Caires, Promotora de Justiça Titular da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 10 da Resolução nº 23/2007, do CNMP, e do artigo 44, §, da Resolução nº 011/2022, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, COMUNICA aos interessados, mormente DORIVAL BARBOSA DO CARMO e VALMA RÉGIA ALVES BARBOSA, que foi promovido o ARQUIVAMENTO PARCIAL dos autos do INQUÉRITO CIVIL Nº 692.9.167436/2020, instaurado para apurar a prática de nepotismo no âmbito do Consórcio Interfederativo Alto Sertão em decorrência da nomeação da servidora VALMA RÉGIA ALVES BARBOSA, cunhada de DORIVAL BARBOSA DO CARMO, à época em que este ocupava o cargo de Presidente da Unidade de Saúde, consistente em suposta violação de princípios da Administração Pública, prevista no art. 11, XI da Lei n. 8.429/92 com alterações dadas pela Lei n. 14.230/21, e da Súmula n. 13 do STF..

Guanambi, 25 de janeiro de 2024.

TATYANE MIRANDA CAIRES
PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR

PROMOTORIA REGIONAL DE IBOTIRAMA

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Ibotirama
IDEA nº 726.0.260174/2017
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, por intermédio do (a) Promotor (a) de Justiça infra-assinado (a), no uso de atribuições legais, nos termos do art. 41 da Res. nº 11/2022 do CSMP/BA e art. 9º da Res. nº 23/2007, comunica a PRORROGAÇÃO de prazo, por mais um ano, a contar desta data, do Inquérito Civil IDEA nº726.0.260174/2017, considerando a imprescindibilidade da conclusão de diligências visando a formação da opinião ministerial.

Ibotirama, 08 de janeiro de 2024.

Andréa Lemos Fontoura
Promotor de Justiça Substituto (a)

PROMOTORIA REGIONAL DE ITABERABA

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL
IDEA nº 222.9.385594/2023

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, através do órgão de execução ao final signatário, no exercício regular de suas atribuições, notadamente a prevista no art 129, III, da Constituição Federal de 1988; art. 138, inc. III, da Constituição do Estado da Bahia, e, ainda, com fundamento no art. 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993, e
CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi conferida legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos atinentes à probidade e moralidade pública, conforme arts. 127 e 129, inciso II e III, da Constituição Federal, e arts. 201, incisos V e VIII e 210, inciso I, da Lei nº 8.429/1992;
CONSIDERANDO que a Constituição Federal dispõe que a Administração Pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.429/92 disciplina que os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos;
CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça, por meio de representação do Sr. GILVAN FREITAS SAMPAIO, a possível prática de superfaturamento, pelo Município de Iaçu, na aquisição de combustível para os veículos da frota municipal que realizam o transporte escolar , que podem configurar a prática de atos de improbidade administrativa previstos na Lei Nacional nº 8.429/1992;
RESOLVEinstaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, objetivando a adoção de providências diante da situação noticiada nos autos, determinando, para tanto, as seguintes diligências preliminares:
Comunicação ao CAOPAM da presente instauração, por meio de correio eletrônico;
Certifique-se a existência ou não de outros procedimentos relacionados aos fatos narrados;
Nomeio a servidora Patrícia Fontoura Teixeira Alencar, Assistente Técnico-Administrativo desta Promotoria de Justiça, para secretariar os trabalhos;
Encaminhamento de extrato para publicação no DJe.
Cumpra-se.
Iaçu/BA, datado e assinado eletronicamente.

THYEGO DE OLIVEIRA MATOS
Promotor de Justiça

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO
1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa/BA
A Promotora de Justiça infra-assinada, no uso de suas atribuições, com fundamento no disposto no artigo 53 da Resolução nº 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, vem por meio deste edital comunicar a PRORROGAÇÃO DE PRAZO do Procedimento Administrativo nº IDEA 694.9.407530/2022, por 01 (um) ano, tendo em vista que se encontra com diligências em curso.
Ruy Barbosa/BA, 25 de janeiro de 2024
Ana Cláudia Fonseca Costa
Promotora de Justiça
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RUY BARBOSA/BA
EDITAL DE COMUNICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO
A 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa/BA, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 15, II da Resolução do Órgão Especial do Conselho de Procuradores n.º 11/2022, COMUNICA aos interessados, inclusive para efeito de apresentação de recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste edital, o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato nº IDEA 694.9.333410/2023
Ruy Barbosa/BA, 25 de janeiro de 2024
Ana Claudia Fonseca Costa
Promotora de Justiça

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RUY BARBOSA/BA
EDITAL DE COMUNICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO
A 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa/BA, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 55 da Resolução do Órgão Especial do Conselho de Procuradores n.º 11/2022, COMUNICA aos interessados, inclusive para efeito de apresentação de recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste edital, o ARQUIVAMENTO do Procedimento Administrativo nº IDEA 694.9.104359/2023
Ruy Barbosa/BA, 25 de janeiro de 2024
Ana Claudia Fonseca Costa
Promotora de Justiça

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RUY BARBOSA/BA
EDITAL DE COMUNICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO
A 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa/BA, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 15, II da Resolução do Órgão Especial do Conselho de Procuradores n.º 11/2022, COMUNICA aos interessados, inclusive para efeito de apresentação de recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste edital, o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato nº IDEA 694.9.506507/2023.
Ruy Barbosa/BA, 25 de janeiro de 2024
Ana Claudia Fonseca Costa
Promotora de Justiça

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RUY BARBOSA/BA
EDITAL DE COMUNICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO
A 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa/BA, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 15, II da Resolução do Órgão Especial do Conselho de Procuradores n.º 11/2022, COMUNICA aos interessados, inclusive para efeito de apresentação de recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste edital, o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato nº IDEA 694.9.465054/2023.
Ruy Barbosa/BA, 25 de janeiro de 2024
Ana Claudia Fonseca Costa
Promotora de Justiça

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RUY BARBOSA/BA
EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO
A Promotora de Justiça infra-assinada, no uso de suas atribuições, com fundamento no disposto no artigo 13 da Resolução nº 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, vem por meio deste edital comunicar a PRORROGAÇÃO DE PRAZO da Notícia de Fato nº IDEA 003.9.443625/2023, por 90 (noventa) dias, tendo em vista que se encontra com diligências em curso.
Ruy Barbosa/BA, 25 de janeiro de 2024
Ana Cláudia Fonseca Costa
Promotora de Justiça

PROMOTORIA REGIONAL DE ITAPETINGA

EDITAL DE ARQUIVAMENTO

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MACARANI – BAHIA, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, na forma do art. 2º, § 7º, da Resolução nº 23/2007 e art. 4º da Resolução 174/2017, ambas do CNMP. comunica ao Sr. VALTERLANDI SANTANA CARVALHO, ao CONSELHO TUTELAR DE MACARANI, ao CMDCA de MACARANI e a todos interessados, o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato IDEA n. 156.9.460346/2023, inclusive para eventual interposição de recurso, no prazo de 10 (dez) dias, podendo ser encaminhado a esta Promotoria de Justiça por intermédio do e-mail: macarani@mpba.mp.br indicando-se no assunto “RECURSO AO ARQUIVAMENTO – IDEA n. 156.9.357559/2023.

Macarani-BA, 22 de janeiro de 2024.

MILLEN CASTRO MEDEIROS DE MOURA
Promotor de Justiça em substituição

EDITAL DE ARQUIVAMENTO

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MACARANI – BAHIA, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, na forma do art. 2º, § 7º, da Resolução nº 23/2007 e art. 4º da Resolução 174/2017, ambas do CNMP. comunica ao Serviço de Acolhimento – Família Acolhedora de Maiquinique, ao Conselho Tutelar de Maiquinique e a todos interessados, o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato IDEA n. 156.9.13195/2024, inclusive para eventual interposição de recurso, no prazo de 10 (dez) dias, podendo ser encaminhado a esta Promotoria de Justiça por intermédio do e-mail: macarani@mpba.mp.br indicando-se no assunto “RECURSO AO ARQUIVAMENTO – IDEA n. 156.9.13195/2024.

Macarani-BA, 22 de janeiro de 2024.

MILLEN CASTRO MEDEIROS DE MOURA
Promotor de Justiça em substituição

EDITAL ARQUIVAMENTO NOTÍCIA DE FATO

A 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ITAPETINGA, através de seu Promotor de Justiça, GEAN CARLOS LEÃO, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto no art. 4º, I Resolução n.º 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, vem por meio deste edital, NOTIFICAR a todos quantos possa interessar, inclusive para efeito de apresentação de razões escritas ou juntada de documentos no prazo de 10 (dez) dias, o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato IDEA Nº 003.9.498425/2023.
Itapetinga-BA, 25 de janeiro de 2024.

Gean Carlos Leão
Promotor de Justiça

PROMOTORIA REGIONAL DE JEQUIÉ

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JAGUAQUARA

EDITAL DE ARQUIVAMENTO
Notícia de Fato - IDEA 126.9.16870/2024

A 2ª Promotoria de Justiça de Jaguaquara, por intermédio do Promotor de Justiça que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto pelo artigo 15 da Resolução MPBA nº 11/2022 , comunica ao noticiante (anônimo) e os eventuais interessados o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato IDEA nº 126.9.16870/2024, que foi instaurada para apurar a denúncia n° 2269137 registrada no disque 100, referente a suposta violência contra pessoa idosa. Ressalte-se que o prazo para interposição de recurso ao arquivamento é de dez dias a partir da publicação do presente edital.
Jaguaquara, 24 de janeiro de 2024

LÚCIO MEIRA MENDES
Promotor de Justiça

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JEQUIÉ

EDITAL N. 008/2024

A 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JEQUIÉ, pelo Promotor de Justiça infrafirmado, no uso de suas atribuições legais, nos temos do art. 10, caput, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 44, § 4º da Resolução n. 11/2022 do Órgão Especial do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, comunica eventuais interessados, do arquivamento, do Inquérito Civil nº 608.9.213853/2017instaurado para apurar possível irregularidade praticada na contratação de serviço de advocacia mediante a confecção do Processo de Inexigibilidade n.º 025/2017, que resultou na contratação da sociedade advocatícia Helio Santana, Evanio Antunes e Advogados Associados, em desacordo com a Lei n. 8.666/93, cientificando também que poderá apresentar razões escritas ou juntar documentos, que serão colacionados aos autos (art. 10, § 1º, da Resolução CNMP n. 23/2007, e art. 44, § 5º, da Resolução 11/2022, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado da Bahia).

Jequié/BA, 25 de janeiro de 2024

Artur José Santos Rios
Promotor de Justiça

EDITAL N. 009/2024

A 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JEQUIÉ, pelo Promotor de Justiça infrafirmado, no uso de suas atribuições legais, nos temos do art. 10, caput, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 44, § 4º da Resolução n. 11/2022 do Órgão Especial do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, comunica eventuais interessados,do arquivamento, do Inquérito Civil nº 608.9.55320/2020instaurado com base emRepresentação apresentada por Anna Paula Ribas de Almeida, para apurar suposto ato de improbidade administrativa praticado pelo Gestor do Município de Jequié, consistente na exoneração indevida de servidores contratados por Regime Especial de Direito Administrativo, cientificando também que poderá apresentar razões escritas ou juntar documentos, que serão colacionados aos autos (art. 10, § 1º, da Resolução CNMP n. 23/2007, e art. 44, § 5º, da Resolução 11/2022, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado da Bahia).

Jequié/BA, 25 de janeiro de 2024

Artur José Santos Rios
Promotor de Justiça

EDITAL N. 010/2024

A 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JEQUIÉ, pelo Promotor de Justiça infrafirmado, no uso de suas atribuições legais, nos temos do art. 10, caput, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 44, § 4º da Resolução n. 11/2022 do Órgão Especial do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, comunica aos eventuais interessados,do arquivamento da Notícia de Fato nº 003.9.16816/2024, apresentada por noticiante anônimo, através do Sistema de Atendimento ao Cidadão, versando sobre supostas irregularidades na realização do evento denominado “Festival do Umbu”, em razão de suposta situação de emergência vivenciada pelo Município de Manoel Vitorino, podendo, se assim desejar, interpor recurso endereçado ao Conselho Superior do Ministério Público para reanálise do caso, no prazo de 10 (dez) dias.

Jequié/BA, 25 de janeiro de 2024

Artur José Santos Rios
Promotor de Justiça

NOTÍCIA DE FATO CONVERTIDA EM PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO:

PORTARIA IDEA Nº 608.9.285403/2023

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, pelo Promotor de Justiça que o presente subscreve, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, pelo art. 8º, § 1º, da Lei Federal nº 7.347/85 – Lei da Ação Civil Pública, pelo art. 138, inciso III, da Constituição Estadual, pelo art. 72, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 11/96 e pelo art. 3º da Resolução CNMP 23/2007, resolve CONVERTER a Notícia de Fato de n.º 608.9.285403/2023 em PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO, com o objetivo de acompanhar a situação relativa a possíveis indícios de doação irregular de bem público municipal em favor do Centro Espírito Beneficente União do Vegetal.

Jequié/BA, 25 de janeiro de 2023.

ARTUR JOSÉ SANTOS RIOS
Promotor de Justiça

NOTÍCIA DE FATO CONVERTIDA EM PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO:

PORTARIA IDEA Nº 608.9.306018/2023

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, pelo Promotor de Justiça que o presente subscreve, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, pelo art. 8º, § 1º, da Lei Federal nº 7.347/85 – Lei da Ação Civil Pública, pelo art. 138, inciso III, da Constituição Estadual, pelo art. 72, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 11/96 e pelo art. 3º da Resolução CNMP 23/2007, resolve CONVERTER a Notícia de Fato de n.º 608.9.306018/2023 em PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO, com o objetivo de acompanhar as apontas irregularidades no Município de Manoel Vitorino, no que tange à concessão de estabilidade econômica sem previsão legal, em desacordo com o §9º, do art. 39, da CF (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Jequié/BA, 25 de janeiro de 2023.

ARTUR JOSÉ SANTOS RIOS
Promotor de Justiça

PROMOTORIA REGIONAL DE PAULO AFONSO

EDITAL DE ARQUIVAMENTO – IDEA Nº 705.9.362287/2023

A TERCEIRA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULO AFONSO – BAHIA, por intermédio da Promotora de Justiça infra-assinado, nos termos do art. 3º, da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, e art. 13, da Resolução nº 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado da Bahia, COMUNICA a todos quanto possam interessar, o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato nº Idea 705.9.362287/2023, cujo objeto visa verificar a oferta de serviços de psicologia e psiquiatria no município de Paulo Afonso/BA. Ficam os interessados cientes de que, no prazo de 10 (dez) dias, havendo interesse, poderá ser protocolado recurso contra a decisão de arquivamento ora informada, podendo ser apresentado perante a secretaria deste órgão ministerial, preferencialmente por meio eletrônico, através do e-mail 3pjpauloafonso@mpba.mp.br.

Paulo Afonso/BA, 24 de janeiro de 2024.

Daniele Cochrane Santiago Dantas Cordeiro
Promotora de Justiça

EDITAL DE ARQUIVAMENTO – IDEA Nº 705.9.278264/2023

A TERCEIRA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULO AFONSO, por intermédio da Promotora de Justiça infra-assinada, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 4º, inciso I da Resolução 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público da Bahia – CNMP e art. 15, I, da Resolução 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, COMUNICA aos interessados, que foi arquivada a Notícia de Fato Idea 705.9.278264/2023, instaurada com a finalidade de acompanhar as políticas públicas e a atuação do município de Glória no que se refere a educação inclusiva de aluno com necessidades educacionais especiais - deficiência física – na Escola Municipal José Marcelino Nunes, localizada na agrovila 03, Borda do Lago, Glória. Recurso: No ensejo, ficam os interessados cientes de que, no prazo de 10 (dez) dias, poderão apresentar recurso da decisão de arquivamento, preferencialmente, pelo endereço de e-mail: 3pjpauloafonso@mpba.mp.br

Paulo Afonso, 23 de janeiro de 2024.

Daniele Cochrane Santiago Dantas Cordeiro
Promotora de Justiça

EDITAL DE ARQUIVAMENTO – IDEA 705.0.77505/2014

A 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULO AFONSO, por intermédio da Promotora de Justiça infra-assinada, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 12 da Resolução 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 54 da Resolução nº 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, COMUNICA aos interessados, que foi promovido o arquivamento do Procedimento Administrativo nº Idea n.º 705.0.77505/2014, instaurado com o objetivo apurar o transtorno urbano causado pela ausência de área de carga e descarga no Município de Paulo Afonso. Recurso: No ensejo, ficam os interessados cientes de que, no prazo de 10 (dez) dias, poderão apresentar recurso da decisão de arquivamento, preferencialmente, pelo endereço de e-mail: 3pjpauloafonso@mpba.mp.br

Paulo Afonso/BA, 23 de janeiro de 2024.

Daniele Cochrane Santiago Dantas Cordeiro
Promotora de Justiça

PROMOTORIA REGIONAL DE SANTA MARIA DA VITÓRIA

DESPACHO
IDEA n. 003.9.170223/2019

O MINISTÃ‰RIO PÃšBLICO DO ESTADO DA BAHIA, por intermÃ©dio da Promotora de JustiÃ§a signatÃ¡ria, no uso de uma de suas atribuiÃ§Ãµes constitucionais e legais, considerando que o presente procedimento preparatÃ³rio jÃ¡ excedeu o prazo de 90 (noventa) dias previsto na regulamentaÃ§Ã£o1 e que existe a necessidade de realizaÃ§Ã£o de novas diligÃªncias probatÃ³rias para a devida apuraÃ§Ã£o do fato investigado, determina a conversÃ£o do presente PROCEDIMENTO MINISTERIAL em INQUÃ‰RITO CIVIL, com o objetivo apurar suposto armazenamento irregular de agrotÃ³xicos na FAZENDA SÃƒO CAMILO, localizada na zona rural, s/n, MunicÃpio de SÃ£o FÃ©lix do Coribe/BA.
Assim, determina-se as seguintes diligÃªncias:
1) Autue-se a portaria e a documentaÃ§Ã£o que a acompanha, numerando-se os autos, efetuando-se os registros pertinentes no sistema IDEA e noticiando a conversÃ£o do procedimento preparatÃ³rio em inquÃ©rito civil;
2) Publique-se o extrato dessa Portaria no DiÃ¡rio Oficial do Poder JudiciÃ¡rio, com posterior certidÃ£o de publicaÃ§Ã£o nos autos;
3) ExpeÃ§a-se ofÃcio (OF. N. 06/2024), instruÃdo com cÃ³pia documentos apresentados pela notificada (ID 11441735, ID 11441736, ID 11441737 e ID 11441738), Ã AGÃŠNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÃ□RIA DA BAHIA (ADAB) para que, no prazo de 30 (trinta) dias Ãºteis, informe se as irregularidades identificadas no Auto de InfraÃ§Ã£o (ID MP 11878581 â€“ PÃ¡g. 2) foram sanadas pelo proprietÃ¡rio da FAZENDA SÃƒO CAMILO, localizada em SÃ£o FÃ©lix do Coribe/BA. Consigne-se, ainda, que tais informaÃ§Ãµes deverÃ£o ser apresentadas por meio de relatÃ³rio minucioso, inclusive, devendo esclarecer se atendem a Nova Lei dos AgrotÃ³xicos (Lei 14.785/2023);
4) Nomeia-se para atuar no feito o servidor com atuaÃ§Ã£o nesta Promotoria de JustiÃ§a em Santa Maria da VitÃ³ria/BA;
5) Comunique-se a conversÃ£o deste procedimento ao CEAMA.
Consigne-se nos ofÃcios que todas as informaÃ§Ãµes e afirmaÃ§Ãµes deverÃ£o ser documentalmente comprovadas e encaminhadas ao MinistÃ©rio PÃºblico atravÃ©s do e-mail (santamariadavitoria@mpba.mp.br), em formato PDF, sendo que qualquer outra via utilizada, se nÃ£o justificada previamente, serÃ¡ desconsiderada e tomada como ausÃªncia de reposta.
Decorrido os prazos acima, certifique-se a serventia se houve ou nÃ£o respostas e, apÃ³s, voltem-me conclusos.
Santa Maria da VitÃ³ria, 25 de Janeiro de 2024.

Caroline Vianna Longhi
Promotora de JustiÃ§a Substituta

PROMOTORIA REGIONAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Origem: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL AMBIENTAL DO RECÔNCAVO SUL

EDITAL PRORROGAÇÃO DA NOTÍCIA DE FATO IDEA Nº 600.9.489025/2023.

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL AMBIENTAL DO RECÔNCAVO SUL, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 13 da Resolução nº 011/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público da Bahia, COMUNICA aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo para conclusão da Notícia de Fato nº 600.9.489025/2023 por mais 90 (noventa) dias, com previsão de término até 22/04/2024, tendo em vista a necessidade de cumprimento de outras diligências imprescindíveis para adoção do procedimento devido.

Santo Antônio de Jesus, 24 de janeiro de 2024.

JULIMAR BARRETO FERREIRA
Promotor de Justiça

Origem: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL AMBIENTAL DO RECÔNCAVO SUL

EDITAL PRORROGAÇÃO DA NOTÍCIA DE FATO IDEA Nº 003.9.495038/2023

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL AMBIENTAL DO RECÔNCAVO SUL, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 13 da Resolução nº 011/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público da Bahia, COMUNICA aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo para conclusão da Notícia de Fato nº 003.9.495038/2023 por mais 90 (noventa) dias, com previsão de término até 26/04/2024, tendo em vista a necessidade de cumprimento de outras diligências imprescindíveis para adoção do procedimento devido.

Santo Antônio de Jesus, 24 de janeiro de 2024.

JULIMAR BARRETO FERREIRA
Promotor de Justiça

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS

EDITAL PRORROGAÇÃO DA NOTÍCIA DE FATO IDEA Nº 600.9.499915/2023

A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 13 da Resolução nº 011/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público da Bahia, COMUNICA aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo para conclusão da Notícia de Fato nº 600.9.499915/2023 por mais 90 (noventa) dias, com previsão de término em 30.04.2024, tendo em vista a necessidade de cumprimento de outras diligências imprescindíveis para adoção do procedimento devido.

Santo Antônio de Jesus, 24 de janeiro de 2024.

THIAGO CERQUEIRA FONSECA
Promotor de Justiça - 3º Substituto

Origem: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAZARÉ

Edital 016/2024
Portaria: 04/2024
Instauração de Procedimento Administrativo IDEA nº 003.9.319817/2023
O Ministério Público do Estado da Bahia, com o fulcro nos arts. 129, III, VI, VIII e IX, da Constituição Federal; 138, III e VI, da Constituição do Estado da Bahia; 25, IV, da Lei 8.625/1993; e 72, IV, da Lei Complementar 11/1996 do Estado da Bahia, resolve instaurar Procedimento Administrativo, que objetiva acompanhar a política pública de manutenção de veículos destinados ao transporte escolar no município de Aratuípe.
Data de Instauração: 09 de janeiro de 2024

Nazaré, 25 de janeiro de 2024

Samory Pereira Santos
Promotor de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MUTUÍPE

INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA n.º 189.9.366650/2023
Área: Saúde
Classe: Procedimento Administrativo
Assunto: fornecimento de medicamento Risperidona
Representante: NATALIA PEREIRA BATISTA
Representados: Estado da Bahia e Município de Mutuípe
Data da instauração: 24 de janeiro de 2024.

LUIS FELIPE REIS DE CASTRO
Promotor de Justiça

PROMOTORIA REGIONAL DE SEABRA

EDITAL 002/2024

A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SEABRA/BA, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste Edital, a todos quantos possa interessar comunicar a INSTAURAÇÃO dos seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVO nº 003.9.355986/2023
Objeto: apurar o não oferecimento do exercício de estágio aos estudantes do Curso de Serviço Social, pela Universidade Estácio de Sá – Pólo Irecê
Área: Educação, arts. 127 e 208, todos da CF/1988
Representante: Carmelo Suzarte dos Santos
Representada: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA
Data da instauração: 23/01/2024

Seabra, 23/01/2024.

Carlos André Milton Pereira
Promotor de Justiça Substituto

EDITAL 003/2024

A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SEABRA/BA, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste Edital, a todos quantos possa interessar comunicar a INSTAURAÇÃO dos seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVO nº 003.9.461258/2023
Objeto: apurar/acompanhar a situação perturbação do sossego na Praça do Mercadão bairro Arthur Alves, Seabra/BA, ante o uso de equipamentos sonoros local denominado "barraquinha" ou "quiosque"
Área: Meio Ambiente; fundamento: arts. 127, 144, § 10 e 225, § 3º, todos da CF/1988 Representante: anônimo
Representada: Município de Seabra
Data da instauração: 24/01/2024

Seabra, 23/01/2024.
Carlos André Milton Pereira
Promotor de Justiça Substituto

EDITAL 004/2024

A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SEABRA/BA, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste Edital, a todos quantos possa interessar comunicar a INSTAURAÇÃO dos seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVO nº 003.9.315388/2023
Objeto: apurar/acompanhar a situação de Damiana Ignez dos Santos, diagnosticada com aneurisma sacular e que necessita de regulação para embolização da artéria esplênica
Área: Saúde; fundamento: arts. 1º, 127 e 196, todos da CF/1988
Representante: Beatriz Santos
Representada: Estado da Bahia
Data da instauração: 24/01/2024

Seabra, 23/01/2024.
Carlos André Milton Pereira
Promotor de Justiça Substituto

PROMOTORIA REGIONAL DE SENHOR DO BONFIM

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO FORMOSO-BA
Edital n. 02/2024 – 2ª PJCF
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, por intermédio da Promotora de Justiça, que a este subscreve, RESOLVE CONVERTER, na forma do artigo 8º da Resolução nº. 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como artigo 50 da Resolução n°. 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado da Bahia, a Notícia de Fato Nº. IDEA 003.9.310091/2022 em Procedimento Administrativo, que tem por objeto fiscalizar/apurar a suposta irregularidade ocorrida no bojo do Processo Licitatório – Pregão Eletrônico SRP nº 007/2021, Processo Administrativo 0294/21 – realizado pelo Município de Campo Formoso/BA, "através do Sistema de Registro de Preços, para eventual fornecimento de gêneros alimentícios destinados a elaboração do kit de merenda escolar em casa, para suprir ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE".
Campo Formoso-BA, 24 de janeiro de 2024.
Gabriela Gomes C. Ferreira
Promotora de Justiça

Edital n. 03/2024 – 2ª PJCF
INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
Origem: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO FORMOSO-BA
Área: Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Tipo de ato: Instauração de Procedimento Administrativo nº 003.9.323914/2022
Objeto: apurar suposta irregularidade na contratação de servidores públicos no Município de Campo Formoso, ante a não realização de concurso público e contratação de temporários/comissionados.
Data da instauração: 23 de janeiro de 2024
Campo Formoso-BA, 23 de janeiro de 2024
Gabriela Gomes C. Ferreira
Promotora de Justiça

Edital n. 04/2024 – Comunicação de Indeferimento do Procedimento IDEA Nº. 003.9.481329/2023.
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, por intermédio da Promotora de Justiça que subscreve o presente, com amparo ao disposto na Resolução nº 11/2022, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado da Bahia, COMUNICA a todos interessados, que foi promovido o indeferimento do procedimento IDEA Nº. 003.9.481329/2023, registrado em 29 de novembro de 2023, no qual consta como noticiante a RODE BEM LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA – ME, e como noticiado MUNICÍPIO DE CAMPO FORMOSO, tendo por objeto o "certame licitacional CONCORRÊNCIA PÚBLICA n.º 002/2023, Ref. Processo Administrativo n.º 0221/23, para, querendo, apresentem eventuais razões ou juntada de documentos, preferencialmente, via e-mail institucional pj.campoformoso@mpba.mp.br, no prazo de 10 (dez) dias.
Campo Formoso-BA, 25 de janeiro de 2024.
Gabriela Gomes C. Ferreira
Promotora de Justiça

PROMOTORIA REGIONAL DE SERRINHA

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SERRINHA
EDITAL DE INSTAURAÇÃO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO IDEA Nº 712.9.26100/2024
O Ministério Público do Estado da Bahia, por intermédio da Promotora de Justiça subscritora, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 129, II, da Constituição Federal, na Lei Federal 8.625/93 e no artigo 8º, da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, comunica a todos quantos possa interessar acerca da instauração do Procedimento Administrativo IDEA nº 712.9.26100/2024, para apurar suposta omissão na regulação da pessoa idosa Almerinda Ferreira de Oliveira.
Serrinha/Ba, 25 de janeiro de 2024.
Severina Patrícia Fernandes
Promotora de Justiça

PROMOTORIA REGIONAL DE SIMÕES FILHO

Instauração de Procedimento Administrativo
6ª Promotoria de Justiça de Candeias
Área: Infância e Juventude
IDEA: 696.9.460325/2023
Objeto: Acompanhamento da política pública municipal de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade/violação de direitos.

Candeias, 24/01/2024.

Caroline Maronita Stange
Promotora de Justiça

Instauração de Procedimento Administrativo
6ª Promotoria de Justiça de Candeias
Área: Infância e Juventude
IDEA: 003.9.350935/2023
Objeto: Acompanhamento do registro de entidades da sociedade civil e a inscrição de programas, projetos e serviços de atendimento de crianças e adolescentes das organizações governamentais e não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Candeias.

Candeias, 25/01/2024.

Caroline Maronita Stange
Promotora de Justiça

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CANDEIAS
EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

A 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CANDEIAS/BA, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste Edital, a todos quanto possa interessar, comunicar a PRORROGAÇÃO do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO registrado sob o nº IDEA 696.9.382241/2021, instaurado para apurar o adequado funcionamento do serviço de informações ao cidadão da Prefeitura de Candeias, inclusive com o estabelecimento de fluxo eficaz de informações entre a Ouvidoria Geral do Município de Candeias e os diversos órgãos municipais, objetivando atender ao quanto disposto na Lei Federal nº 12.527/2011.

Candeias, 25/01/2024.

Caroline Maronita Stange
Promotora de Justiça no exercício de substituição

Instauração de Procedimento Administrativo
6ª Promotoria de Justiça de Candeias
Área: Infância e Juventude
IDEA: 003.9.321558/2023
Objeto: Acompanhar Situação de Vulnerabilidade/Violação de Direitos de H.V.R. DE J. S.
Interessados (as): H.V.R. DE J. S. e seus responsáveis.

Candeias, 25/01/2024.

Caroline Maronita Stange
Promotora de Justiça

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ
ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO
IDEA Nº. 291.9.16743/2024
A 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ/BA, por intermédio da Promotora de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 15º, inciso II da Resolução nº 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público da Bahia, vem por meio deste, comunicar a Sra. Lidiani Nascimento da Silva e eventuais interessados, para efeito de apresentação de razões escritas ou juntada de documentos no prazo de eventual interposição de recurso (dez dias), devendo ser remetido a esta Promotoria de Justiça por intermédio do e-mail saosebastiao@mpba.mp.br, o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato epigrafada.

São Sebastião do Passé/BA, 25 de janeiro de 2024.

Dahiane Bulcão Caldas
Promotora de Justiça no exercício da substituição

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMÕES FILHO

PRORROGAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA: 709.9.377069/2021
ÁREA: INFÂNCIA E JUVENTUDE
Trata-se de Procedimento Administrativo deflagrado para fomentar e acompanhar a elaboração e implementação do Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, bem como implantação do Serviço de Acolhimento Familiar – SAF, no Município de Simões Filho/BA.
Considerando que o esgotamento das diligências investigatórias, no intuito de elucidar devidamente os fatos, atende mais ao interesse público do que o imediato encerramento das investigações apenas pelo advento da formalidade prazal, chamo o feito à ordem e PROMOVO, pelos fundamentos expostos e mediante aplicação das disposições do art. 53 da Resolução nº 11/2022, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, a prorrogação do prazo de conclusão do presente apuratório por mais 1 (um) ano.

Simões Filho, 24 de janeiro de 2024

Patrícia Ramos dos Santos
Promotora de Justiça em Substituição

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMÕES FILHO

PRORROGAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
IDEA: 709.9.366605/2021
ÁREA: INFÂNCIA E JUVENTUDE
Trata-se de Procedimento Administrativo deflagrado para apurar o cumprimento, por parte do Município de Simões Filho/BA, das obrigações estabelecidas na Lei n. 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica e determina que as redes públicas de educação básica contarão com os serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.
Considerando que o esgotamento das diligências investigatórias, no intuito de elucidar devidamente os fatos, atende mais ao interesse público do que o imediato encerramento das investigações apenas pelo advento da formalidade prazal, PROMOVO, pelos fundamentos expostos e mediante aplicação das disposições do art. 53 da Resolução nº 11/2022, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, a prorrogação do prazo de conclusão do presente apuratório por mais 1 (um) ano.

Simões Filho, 24 de janeiro de 2024

Patrícia Ramos dos Santos
Promotora de Justiça em Substituição

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMÕES FILHO

PRORROGAÇÃO DE NOTÍCIA DE FATO
IDEA: 709.9.469679/2023
ÁREA: SAÚDE (INFANTE)
Trata-se de Notícia de Fato deflagrada acerca de demanda individual de saúde, sendo a parte interessada criança com demanda de saúde (refere dor na região da face (cavum), conforme evidenciado no exame médico em anexo. Nessa esteira, o noticiante esclareceu que o menor já recebeu atendimento no Hospital Santo Antônio (Obras Sociais Irmã Dulce) e necessita de uma consulta de retorno; entretanto, apesar do menor já ter sido inserido na lista única, para fins de regulação, não há previsão de data para atendimento/agendamento.
Deste modo, considerando que o esgotamento das diligências investigatórias, no intuito de elucidar devidamente os fatos, atende mais ao interesse público do que o imediato encerramento das investigações apenas pelo advento da formalidade prazal, chamo o feito à ordem e PROMOVO, pelos fundamentos expostos e mediante aplicação das disposições do art. 3°, da Resolução nº

174/2017, do Eg. Conselho Nacional do Ministério Público, a prorrogação do prazo de conclusão do presente apuratório por mais 90 (noventa) dias, devendo serem computados, os prazos em referência, a partir da data do recebimento da Notícia de Fato.

Simões Filho, 24 de janeiro de 2024

Patrícia Ramos dos Santos
Promotora de Justiça em Substituição

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMÕES FILHO

PRORROGAÇÃO DE NOTÍCIA DE FATO
IDEA: 003.9.461213/2023
ÁREA: SAÚDE (INFANTE)
Trata-se de Notícia de Fato deflagrada após encaminhamento realizado pelo CAOCA, de relatório elaborado pela Maternidade Prof. José Maria de Magalhães Netto, que informa sobre alta, à revelia, e suposta situação de risco envolvendo RN, residente neste município.
Ainda, observamos que persiste a necessidade de tramitação da presente Notícia de Fato, eis que pendente o cumprimento de diligências destinadas à coleta de informações preliminares imprescindíveis para a tomada de medidas cabíveis.
Deste modo, considerando que o esgotamento das diligências investigatórias, no intuito de elucidar devidamente os fatos, atende mais ao interesse público do que o imediato encerramento das investigações apenas pelo advento da formalidade prazal, chamo o feito à ordem e PROMOVO, pelos fundamentos expostos e mediante aplicação das disposições do art. 3°, da Resolução nº 174/2017, do Eg. Conselho Nacional do Ministério Público, a prorrogação do prazo de conclusão do presente apuratório por mais 90 (noventa) dias, devendo serem computados, os prazos em referência, a partir da data do recebimento da Notícia de Fato.

Simões Filho, 24 de janeiro de 2024

Patrícia Ramos dos Santos
Promotora de Justiça em Substituição

PROMOTORIA REGIONAL DE TEIXEIRA DE FREITAS

INQUÉRITO CIVIL
Investigado: Manoel do Carmo Loyola da Paixão – ex-prefeito de Jucuruçu/BA
IDEA nº 003.0.221089/2012
A 1ª Promotoria de Justiça de Itamaraju, por meio da Promotora de Justiça signatária, no uso de suas atribuições legais, no uso de uma de suas atribuições constitucionais e legais, conferida pelo art. 129, III, da CF, c/c art. 72, IV da Lei Complementar Estadual n. 11/96, c/c art. 21 da Resolução n. 006/2009 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve instaurar Inquérito Civil, visando apurar suposto ato de improbidade, que importa em lesão ao erário, consistente ordenado e efetuado pagamentos a particulares, contratados diretamente, sem qualquer espécie de certame, para serviços inespecíficos, quando do fornecimento de assessorias, jurídica e contábil.
Itamaraju-BA, 24 de janeiro de 2024.
Andrea Ariadna Santos Correia
Promotora de Justiça designada

CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL EM INQUÉRITO CIVIL
Investigado: Município de Itamaraju
IDEA nº 723.0.188932/2016
A 1ª Promotoria de Justiça de Itamaraju, por meio da Promotora de Justiça signatária, no uso de suas atribuições legais, no uso de uma de suas atribuições constitucionais e legais, conferida pelo art. 129, III, da CF, c/c art. 72, IV da Lei Complementar Estadual n. 11/96, c/c art. 21 da Resolução n. 006/2009 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve converter Procedimento Preparatório de Inquérito Civil em Inquérito Civil visando apurar o cumprimento do contrato nº 01-C/06 celebrado com a Viação Itamaraju, cujo objeto é a exploração e prestação do serviço de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Itamaraju - ausência de fiscalização do transporte clandestino pelo Município, a empresa encontra-se com sérias dificuldades para execução do contrato.
Itamaraju-BA, 24 de janeiro de 2024.
Andrea Ariadna Santos Correia
Promotora de Justiça designada

INQUÉRITO CIVIL
Investigado: Manoel Pedro Rodrigues Soares – Ex-Gestor Itamaraju
IDEA nº 003.0.187591/2015
A 1ª Promotoria de Justiça de Itamaraju, por meio da Promotora de Justiça signatária, no uso de suas atribuições legais, no uso de uma de suas atribuições constitucionais e legais, conferida pelo art. 129, III, da CF, c/c art. 72, IV da Lei Complementar Estadual n. 11/96, c/c art. 21 da Resolução n. 006/2009 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve instaurar Inquérito Civil, visando apurar possível prática de improbidade administrativa consistente em irregularidades identificadas pelo TCM-BA no nas contas do Município de Itamaraju-BA, exercício financeiro de 2012, atribuídas ao ex-Prefeito, Manoel Pedro Rodrigues Soares (gestão 2010-2016), o que ocasionou a

lavratura do Processo nº 72525-13, em especial, em razão de supostos gastos exorbitantes com a concessão de diária a agentes políticos e servidores municipais, totalizando o valor de R$ 717.679,80 (setecentos dezessete mil, seiscentos e setenta e nove reais e oitenta centavos).
Itamaraju-BA, 24 de janeiro de 2024.
Andrea Ariadna Santos Correia
Promotora de Justiça designada

EDITAL Nº 010/2024
PROMOÇÃO DO ARQUIVAMENTO
Portaria-IDEA Nº 003.1.125880/2006
Origem:
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: o art. 23, caput, da lei 8.429/92
Interessado(a): Sociedade;
Objeto: apurar a suposta contratação irregular de servidores pela Prefeitura de Nova Viçosa/BA.
BERNARDO BARBOSA SARKIS
Promotor de Justiça Substituto

CONVERSÃO DE NOTÍCA DE FATO EM INQUÉRIO CIVIL
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Prado.
CLASSE: Inquérito Civil
IDEA nº. 003.1.85105/2006
ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos (10014)
A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRADO, por meio do Promotor de Justiça infrafirmado, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados a CONVERSÃO da Notícia de Fato em Inquérito Civil nº 003.1.85105/2006, com a finalidade de Apurar possível prática de improbidade administrativa, atribuída ao então Presidente da Câmara de Vereadores de Alcobaça/BA, Sr. José Vitorino da Silva Filho, aos Vereadores Jackson Vieira Torres, Vilma Pereira Cabral, Antônio Oliveira Neto, Benedito Santos Trancoso, Antônio Júlio Ribeiro Miranda e os suplentes Jailton Caires de Almeida e Terezinha Pereira dos Santos, consistente em supostas irregularidades em nomeações e nas contratações de serviços realizadas pelo Município de Alcobaça, em favorecimento de parentes e companheiros ideológicos, nos anos de 2005/2006.
Também ficam NOTIFICADOS os Srs. JOSÉ VITORINO DA SILVA FILHO, JACKSON VIEIRA TORRES, VILMA PEREIRA CABRAL, ANTÔNIO OLIVEIRA NETO, BENEDITO SANTOS TRANCOSO, ANTÔNIO JÚLIO RIBEIRO MIRANDA, JAILTON CAIRES DE ALMEIDA e a Sra. TEREZINHA PEREIRA DOS SANTOS sobre a instauração do presente inquérito civil e ainda, querendo, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, apresentarem suas razões e documentação relativa ao caso em tela, devendo apresentar resposta direcionada ao E-mail prado@mpba.mp.br, escrevendo no campo “Assunto” a informação: “Resposta ao Inquérito Civil 003.1.85105/2006”.
De Salvador para Prado, 03 de fevereiro de 2021.
Thelma Leal de Oliveira
Promotora de Justiça designada

CONVERSÃO DE NOTÍCA DE FATO EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Prado.
CLASSE: em Procedimento Administrativo
IDEA nº. 234.0.119416/2016
ASSUNTO: DIREITO AMBIENTAL > Flora (10113)
A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRADO, por meio do Promotor de Justiça infrafirmado, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados a CONVERSÃO da Notícia de Fato em em Procedimento Administrativo nº 234.0.119416/2016, com a finalidade de Apurar situação de vulnerabilidade de T. R. A., D. R. A., T. R. A., D. R. A. e T. R. A., todos filhos de RITIANE DE SOUZA REIS e menores de 18 anos, que vem ocorrendo desde 2008, na Cidade de Prado/BA
De Salvador para Prado, 19 de janeiro de 2021.
Viviane Chiacchio Pereira Carneiro
Promotora de Justiça designada

PROMOTORIA REGIONAL DE VALENÇA

Edital - 026/2024 - Arquivamento de Inquérito Civil
A 6ª Promotoria de Justiça de Valença, por seu Promotor de Justiça no exercício de substituição, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos termos do art. 26, §2°, da Resolução 06/2009, do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, COMUNICA ao Município de Presidente Tancredo Neves, Empresa Bahiana de Transporte e Turismo LTDA – EMBATTUR e a Cooperativa e Transporte Escolar e Serviços da Costa do Dendê e Baixo Sul e Moacy Pereira dos Santos a todos os interessados a decisão pela Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil IDEA nº 597.0.135840/2015, instaurado para acompanhar supostas irregularidades na contratação de empresa para a prestação de serviços de transporte escolar para alunos e professores da rede municipal de ensino de Presidente Tancredo Neves-BA. Ficam os interessados cientes de que, no prazo de 10 (dez) dias, poderão apresentar recurso da decisão de arquivamento.
Valença, 25 de janeiro de 2024.
Gustavo Fonseca Vieira
Promotor de Justiça em substituição